



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

WELLIDA KARLA BEZERRA ALVES VIEIRA

**JUREMA SAGRADA:
DESAFIOS À PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO
FUNDAMENTAL**

JOÃO PESSOA – PB
2015

WELLIDA KARLA BEZERRA ALVES VIEIRA

**JUREMA SAGRADA:
DESAFIOS À PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós –
Graduação em Ciências das Religiões, do
Centro de Educação da Universidade Federal
da Paraíba – PPGCR/CE/UFPB, como parte
dos requisitos para obtenção do título de
Mestre em Ciências das Religiões.

Orientadora: Dr^a Gloria das Neves Dutra Escarião

JOÃO PESSOA – PB
2015

V658j Vieira, Wellida Karla Bezerra Alves.

 Jurema Sagrada: desafios à prática docente no ensino fundamental / Wellida
Karla Bezerra Alves Vieira.- João Pessoa, 2015.

 125f. : il.

 Orientadora: Gloria das Neves Dutra Escarião

 Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE

 1. Ciências das religiões. 2. Ensino religioso. 3. Jurema Sagrada. 5. Prática
pedagógica.

UFPB/BC

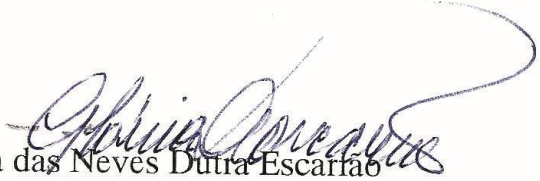
CDU: 279.224(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

“A JUREMA SAGRADA E O DESAFIO NA PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO
FUNDAMENTAL”

Wellida Karla Bezerra Alves Vieira

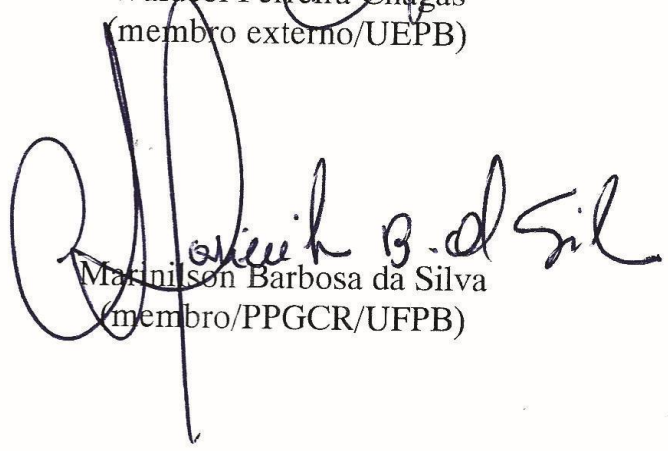
Dissertação apresentada à banca examinadora constituída pelos seguintes professores:



Glória das Neves Dutra Escarvão
(Orientadora/PPGCR/UFPB)



Waldeci Ferreira Chagas
(membro externo/UEPB)



Marilson Barbosa da Silva
(membro/PPGCR/UFPB)

Aos meus Pais (Leta e Carlos); ao meu esposo Francisco Luciano Ferreira Vieira; aos meus filhos João Pedro, Gabriel Isaac e Desirée, por representarem aquilo que sou e tenho de melhor neste plano terrestre.

Ao Mestre Tranquilino, e a todo povo da Jurema;

A todos aqueles que de alguma forma não puderam expressar sua fé em sala de aula e vivenciaram a exclusão social por sua crença e escolha religiosa.

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Sem dúvidas, esse é um dos momentos mais difíceis, pois no leva a fazer uma retrospectiva de tudo que vivenciamos nesse percurso acadêmico. Faz-nos lembrar de situações, tristes, desconfortantes, mas também de alegria e motivação. Que nos é proporcionado por aqueles de forma direta ou indireta nos leva a construir uma pesquisa.

Agradeço em primeiro lugar a Deus que controla toda espiritualidade, que nos guia, rege e protege na caminha de nossas escolhas, e de nossa vida.

A CAPES, por direcionar todos os recursos necessários a nós pesquisadores das mais diversas linhas de conhecimento.

A Universidade Federal da Paraíba, entidade Federal, responsável por nos mediar todos os programas e recursos necessários a nossa formação e pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, por acreditar em nossos projetos, apoiá-los e motivá-los a todo tempo, buscar em nós verdadeiros acadêmicos.

A minha querida Orientadora, minha mãe acadêmica: Prof^a Dr^a Gloria das Neves Dutra Escarião, minha “Glórinha”, orientadora brilhante, precisa, sensível, motivadora, e acima de tudo o ser humano fantástico. Obrigada querida, por acreditar em mim, e motivar sempre as conquistas. Conseguir essa etapa ao seu lado é um privilégio de poucos. Uma referência de vida eterna!

Aos meus queridos professores do PPGCR, por todos os momentos de vivência, debates, cobranças e alegrias transmitidos a nós nesse percurso acadêmico. Orgulho-me de tê-los como referencia de vida. Em especial ao Prof^o Dr^o Dawy Redson (Coordenador) que buscou sempre nos ouvir e nos oportunizar possibilidades no programa; Prof^o Dr^o Marinilson, que sempre se fez solícito e apoiador em nossos projetos junto ao FIDELID; Aos queridos e queridas Dilaine Sampaio, Maria Lúcia Abaurre Gnerr, Fernanda Lemos, Fabrício Possebom, Carlos André, Jonni Langer Thiago Avellar Aquino, e Eunice Simões por fazerem a diferença em nossas vidas acadêmicas, nos oportunizando o novo, e motivando-nos ao crescimento.

Ao meu eterno Professor Dr^o Waldecy Ferreira Chagas, UEPB pelo exemplo e motivação das minhas escolhas, gratidão eterna!

Às lindas irmãs secretárias do PPGCR : Márcia e Avani, Obrigada queridas, pelo incentivo, carinho e solicitude de todos os dias. Vocês são incríveis!

Agradeço aqueles que me deram essa vida terrena, meu Pai, Francisco Carlos Alves, que nos criou com amor, cuidado e cantorias... que nos levava a sonhar com dias melhores. A minha amada Mãe, guerreira, amiga e cúmplice, que abdicou de tantas coisas por amor a nós (filhos), e tanto ainda faz pelos nossos (netos), e os meus em especial. Obrigada minha “Flor”, por ter o a voz a força do “Trovão”, num coração de uma Pampôla! Lindo, imenso, intenso, perfeito.

Aos meus irmãos mais velhos Willames e Willian (“Binho e Lili”) que me proporcionaram a melhor e mais alegre infância que uma menina pode sonhar em meio a convivência com irmãos homens. Não importa a distância, as horas ou os dias: quando estamos juntos, vivenciamos cada momento com sorrisos, não existe casa, esposas, ou maridos, só nós e nossas doces e alegres lembranças!

Ao meu irmão caçula Michael, pela força de todos os momentos e por nos orgulhar da brilhante trajetória o qual está sendo percorrida minha querida irmãzinha Gerdilane (Nane), que tanto me alegrou e hoje já crescida, inicia a caminhada de sua vida.

A minha Querida Tia Joana D’arc (Bau), que sempre me amou como uma filha, e faz questão de expressar esse sentimento de todas as formas.

Ao meu querido primo Wallysson Erlan, que esteve comigo sempre como um irmão, e que do jeitinho dele, posso sentir seu amor, carinho e presteza. Você merece toda felicidade deste mundo, querido! Corra, e encontre-a!

Ao meu amado primo Maurisérquio Bezerra, (Serginho), Por me amar e ser meu irmãozinho em vários momentos de minha vida.

Ao meu amado e eterno esposo, Luciano Vieira, pelo amor e dedicação a mim todos os dias de nossas vidas, pela paciência e tolerância em momentos difíceis; por sonhar meu sonho e me ajudar a concretizá-lo. Obrigada querido, por tudo... e pela certeza que sempre estaremos juntos .

Aos meus eternos amores, meus filhos. João Pedro, meu primogênito, que fez amadurecer tão cedo para educá-lo e que me ensinou a plenitude do ser Mãe! Um “homemzarrão” por fora, mas pertinho de “mainha”, é uma expressão de doçura e amor. O Gabriel Isaac, meu “Biel”, a mistura perfeita de infância plena (astucioso e brincalhão) com carinhosidade e alegria. Meu eterno Bebê... E a minha Princesa, Desirée, flor preciosa, alegria e criatividade a 240W, minha alegria de todos os dias, ser sua mãe é um presente, minha “Deusa-Rainha”! Me enxergo em você todos os momentos...

Aos meus filhos presenteados por Deus, Arielle Alessa e Gustavo, por partilharem comigo esse momento e muitas vezes terem paciência com minha chatices... Você são muito importantes pra mim, amo vocês, meus eternos filhos!!

Aos meus Avós (In memorian), pela força da ancestralidade e pela convivência que jamais esquecerei.(Maria Bezerra, Francisco de Pontes (Seu Chico), Manoel de Melo(o Vei Baiôco)e Maria Helena (Mariinha).

A minha querida sogra, Vera Lúcia, Por todo amor dedicado como uma filha, a todos meus sobrinhos (Lucas, Hellen, Netinho, Victor, Bia, Miguel) e cunhadas(Marcelly e Patrícia), por fazerem perpetuar nossa história familiar e tornar nossas vidas mais felizes.

A família Vieira, na representação do Meu Sogro Francimar, pelo carinho, incentivo e amor dado a minha família.

A mãe Mônica de Oxum Mithaladêh, que me apoiou em todas pesquisas me abrindo os caminhos do campo antropológico religioso, e concedendo todas as informações e contatos necessários para que chegássemos a esse momento. Através de seus filhos e filhas de santo, amigos religiosos e sua entidade na Jurema “Mestre Tranquilino”, que nos apoiou e abençoou com sua sabedoria e presteza.

A Mãe Marinalva, por tudo que representa na luta pela religião na História Paraibana, fé e sua presteza em contribuir em nossa pesquisa de forma tão bela.

A meu Padrinho Wolf Ramos, amigo e presidente da CRUZADA Federativa de Umbanda e Cultos Afro Brasileiros da Paraíba, atualmente a segunda mais antiga do estado ainda em atividade plena, e com muita responsabilidade de ressalva. Obrigada pelo carinho, piadas e nossas longas horas de conversa sobre a religião. Quanto é belo sua fé, e sonho de uma religião (de federações) unificada e forte, juntos pela luta a intolerância e preconceito!

As minhas “Princesas da Jurema”, Márcia Péres (Nenê), carinho, ajuda, suor e sorrisos sempre. Bárbara, força, alegria e recomeço, Bruna, vivencia e a percepção e Bianca, a Ogã que abriu os caminhos.

As grandes Juremeiras Jeniffer, Kátia e Solnaya, e Karina pela amizade fé e representação da raiz.

Ao meu amigo Professor Ms.Paulo Henrique, que sempre me incentivou com um belo sorriso que chegaria a esse momento, mesmo antes dele acontecer. Suas palavras de força e motivação, sempre estará comigo querido!

Ao amigo Glício, futuro Mestre, que muito tem me ajudado com a troca de experiências e sua solicitude sempre que grito por ele. Pessoas como você querido, são raras. Tenho certeza de suas conquistas e realizações pessoais, conte comigo sempre! Sua amizade foi uma das melhores conquistas neste percurso.

A todos meus amigos do Mestrado e da Graduação das Ciências das religiões, que se fizeram presentes a cada dia, compartilhando, sorrisos, lágrimas e conquistas. Em especial a Mirinalda, Eduardo, Roberto Veras, Thallisson, Cristina, Aldenir, Dafiana,

Eudes, Tatiane, Taís, Amanda, Karla, Rodrigo, Rogério e tantos outros que não consigo citá-los, mas sempre viverão em meu coração.

E a todos os outros amigos e companheiros do meu trabalho secular, e familiares que acreditaram e me motivaram a caminhada.

Obrigada.

LISTA DE SIGLAS

CAPES- Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal do Nível superior

CEE- Conselho Estadual de Educação

CEER- Comissão do Ensino Religioso

CEB – Conselho Educacional Brasileiro

CIER- Conselho das Igrejas para o Ensino Religioso

CNE- Conselho Nacional de Educação

CNBB- Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil

CNPQ- Conselho Nacional de pesquisa

DMT- Dimetiltriptamina

EF- Ensino Fundamental

ER- Ensino Religioso

EMC- Educação Moral e Cívica

FIDELID- Formação Identidade e Liderança dos Professores do Ensino Religioso

FONAPER- Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso

FCP UCANJU- Federação Cultural de Umbanda, Candomblé e Jurema

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

ONU- Organização das Nações Unidas

OSPB- Organização social e Política Brasileira

PUC- SP- Pontifica Universidade Católica do Estado de São Paulo

PB- Paraíba

PCNER- Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso

PPGCR- Programa de Pós- Graduação em Ciências das Religiões

PSDB-RS - Partido Socialista do Brasil -Rio grande do Sul

PT-PR – Partido dos Trabalhadores- Paraná

SEC- Secretaria de Educação e Cultura

SME- Secretaria Municipal de Educação

UFPB- Universidade Federal da Paraíba

UNE- União Nacional Estudantil

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico da Doação de Terras da Sesmaria de Alhandra/PB	64
Gráfico analítico do Instrumento 2- Adeptos Religiosos	75
Gráfico analítico do Instrumento 1- Professores do ER	77

LISTA DE TABELAS

Tabela da Doação de Terras aos Indígenas da Sesmaria de Alhandra/PB	60
Tabela do calendário ritos da Jurema	66
Tabela explicativa sobre as sete principais entidades da Jurema	72

LISTA DE IMAGENS

- F1- Mestre Vaqueiro Infantilizado
- F2- Preto Velho- adaptação de uma pintura popular infantilizada
- F3- Cabocla Vovó- Infantilizada
- F4- Baiana- Infantilizada
- F5- Árvore de Jurema - 2014
- F6- Folhas e vagem de Jurema- 2015
- F7- Mesa de Exu- 2014
- F8- Saída de Jurema Mãe Monica de Oxum Mitaladêh- Mestre Tranquilino Incorporado – (1994)
- F9- Festa de Exu e Pomba - Gira Doméstica (2014)
- F10- Criança Indígena Tabajara (2013)
- F11- Criança Indígena Tabajara (2013)
- F12- Indígena da Aldeia Tabajara em Barra de Gramame- Preparação pra o Toré de Jurema (2013)
- F13- Banho das Guias de Jurema no Mar- rito de preparação (2014)
- F14- Padrinho, Madrinha, Mãe de Santo e aspirante a Juremeira (2014)
- F15- Cruzamento das Guias de Jurema nas matas (2014)
- F16- Macaia dos Caboclos- Oferta de permissão para trabalho nas matas (2014)
- F17- Jurema na Mata- Gira de entrega (2014)
- F18- Adé de Jurema- Cruzamento
- F19- Adé de Jurema – Rito de Preparação – Amaci de cabeça (2014)
- F20- Adé da Jurema- Rito de Preparação- Filho alimentando-se pela Mãe
- F21- Adé da Jurema- Rito de preparação- Filhos preparado com Padrinhos (2014)
- F22- Adé da jurema- Entrada de quarto – 7 dias (2014)
- F23- Entrada de Jurema- Lavagem dos pés- Rito de Preparação (1994) - Acervo Mãe Monica de Oxum Mitaladêh
- F24- Entrada de Jurema- Amaci de Preparação (1994)- Acervo Mãe Monica de Oxum Mitaladêh

F25- Entrada de Jurema- Alimentando-se Rito de preparação (1994) - Acervo Mãe Monica de Oxum Mitaladêh

F26-Saída de Jurema- (1994)- Saída da Preta velha Maria Conga- Acervo Mãe Monica de Oxum Mitaladêh

F27- Saída de Jurema (1994)- Saída da Cabocla Tauany- Acervo Mãe Monica de Oxum Mitaladêh

F28-Saída de Jurema (1990) – Coroação de Mestre- Acervo Mãe Monica de Oxum Mitaladêh

F29- Mesa de Pomba-gira- Festa

F30- Festa de Pomba-gira – Toque com Gira

RESUMO:

O presente trabalho traz o desafio da apresentação da Jurema Sagrada como temática relacionada às matrizes afro-brasileiras e indígenas junto ao Ensino Religioso. Buscando fazer um resgate histórico e cultural dos indígenas do Nordeste, e apresentando uma proposta didática de como abordar a temática em sala de aula. O trabalho foi organizado em três etapas, onde na parte introdutória é realizada toda a apresentação e fundamentação teórica e metodológica da pesquisa, além de conceitos construídos a partir de vários autores das Ciências das Religiões tais como: religião, magia, prática pedagógica e educação. O trabalho de cunho bibliográfico também contou com ação antropológica em campo empírico, onde se desenvolveu atividades de observação, entrevista semi-estruturada e relatos de história oral. No segundo capítulo apresentamos uma síntese histórica do Ensino Religioso do Brasil, do período pré-cabraliano à contemporaneidade, atrelando-a a história da educação brasileira. No último capítulo apresentamos a Jurema Sagrada como religião afro-indígena oriunda em sua premissa dos indígenas do Nordeste. Destaca os indígenas da Paraíba e o desenvolvimento da prática religiosa em nosso estado a partir da prática do Catimbó em Alhandra- PB. Busca situar a temática ao campo educacional e organizar uma proposta didática de como abordá-la junto à comunidade discente. A pesquisa contou com uma vasta bibliografia especializada, tais: Roger Bastide (1945), Figueredo (1976), Darcy Ribeiro (1995), Neuhoof (1942), Mello (2002), Gândavo (2007), Léry (1961) e outros mais específicos da temática tais como Vanderzande (1975), Assunção (2010), Salles (2010), Andrade (1983), Mota (2007) ou ainda teóricos que contribuíram com as Ciências das Religiões e o Ensino Religioso ligadas a outras áreas de conhecimento como: Durkheim (1989), Greschat (2005), Tomas Keitlyn, Passos (2006), Junqueira (2012); Eliade (2009), Agnolin (2013), Hanegraaff (1966), Lévy-Strauss (1975), Guerriero (2010), Park (2010). Traz referências a excelência e a educação significativa de Freire (1996), Libâneo (1992), entre outros. Bases legais como as leis 11.645, da LDBEN, o Art. 33 da mesma lei e a Declaração Sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas, aprovada pela resolução 47/135 da Assembleia Geral da ONU de 18 de dezembro de 1992, auxiliaram no embasamento de todo trabalho. Reflexões sobre a construção curricular e a história do Ensino Religioso no Brasil e sua firmação como componente curricular também foram destacados. Muitos resultados da pesquisa estão apresentados costurados ao corpo textual, desde a coleta de informações junto à comunidade religiosa, até o posicionamento e dificuldades apresentados pelos professores de Ensino Religioso na abordagem da temática em sala de aula.

Palavras- chave: Educação, Religião, Jurema, Prática Pedagógica.

ABSTRACT:

This piece of work brings the challenge of presenting the *Jurema Sacred* as a theme related to Afro-Brazilian and Indigenous matrices and Religious Education, performing historical and cultural revival of the Northeastern Indians and presenting a didactic approaching proposal for this subject in the classroom. The work was organized in three parts, in which the introductory holds the research presentation, its theoretical and methodological basis and a series of concepts constructed from Sciences of Religions authors, such as religion, magic, pedagogical practice and education. Besides being essentially bibliographic, this work also counts on empirical anthropological activities, such as observation, interviews with semi-structured instruments and oral history narratives. The second chapter presents a historical synthesis of Religious Education in Brazil, from pre-Cabral times to contemporaneity, linking it to the history of Brazilian education in general. The last chapter finally presents the *Jurema Sacred* as an afro-indigenous religion, originated in principal from the Northeastern Indians, highlighting Paraíba's Indians and the development of their religious practice in this State, especially focusing the attention on the practicing of the *Catimbó* in the city of Alhandra. The main attempt is to situate this subject in the educational field and to develop a didactic proposal for how to approach it with the student community. The research counts on an extensive specialized bibliography, including: Roger Bastide (1945), Figueredo (1976) , Darcy Ribeiro (1995) ,Neuhof (1942), Mello (2002), Gândavo (2007), Léry (1961) and; some other authors more specified in the subject like Vanderzande (1975), Assunção (2010), Salles (2010), Andrade (1983) , Mota (2007). It also includes some other theorists that developed considerations about Sciences of Religions and Religious Education, connected to other fields of knowledge, such as: Eliade (2009), Agnolin (2013), Hanegraaff (1966), Lévy-Strauss (1975), Guerriero (2010), Park (2010) and the excellent significant references in education of Freire (1996), Libâneo (1992), etc. Legal basis such as the law 11.645 of the LDBEN, its article 33, and the *Declaration on the Rights of Persons Belonging to National or Ethnic, Religious and Linguistic Minorities*, approved by the resolution number 47/135, at the General Assembly of the UN in December 18th, 1992, also supported the work in a whole. Reflections on the curriculum construction and the history of the Religious Education in Brazil, and its consolidation as a curricular component, are also highlighted in this work.

Keywords: Education, Religion, *Jurema*, Pedagogical Practice.

RESUMEN

Este trabajo trae el desafío de presentar la Santa Jurema como un tema relacionado con los arrays-africano brasileños e indígenas con la educación religiosa. Tratando de hacer un renacimiento histórico y cultural del noreste indígena, y la presentación de una propuesta didáctica para la forma de abordar el tema en el aula. El trabajo se organiza en tres etapas, donde en la parte introductoria se celebra en toda la presentación y el fundamento teórico y metodológico de la investigación, y los conceptos construido a partir de varios autores de Ciencias Religiones como la religión, la magia, la práctica pedagógica y la educación. El trabajo bibliográfico incluye también la acción antropológica en el campo empírico donde desarrolló actividades de observación, entrevistas y reportajes de la historia oral semi-estructurada. El segundo capítulo presenta una visión histórica de la educación religiosa de Brasil, la pre-cabraliano a la época contemporánea, atándolo a la historia de la educación brasileña. En el último capítulo se presenta el Santo Jurema como la religión afro-indígena se originó en su premisa de Northeast indígena. Destaca el indígena de Paraíba y el desarrollo de la práctica religiosa en nuestro estado de la práctica de Catimbó en Alhandá-PB. Buscar situar el tema en el campo educativo y la organización de una propuesta didáctica para la forma de abordarlo con la comunidad estudiantil. La investigación incluyó una extensa bibliografía especializada como: Roger Bastide (1945), Figueiredo (1976), Darcy Ribeiro (1995), Neuhoof (1942), Mello (2002), Gandavo (2007), Lery (1961) y otros temática específica como Vanderzande (1975), Asunción (2010), Salles (2010), Andrade (1983), Mota (2007) o los teóricos que han contribuido a las Ciencias de las Religiones y de Educación Religiosa vinculados a otras áreas del conocimiento como : Durkheim (1989), Greschat (2005), Tomás Keityn, Passos (2006), Junqueira (2012); Eliade (2009), Agnolin (2013), Hanegraaff (1966), Lévy-Strauss (1975), Guerriero (2010), Park (2010). Trae referencias a la excelencia y la educación significativa Freire (1996), Libâneo (1992), entre otros. Bases jurídicas como las leyes 11.645, el LDBEN, Art. 33 de la misma ley y la Declaración sobre los Derechos de las personas pertenecientes a minorías étnicas, religiosas y lingüísticas, nacionales o aprobadas por la Resolución 47/135 de la Asamblea General de la ONU de 18 diciembre de 1992, colaboró en la fundación de todo el trabajo. También se destacaron Reflexiones sobre el desarrollo curricular y la historia de la educación religiosa en Brasil y su afirmación como un componente curricular. Muchos resultados de la investigación se presentan cosen el cuerpo textual, desde la recogida de información de la comunidad religiosa, a la colocación y las dificultades que presentan los profesores de Educación Religiosa en el enfoque temático en el aula.

Palabras clave: Educación, Religión, Jurema, Enseñanza Práctica.

Sumário

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO II – SÍNTESE PANOÂMICA DO ENSINO RELIGIOSO BRASIL.....	32
2.1 DO PERÍODO PRÉ-CABRALIANO AO IMPÉRIO	32
2.2. NOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA	37
2.3. OS NOVOS CONTEXTOS VIVENCIADOS PELO ENSINO RELIGIOSO	44
2.4 O FONAPER E A NORMATIZAÇÃO DO ER NA PARAÍBA	48
CAPÍTULO III – A JUREMA SAGRADA – EDUCAÇÃO, RAIZ, FORÇA, FÉ E RESSIGNIFICAÇÃO.	54
3.1-EDUCAÇÃO EM INTERFACE COM A JUREMA	54
3.2 A “YU-RE-MA” E O INDÍGENA NA CULTURA RELIGIOSA SERTANEJA: TAPUIAS- ESPIRITUALIDADES E RESISTÊNCIA ÉTNICA	63
3.3. CATIMBÓ – JUREMA	70
3.4. SISTEMAS DE CRENÇAS NO CULTO A JUREMA SAGRADA	83
3.5. ENSINO RELIGIOSO E JUREMA: UMA PROPOSTA NA PRÁTICA EDUCATIVA	89
3.2.1 <i>A Cabocla Jurema</i>	94
3.2.2. <i>Outra versão da Cabocla Jurema:</i>	94
3.2.3. <i>Musicalizando em sala</i>	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICE	118
ANEXOS	124

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

O Ensino Religioso na comunidade escolar continua sendo um desafio na prática pedagógica de docentes na Paraíba e no Brasil, pois quando tratamos com diversas matizes do ensino, como é o caso do Ensino Religioso, vemos a predominância de um ensino voltado para a cultura cristã, com modelo catequético, ligada a confissões dogmáticas como apresenta Passos (2007) em uma análise dos pressupostos do Ensino Religioso. Destacando a diferença entre educação religiosa com foco proselitista e Ensino Religioso nos moldes das Ciências das Religiões.

Sendo o Brasil um país miscigenado com vasto leque cultural e um estado declarado laico, esse enfoque cristão não deveria predominar na sociedade. No entanto, vemos que, atualmente, o nosso país vem se modificando paulatinamente a fim de alcançar uma laicidade nos mais diversos níveis da sociedade. Nestes moldes, acreditamos na pertinência da pesquisa intitulada: ***JUREMA SAGRADA: DESAFIOS À PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL*** como base teórica e ferramenta metodológica para uma reflexão pedagógica, eficaz e significativa junto a desafiante temática, uma vez que a oferta de uma proposta pedagógica utilizando a minoria religiosa Jurema tem caráter inédito no âmbito acadêmico.

A lei 10.630, mais tarde ratificada pela 11.645 de 10 de março de 2008, contribui para essas modificações estabelecendo ao currículo oficial a obrigatoriedade do estudo da história afro-brasileira e indígenas nos estabelecimentos do Ensino Fundamental e médio, públicos e privados do país. Porém, o reconhecimento das minorias religiosas como fonte de resistência e herança cultural, através das matrizes afro brasileiras e indígenas devem ser exaltadas e incluídas como determina a Declaração Sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas, aprovada pela resolução 47/135 da Assembleia Geral da ONU de 18 de dezembro de 1992.

O art. 33 da lei 9.475 de 1997 vem estabelecer a conquista pelos esforços de muitos educadores, representantes religiosos, associações não-governamentais e a população em geral, sensibilizados pela situação do ensino religioso praticado principalmente nas escolas públicas do ensino fundamental. Cientes do contexto e de suas exigências, estes educadores e representantes institucionais, ratificaram a importância e a

necessidade de disponibilizar aos educandos, no conjunto dos conhecimentos escolares, conteúdos sobre a diversidade cultural religiosa do povo brasileiro, como uma das formas de promover e exercitar a liberdade de concepções e a construção da autonomia e da cidadania, prerrogativas de um estado laico e democrático.

Todavia, a cultura escolar predominante por muito tempo se esqueceu do compromisso enquanto educadores e formadores, de esclarecer aos discentes sobre as mais diversas linhas religiosas, suas histórias, filosofias e práticas culturais existentes em nosso país. Na maioria das vezes, ocultando até mesmo religiões nascidas da miscigenação do nosso povo como é o caso da Jurema, cultuada em todo nordeste, que tem na Paraíba e, em especial, Alhandra como referência espacial, sendo ela considerada berço da Jurema Sagrada.

Nossa pesquisa tem o objetivo de realizar uma apresentação da Jurema como religião de matriz indígena, com influências marcantes culturais Afro, cristã e Kardecista cultuada em grande parte do nordeste advinda do Antigo Catimbó. Com significativa representação do Clã do Acaís no município de Alhandra - PB.

Situando-a no foco educativo, na perspectiva temática do Ensino Religioso, a partir das análises legais e propostas curriculares existentes. A temática, além de promover uma exaltação sobre a religiosidade e a memória do indígena paraibano e do nordeste desconstrói a idéia do mito “demonizado”, “maléfico”, imposto a nós pelo colonizador como arma de conquista e dominação a qual permanece viva em nossa atualidade densamente; como podemos observar notoriamente nas minorias religiosas as quais são rotuladas como religiões demoníacas.

Segundo Greschat (2005): “Do ponto de vista do observador, o objeto tem um efeito ambíguo: a religião atrai ou nos repele.” (p.21, 2005). Ou seja, para ele a religião pode repelir ou trazer para si, dependendo do ângulo que o observador esteja. Logo, se assim fomos conduzidos à óptica maléfica, a probabilidade de seguirmos essa visão é praticamente certa. Daí pode-se fazer uma análise do porque as minorias religiosas ainda são tão marginalizadas em nossa sociedade.

Essa proposta de pesquisa surgiu da minha vivência com alguns terreiros de jurema e através da experiência como docente. Essa vivência mostrou o quanto é falho o trabalho com o Ensino Religioso nas escolas públicas da nossa capital. Sou pedagoga e além de trabalhar como coordenadora pedagógica e educacional mantive-me sempre em

sala de aula, por acreditar que realmente poderia dar minha contribuição de forma significativa para os mais necessitados, e para minha surpresa, em uma escola de comunidade carente e de risco; onde alunos tinham acesso livremente às comunidades de terreiros próximas as suas residências e, muitas vezes, até as frequentavam nos dias de festejos pelos mais diversos motivos.

Pude observar que os mesmos tinham grande resistência em aceitar a ideia que as religiões de matriz afro-indígena eram “corretas”, ou como outros falavam: “macumba não é do bem: é errado!”. Essas expressões foram comuns durante a minha docência e foram questões que me incomodaram e causaram em mim o impulso para realizar essa proposta de trabalho.

Por vezes, observei a intolerância religiosa com outras crianças adeptas as essas religiões e vê-las vítimas do fracasso escolar e mediante as raízes do preconceito vivenciadas por elas, me fez sentir impotente diante da realidade e preconceito esse também sofrido por mim ao escolher essa temática de pesquisa em meu próprio seio familiar, uma vez que nasci em berço cristão protestante, crescendo nos princípios e doutrinas evangélicas, participando ativamente dos ritos e credos religiosos onde tenho sacerdotes e cargos clérigos entre meus pais e irmãos consangüíneos; o que causou situações de desconforto e apatia, ora apaziguados.

Outra vivência pessoal se deu ao ser indeferido meu pedido a gestão da escola a qual surgiu toda essa proposta, para eu utilizá-la como campo da pesquisa. Quando perguntei ao responsável o porquê do indeferimento, só me respondeu que no momento ele não liberaria, quem sabe em outra perspectiva. Recentemente também vivenciei outra situação: surgiu uma vaga para professor do ensino religioso na escola a qual faço parte da equipe técnica. Procurei a direção e expus meu interesse em ser remanejada para a função, a gestora olhou para mim e falou que a escola não estava precisando de uma “Cientista das Religiões”, mas uma pessoa que falasse e ensinasse sobre o amor de DEUS, o único verdadeiro! Em outras palavras: nesses lugares não se pratica Ensino Religioso, mas sim educação religiosa, catequética, dogmática e proselitista.

Ainda falando de minhas experiências terei minha gratidão eterna ao meu professor de História do Ensino Fundamental, Drº Waldeci Ferreira Chagas, que em 1992, quando eu tinha 12 anos de idade, me fez refletir, pela primeira vez, sobre os problemas sociais sofridos por negros, pobres, marginalizados, excluídos da sociedade por sua cor,

escolhas sexuais, religiosas ou situação econômica. Fez-me descobrir a pessoa que realmente eu queria ser e a profissão a qual gostaria de seguir: educadora.

Nesse percurso, rumo à carreira acadêmica e de pesquisadora, cheguei ao PPGCR – Programa de Pós Graduação em Ciências das Religiões, que veio a mim com pertinência as minhas escolhas e objetivos pessoais, uma vez que desde a própria filosofia do curso e de todo o programa já observamos a magnitude de sua essência e campo de atuação, como nos cita Miele e Possebon, (2012):

Quanto ao nome do curso, não foi utilizado "Ciência (s) da Religião" porque o singular tende a pressupor a existência de um método científico e de um objeto unitário. Entretanto, quem prefere falar de "Ciências das Religiões" o faz porque está convencido tanto do pluralismo metodológico quanto pluralismo do objeto. Esta foi nossa opção filosófica."(MIELE e POSSEBON, 2012)

E foi essa perspectiva de pluralismo metodológico e de objeto que me encantou e despertou as possibilidades que poderia ter não só como educadora, mas como acadêmica e pesquisadora em ter total liberdade como cientista das religiões bebendo de fontes e linhas filosóficas religiosas inesgotáveis. Ousando e construindo novas possibilidades, mas principalmente tendo total consciência como fala Freire (1996), do nosso "inacabamento" como educadores e formadores de opinião, portanto, a busca pelo conhecimento é contínuo.

Compreender a gênese da religião foi algo fascinante nesse processo em que estou trilhando, pois Passos (2006) aborda com muita facilidade os primeiros indícios religiosos do homem ainda no Paleolítico, endossando a religião como fenômeno essencialmente histórico-social a qual se desenvolveu a partir das transmissões de tradições e significações simbólicas e valores.

"A religião enquanto fenômeno histórico-social, é sempre um sistema social mais ou menos organizado, uma vez que envolve processos de transmissão de tradições, de relações sociais e codificações de significados e valores." (PASSOS, p.30, 2006)

Na temática abordada em nossa pesquisa, a Jurema, podemos ver claramente as características abordadas por Passos (2006), nesta citação. Pois, como as demais minorias religiosas afro-indígenas (Candomblé, Umbanda e Jurema), os ensinamentos e os ritos são passados oralmente pelos seus sacerdotes e adeptos no dia-a-dia de seus terreiros; uma

característica cultural das sociedades primitivas brasileiras e mundiais. Sem dúvida, outros saberes com relação aos estudos das Ciências das Religiões surgem paulatinamente em nosso dia-a-dia acadêmico; abrindo-nos novos horizontes no saber e recriando novas possibilidades para nossas vidas quanto ser humano.

Muitas aquisições conceituais a cerca da temática, pertinentes a compreensão do contexto da Jurema foram necessárias na pesquisa dentro do universo das Ciências das Religiões. A primeira delas seria compreender conceitos de Magia, uma vez que as religiões afro-brasileiras e indígenas são consideradas religiões de “Práticas Mágicas”(Guerriero, 2010). Outros conceitos ainda como mandingas e superstições bastante popularizadas nas práticas ritualísticas e culturais dos adeptos dessas linhas religiosas também foram pesquisados com o intuito de compreender o universo cosmogônico presente nestes grupos religiosos.

Ao adentrar uma reflexão sobre magia é necessário entender um pouco sobre o campo epistemológico que rege a essência e significação da palavra atrelando-a aos pensamentos conceituados de alguns autores. A etimologia da palavra Magia, provém da Língua Persa “magus” ou “magi”, que significa sábio. E para muitos grupos tribais ou sociedades primitivas realmente estava ligada a esta conotação (Lévi-Strauss, 1975). Seriam atos e práticas manipulativas ritualísticas dos elementos naturais conduzidos por uma vasta sabedoria espiritual. Por muitos é considerada uma forma de ocultismo que estuda os segredos da natureza e a sua relação com o homem; criando assim, um conjunto de teorias e práticas que visam ao desenvolvimento integral das faculdades internas espirituais e ocultas do ser humano; até que este tenha o domínio total sobre si mesmo e sobre a natureza. Para (GUERRIERO, 2010) a magia seriam técnicas de manipulação e controle ou ordem geral da natureza com a crença na ligação entre duas coisas fisicamente separadas.

Já na concepção de (Marcel Muss,1974) a relação de magia só poderá ser considerada como tal quando vista relacionada diretamente a toda sociedade e não ligada apenas praticante por um pequeno grupo dela representada. Para ele, a magia deve ser vista como um sistema de conhecimento e representação dos medos e necessidades coletivas. Ou seja, ela nunca será um ato totalmente individual, mesmo sendo realizado isoladamente em determinado rito. Para o autor, a magia é sempre um ato social; pois o indivíduo age de acordo com as tradições de seu grupo. Em seu livro “Esboço de uma teoria geral da

Magia” (1ª Ed.1950), a magia para ele estará ligada a agentes; atos e representações os quais dividirá em três grupos que serão chamados de mágicos, representações mágicas e ritos mágicos. Nesta tríade explicativa, o indivíduo que exerce atos mágicos mesmo quando não for considerado um profissional será chamado de mágico. Assim, “representações mágicas” seriam as ideias e as crenças que correspondem aos atos mágicos; e todos os atos os quais se definem outros elementos da magia ele denomina “ritos mágicos”.

Dentro desta perspectiva de ritualística mágica, o autor busca fazer uma separação do que seriam ritos mágicos de ritos religiosos; para ele, ambos têm com frequência agentes e ações diferentes não sendo efetuados pelo mesmo indivíduo. Como exemplifica:

Quando, excepcionalmente, o sacerdote faz magia, sua atitude não é a atitude normal de sua função; ele dá as costas para o altar, faz com a mão esquerda o que deveria fazer com a mão direita, e assim por diante. (MARCEL MUSS, p.60, 1974)

A Cura pela magia muito buscada em religiões de práticas mágicas como é o caso das cerimônias e atendimentos de Culto a Jurema Sagrada, já esteve em alta e em popularidade no passado. Segundo (THOMAS KEITHN,1991) entre os séculos XV e XVII, existiam os magos das aldeias considerados curandeiros. Onde popularmente também eram denominados como: encantadores, benzedores, conjuradores, feiticeiros ou bruxos. Esses ofereciam vários serviços à população que variavam de adivinhações, curas, leitura de sorte até localização de objetos perdidos. A prática ritual mágica de cura sempre estava ligada ao sincretismo pagãista e elementos cristãos absorvidos pela população. Num ritual de cura, remédios naturais e cuidados especiais estavam sempre incluídos junto a rezas, orações ou sortilégios como cita o próprio autor.

Esta consistia basicamente num misto de remédios do senso comum, combinados com o conhecimento herdado sobre as propriedades terapêuticas das plantas e minerais. Mas também incluía certos tipos de cura ritual, onde as rezas, fórmulas mágicas ou sortilégios acompanhavam o medicamento ou até compunham sozinhas as formas exclusivas de tratamento. (THOMAS KEITHN, p. 156. 1991)

O que nos faz muito lembrar de todo sincretismo e absorção cultural religiosa a partir de outros grupos e segmentos presentes nos ritos e mitos do culto à Jurema. Como é

o caso das rezas e defumações católicas, banhos e beberagens indígenas e afro- brasileiras e elementos espiritualísticos Kardecistas e Orientais.

Ao falarmos de cura através da magia existe um termo popular muito utilizado em nosso país conhecido como “mandinga” o qual não é de uso recente; ele está presente em nossa cultura desde a época colonial. Esse termo era utilizado para designar uma espécie de amuleto utilizado por alguns grupos étnicos africanos chegados ao Brasil adeptos de suas próprias crenças mais tarde chamado de patuá¹. Dentro dessa espécie de Patuá, continham trechos de escritas e símbolos próprios com representação de proteção. Aos poucos, o uso destes amuletos se torna comum em meio aos escravos adicionado ervas, sementes ou quaisquer outros objetos que remetessem sorte ou cura.

Desta forma, o uso de um patuá de mandinga remeteria a uma espécie de tratamento de cura mágica. Os mandingueiros, em sua maioria, eram vistos como feiticeiros ou curandeiros que representavam um papel muito importante na crença popular do negro no Brasil. As bolsas de mandingas aos poucos também receberam influências sincréticas, como o uso de orações católicas utilizadas dentro dos amuletos; o que nos remete mais uma vez a vasta diversidade religiosa o qual o Brasil foi desenvolvendo-se a partir da miscigenação de seu povo.

Atualmente, o uso de patuás ainda é bastante comum em determinadas religiões em nosso país como é o caso das afro-indígenas. Nestas religiões, elas continuam com a mesma simbologia: proteção e cura. No culto aos orixás, os patuás recebem plantas e ervas que representam essas entidades espirituais as quais passam por ritos antes de serem utilizadas pelos seus adeptos, que para eles também tem uma conotação mágica.

Outra palavra que é muito popularizada em nossa cultura é superstição. Etimologicamente, ela vem do latim “superstitio” derivado de “supertare”, cuja origem até hoje é controvertida; embora seja consenso de o elemento super (“acima”) fazer referência aos poderes que estão acima dos simples mortais. No entanto, para os romanos, superstição

¹ É um amuleto muito utilizado por pessoas ligadas ao Candomblé. O amuleto é feito de um pequeno pedaço de tecido na cor correspondente ao Orixá, ao qual é bordado o nome do Orixá e colocado um determinado preparo de ervas e outras substâncias atribuídas a cada Orixá. A pessoa utiliza o Patuá específico do seu Orixá no bolso da sua vestimenta, dentro de carteiras de cédulas, bolsas para obter proteção e sorte do seu Orixá. No Culto aos Egungun esse amuleto é chamado de *Breve*. Não é considerado macumba mas sim, um talismã da sorte.

O grupo étnico Mandinga de origem africana carregava no peito um cordão com um pedaço de couro com inscrições de trechos do alcorão, eles eram muçulmanos, os negros de outras etnias denominavam esse objeto de patuá.

era uma forma pejorativa para apresentar as ideias rudes ou crendices do homem do campo na era clássica. Para nós, as crendices estão relacionadas a essa palavra como crenças e presságios que atraem na sua maioria atos negativos para quem os pratica ou vivencia. No Brasil essa crença do medo e fé de algumas práticas supersticiosas são consideradas para muitos ter uma relação direta com algum tipo de magia.

No entanto, para alguns estudiosos, as superstições estão enraizadas nos seres humanos com resquícios adquiridos na infância no período de aquisição da linguagem. Como traz (PARK, 2011) em seu livro “Superstição - Crenças na era da Ciência”, publicado pela editora da Unicamp no mesmo ano. Em sua obra o autor ressalva que:

As crenças supersticiosas também podem ser consideradas um distúrbio natural da infância. Como a aprendizagem é tão importante para sobrevivência, o cérebro da criança é receptivo. O cérebro é, em grande medida, uma tábula rasa, uma folha em branco particularmente receptivo a linguagem, porém também vulnerável às explicações supersticiosas acerca do mundo. Algumas pessoas conseguem se livrar dessas ideias, outras não. (PARK, p.69,2011)

O fato mais interessante na verdade é que mesmo vivendo a era da informação e informatização, essas ideias de superstições e magia estão cada vez mais conectadas e vivas na população mundial e brasileira; trazendo novos contextos e ressignificações na religiosidade e espiritualidade dos seres humanos. Como podemos observar em sites e blogs religiosos com receitas de curas, porções, orações e os mais diferentes ritos presentes da Jurema e de outras linhas religiosas.

As controvérsias do “discurso adequado” com relação à abordagem da temática, também foi algo que me levou a refletir sobre a ideia e colocações linguísticas de outros autores, especificamente Historiadores, Antropólogos e Enólogos da Religião. Essa necessidade de compreensão das colocações “adequadas” do discurso ou linguísticas me foi necessária mediante os termos utilizados na redação textual os quais causaram algumas críticas. Termos tais “primitivos”, “sociedades tribais”, “grupos étnicos” ou ainda “tribos”.

Agnolin (2013) traz uma perspectiva histórico-comparativa de vários autores com relação aos termos, mitos e reproduções etnográficas, históricas e antropológicas das Religiões. Onde constantemente esses termos são utilizados em seus discursos como os estudos da Personificação e Animismo do Antropólogo Max Müller, apresentando o

estatuto de “primitivos” aos grupos étnicos primordiais estudados na época, chamados também como povos etnológicos. Como cita:

Coerentemente com a teoria do evolucionismo, os povos etnológicos viam se configurando, então, como a persistência no presente das condições de vida primitivas do homem: foi nessa perspectiva que no vocabulário da época, eles ganharam o estatuto de “Primitivos”. Considerados portanto, os resíduos da humanidade primitiva pela Antropologia e Etnologia...(2013, p. 30)

Para Müller, os povos etnológicos deveriam conservar, também, nesse estágio de primitivismo suas formas religiosas que viriam ensejar as “formas elementares da Religião”. Paralelamente a Müller, o Antropólogo Inglês Edward Burnett Tylor, se dedicará aos estudos destes grupos considerados “selvagens” buscando a partir dos estudos da religião com base na teoria, prática cultural e tradição mitológica, retirar esse estigma construído na época de “selvagens” para “primitivos”, isto é representando assim os primórdios da humanidade. O que conseguiu com sucesso após a apresentação de sua tese no Congresso de Arqueologia histórica de Norwich em 1868.

Com base em dados históricos Durkheim, faz uma análise das “formas elementares da Religião” a partir do totemismo nas sociedades primitivas australianas. Publicada em sua obra : *Les Formes Élementaires de La Vie Religieuse: Le Système Totémique em Australie* (Paris 1912). Para o autor o totemismo australiano representava um tipo de culto mais “primitivo e fundamental” de uma representação religiosa. Em sua visão positivista além de permitir descobrir, hipoteticamente as formas elementares da religião, serviria para generalizar essas formas a todas as sociedades “primitivas” ou consideradas por ele como mais “simples”.

Trazendo mais para o campo da fenomenologia, destacamos os importantes trabalhos do Historiador das Religiões Mircea Eliade. Seus trabalhos ganham prestígio e destaque nas Ciências das religiões, na linha fenomenológica por estarem atreladas a várias áreas importantes nas pesquisas das religiões. Desde os campos teológicos, sociológicos, antropológicos, mas principalmente históricos. O qual buscou traçar a essência religiosa das mais amplas culturas a partir da Morfologia do Sagrado. Entre suas muitas publicações sobre culturas religiosas Ocidentais, a ideia do Sagrado e Profano, entre outras, sem dúvida sua obra: *O Tratado da História das Religiões* (1948), vem reproduzir

de fato uma “morfologia do sagrado” a partir da historicidade religiosa e cultural dos grupos étnicos e sociais.

Nesta obra, Eliade (1948), busca traçar essa morfologia, indicando-a nos processos históricos de vários grupos, utilizando detalhes específicos e minuciosos de suas culturas e crenças registrados. Ele endossa sacralidade como sendo fatos sagrados, reforçando que cada documento analisado pode ser considerado uma hierofania. Para o autor, cada documento histórico reproduz uma dupla revelação: 1ª Revela a modalidade do sagrado como hierofania; 2ª Enquanto momento histórico, revela sua situação do homem em relação ao sagrado. Ele aponta ainda a relevância dos mitos, ritos, deuses superstições entre outros, para a compreensão do fenômeno religioso.

Durante toda abordagem presente no discurso de Eliade nesta obra, o autor utiliza continuamente sem nenhuma restrição termos linguísticos como “primitivos, sociedades tribais, tribos”, sem fazer juízo de valor com relação a esses grupos. Uma referencia aceitável dentro das ciências das religiões. Por vezes, encontramos referências em sua obra tais como:

...é certo que semelhantes crenças nos seres supremos celestes representavam outrora o próprio centro da vida religiosa e não um simples setor periférico, como se apresentam hoje entre os primitivos. A pobreza atual do culto destas divindades uranianas significa pura e simplesmente que conjunto cultural foi confiscado por outras formas religiosas: o que em caso nenhum significa que semelhantes divindades uranianas sejam criações abstratas do homem primitivo.(Eliade ,2008 p.53)

Essa citação remete-se ao culto aos deuses uranianos, apresentados por Eliade (2008) como divindades presentes e adoradas pelas sociedades tribais ou primitivas. Esses termos são apresentados constantemente no desenvolver de toda obra.

Recentemente outros pesquisadores e historiadores da Religião como o brasileiro Sillas Guerriero, acadêmico da PUC-SP, apresenta grande leque de trabalhos relacionados a Histórias das Religiões e Novos Movimentos Religiosos, onde utiliza em suas produções termos linguísticos como tais citados anteriormente.

O pesquisador norte americano Wouter J. Hanegraaff, dedica-se principalmente ao movimento New Age como Religião a partir dos dados históricos dos povos como ele próprio cita primitivos e suas religiosidades.

Sabemos que alguns termos são recentemente criticados por antropólogos e etnólogos na atualidade. Pois se remetem muitas vezes a situações pejorativas e preconceituosas de realidades históricas e culturais. No entanto, procurarei utilizar os termos necessários a construção textual, sem fazer juízo de valor, levando em consideração a base teórica dos cientistas das religiões sem desprezar também os conceitos da contemporaneidade.

Acredito na pertinência desta temática, pois a mesma é de muita relevância para uma reflexão junto à prática docente de educadores do ensino religioso em nossa atualidade, haja vista que ainda existem muitos tabus a serem quebrados no campo da apresentação da Jurema como religião; além de um novo olhar sobre as propostas didáticas pedagógicas como ferramenta de ensino em sala de aula e na comunidade escolar.

Se a regulamentação existe, porque o compromisso em formar e favorecer uma reflexão a cerca das matrizes afro-indígenas no Ensino Religioso ainda é um desafio? Poderia citar inúmeros motivos, desde o preconceito construído historicamente, até uma proposta curricular ainda em processo de construção. No entanto, a busca por o enquadramento destas temáticas em um processo curricular, mesmo que extra-oficial, torna-se necessária, no combate contra a intolerância religiosa, a busca de cultura de paz e laicidade plena.

Infelizmente ao longo desta pesquisa, deparei-me com traços do preconceito que se apresentou densamente de forma enraizada como já mencionei em muitos educadores. É notório que em sua maioria, esses estigmas estão atrelados a partir dos conceitos cristãos sobre as religiões consideradas num viés ortodoxo, como religiões pagãs. Seguindo o raciocínio de Nogueira (2004) qualquer religião que apresentasse práticas consideradas místicas recebia atribuição, pela ortodoxia religiosa, como uma religião de prática herética. Ele afirma ainda que em pleno século XX, essas práticas mágicas são consideradas demoníacas pelo cristianismo. E qualquer religião que fuja dos padrões da ortodoxia cristã é uma evidência do próprio Anticristo.

Assim, reflito que o conceito de religião herege seria o primeiro ponto de dificuldade no que diz respeito ao ensino sobre as religiões afro-indígenas na cultura escolar; Por isso, é necessário um trabalho de valorização e desconstrução negativa da mesma.

Para entender melhor a prática da Jurema Sagrada como religião oriunda dos grupos indígenas paraibanos temos que entender um pouco sobre a história dos nossos indígenas e o processo de desligamento cultural de suas raízes, algo que está bem focado no desenvolver do nosso contexto histórico.

A prática pedagógica docente e a didática de como apresentar o tema no caso da Jurema para os alunos em sala de aula e para a comunidade escolar é outro ponto determinante e desafiador em nossa pesquisa, pois pensaremos em uma proposta para apresentação neste trabalho a partir da observação do campo empírico. Mostrando sugestões de forma dinâmica, criativa, participativa e estimulante ao educando para que realmente ocorra uma aprendizagem significativa, levando em consideração as faixas etárias e os processos cognitivos das crianças e adolescentes deste segmento educacional.

Desta forma, a proposta da pesquisa tem por objetivo geral situar à temática dentro de uma perspectiva do Ensino Religioso. Problematicando a resistência quanto à apresentação da Jurema, como religião afro-indígena, sugerindo formas temáticas de abordá-la na comunidade escolar através de uma sequência didática.

Procurei traçar um panorama do Ensino Religioso na Paraíba, atrelando-o ao reflexo histórico da imposição religiosa no Brasil promovendo um resgate histórico da influência da cultura indígena da Paraíba e sua resistência religiosa através do estudo da Jurema Sagrada; mostrando traços marcantes da miscigenação cultural e sincretismo religioso; buscando, assim, uma reflexão e apresentação da mesma.

Seguindo essa linha de pensamento, propomos uma apresentação da cultura religiosa da Jurema em paralelo com autores da área desde os que destacam a cultura e história indígenas brasileiras como: Roger Bastide (1945), Figueiredo (1976) , Darcy Ribeiro (1995) ,Neuhof (1942), Mello (2002), Gândavo (2007), Léry (1961) e outros mais específicos da temática tais como Vanderzande (1975), Assunção (2010), Salles (2010), Andrade (1983) , Mota (2007) ou ainda teóricos que nos trouxe a reflexão das Ciências das Religiões e o Ensino Religioso ligadas a outras áreas de conhecimento como: Durkheim (1989), Greschat (2005), Tomas Keityn, Passos (2006), Junqueira (2012); Eliade (2009), Agnolin (2013), Hanegraaff (1966), Lévy-Strauss (1975), Guerriero (2010), Park (2010) não esquecendo referências a excelência e a educação significativa como Freire (1996), Libâneo (1992), etc.

E juntamente com essa revisão bibliográfica, utilizaremos metodologia de pesquisa bibliográfica e de campo, usando técnicas de aproximação qualitativa, dialética e antropológica; com instrumentos semi-estruturados de pesquisas, através do método da história oral, entrevistas, buscando experiências da atuação e vivência das pessoas que compunham as comunidades de terreiros e espaço escolar.

Tive como base o campo empírico da Escola Municipal Afonso Pereira, situada no bairro periférico de Mangabeira VIII, na capital pessoense. Escolhi especificamente este local, por ser a área a qual tive a vivência como professora do Ensino Religioso, e por ser uma localidade o qual encontramos vários terreiros de cultos afro-indígenas; como também ser o local o qual despertou-me a iniciativa de montar este projeto ora vinculado ao PPGCR. Infelizmente como já mencionado, por questões supostamente preconceituosas, a escola a qual desenvolvi minha vivência não foi autorizada pela gestão local a sediar nossa pesquisa. No entanto, a mesma situa-se nas proximidades da entidade que estará colaborando com a pesquisa.

Para proposta didática, pensei a partir da observação das crianças em sala de aula, os meios pedagógicos do conteúdo na prática escolar bem como suas visões e percepções quanto a temática. A turma escolhida para a observação foi o 5º ano do Ensino Fundamental, por acreditarmos que os mesmos já dispõem de uma maturidade e vivência maior necessários ao desenvolvimento da temática. Após esse momento de vivência com os educandos montaremos uma proposta, como sequência didática, contendo atividades das mais variadas possíveis.

Acredito que desta forma irei propiciar um resgate à historicidade religiosa de nosso povo apresentando a Jurema como uma religião brasileira, rica em cultura e em expressão corporal, repleta de valores de bondade e fraternidade e livre de preconceitos para com seus adeptos. Repensando e propondo um novo olhar em busca não apenas do combate a intolerância religiosa, mas uma laicidade plena e cultura de paz em nossas escolas.

O trabalho escrito da dissertação está sendo apresentada em quatro capítulos: o primeiro se refere à introdução do trabalho, onde falaremos das perspectivas, objetivos e meios os quais serão desenvolvidos toda a pesquisa sobre o qual traremos informações importantes sobre o campo de ação e observação, além da metodologia e referencias teóricas.

O segundo tratará de uma síntese panorâmica do Ensino Religioso no Brasil, atrelando-o ao Ensino Religioso na Paraíba em que faremos uma reflexão do período pré-Cabralino ao republicano, focando em dados históricos para contextualização da temática.

No terceiro capítulo, focarei a Jurema Sagrada buscando suas raízes históricas indígenas e apresentando o processo de sua sincretização com as religiões afro-brasileiras, cristãs e kardecistas. A visão e conceitos de adeptos religiosos e crianças no âmbito escolar também serão destacadas. Situado-as junto a educação, a partir das LDBEN, no artigo 33 e a Lei 11.645 ; a Declaração Universal das Pessoas Pertencentes as Minorias Étnicas, Religiosas e lingüísticas da ONU , e o PCNER(Parâmetros Curriculares do Ensino Religioso) do FONAPER. Ao final deste, será apresentada uma proposta de sequência didática construída a partir da vivência no campo empírico.

Nas considerações finais, farei uma reflexão geral de todo o processo vivenciando junto à temática – desde os momentos de fundamentação teórica à vivência e prática no campo; buscando fazer uma auto-análise de todo projeto e sua significação para nosso dia-a-dia como educadores do ensino religioso e acima de tudo como seres humanos.

CAPÍTULO II – SÍNTESE PANOÂMICA DO ENSINO RELIGIOSO BRASIL

2.1 Do Período pré-cabraliano ao Império

É impossível falar de ensino religioso no Brasil ou em nosso estado, sem falar da história da própria educação do país. Pois ambas sempre estiveram atreladas pelo fio tênue da história que as liga e constroem seus passos no galgar de uma construção nunca dissociada que trouxe e traz reflexos atuais. Os quais geram conflitos e indagações em busca de uma autenticidade como campo de atuação das Ciências das Religiões.

Antes de adentrarmos de forma mais estruturada no que seria a ideia de Ensino Religioso, temos que refletir sobre práticas de instrução cultural e espiritual dentro das sociedades humanas, consideradas grupos primordiais. Estes referenciais são encontrados facilmente em pinturas rupestres e artefatos nos sítios arqueológicos brasileiros; igualmente ao estudo da pré-história no paleolítico e neolítico. No Brasil, as sociedades etnográficas, ou primitivas², também existiram e viveram em grupos onde eram divididas as tarefas de caça, pesca e coleta, e ensinamentos espirituais e ritualísticos de passagem e fúnebres como sugerem artefatos já encontrados. O autor ANDRÉ PROUS (2002), destaca esse período de estudo como período pré-cabraliano, uma referência ao registro oficial do Brasil anterior a carta de Pero Vaz de Caminha, com a chegada de Pedro Álvares Cabral as terras brasileiras.

Os indígenas brasileiros, após a chegada de Cabral em 1500, foram encontrados em situações semelhantes – com o mesmo estilo de vida desses grupos étnicos primordiais, com instruções culturais, espirituais e práticas xamânicas. Com exaltação a ancestralidade e elementos da natureza. Dessa forma, a cultura e a espiritualidade indígena brasileira passada de geração a geração por meio de ressignificações de ritos e oralidade, não deixam

² Termo utilizado pelo Inglês Edward Burnett Tylor, em estudos dos grupos considerados “Selvagens” buscando partir dos estudos da religião com base na teoria, prática cultural e tradição mitológica, retirar esse estigma construído na época de “selvagens” para “primitivos”, isto é representando assim os primórdios da humanidade. Esse termo foi apresentado com sucesso e aceito pela comunidade acadêmica após a apresentação de sua tese no Congresso de Arqueologia histórica de Norwich em 1868.

de ser consideradas como recursos didáticos de “instrução” – o que não seria uma forma de ensino religioso. Mas poderia ser refletido numa visão Dukeiminiana como uma forma mais simples³ e não estruturada de ensino espiritual dessas sociedades tribais⁴ brasileiras.

Em sua dissertação de mestrado Holmes (2010), faz uma análise acerca de trechos da carta de Pero Vaz de Caminha, a qual é o primeiro documento escrito que é considerado essencial como registro de “nascimento” da Terra de Vera Cruz, o Brasil, em seus primeiros momentos de colonização; o qual podemos ressaltar a inocência perceptiva ao colonizador com relação ao indígena e primeiras formas de anulação religiosa espiritual deste povo a partir da realização da primeira missa no Brasil, e a exposição de crucifixos, à vida diária desses grupos etnocêntricos, como cita:

Acabada a missa, [...] E acabada a pregação, como Nicolau Coelho trouxesse muitas cruces,[...] houveram por bem que se lançasse uma ao pescoço de cada um. Pelo padre Frei Henrique se assentou ao pé da Cruz e ali, a um por um, levava sua atada em um fio ao pescoço, fazendo-lhe primeiro beijar e alevantar as mãos. Vinham a isso muitos; e lançaram-nas todas, que queriam obra de quarenta ou cinquenta. [...] E segundo que a mim e a todos apareceu, esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, [...] E por isso, se alguém vier não deixe logo de vir clérigo para os batizar, porque já então terão mais conhecimento de nossa fé, [...] Esta terra senhor, [...] de ponta a ponta é tudo praia-palma, muito clã e muito formosa. [...] Porém o melhor fruto, que dela se pode tirar me parece que será salvar essa gente. E esta deve ser principal semente que vossa Alteza em ela deve lançar. (Figueiredo, p. 44 – 45, 2000)

Podemos perceber as reais intenções do colonizador durante vários trechos da carta de Caminha desde a admiração pelo “paraíso” recém encontrado como traz brilhantemente Holmes (2010), em seu trabalho. Até a “preocupação” em catequizá-los, em entender que os mesmos eram seres sem religião. Obviamente, a catequização seria a grande aliada para a dominação em todo processo colonizador do território. Pois ensiná-los uma nova língua e costumes era o primeiro passo para o controle de toda a situação para o conhecimento e domínio territorial.

Uma ressalva que gostaríamos de fazer é que esse processo de catequização só vai se intensificar a partir de 1530. Pois Portugal só decide dedicar-se à colonização e posse do

³ visão positivista de Durkheim a qual para ele poderia permitir descobrir, hipoteticamente as formas elementares da religião, serviria para generalizar essas formas a todas as sociedades “primitivas” ou consideradas por ele como mais “simples”.

⁴ Expressão lingüística utilizada por Eliade em sua obra: O tratado da História das Religiões, referindo-se a grupos sociais humanos dos primórdios.

território após trinta anos do “descobrimento”; movidos pela crise econômica européia e a tentativa de invasão de outros países no ideal de ocupar o as terras em lugar dos portugueses, tais como Espanha, França, Holanda e Inglaterra.

Os jesuítas foram referências fundamentais e básicas em termos de educação no Brasil - Colônia de 1549 quando desembarcaram em Salvador na Bahia à bordo de uma expedição que trazia o primeiro Governador-Geral Tomé de Souza até 1759, quando foram expulsos pelo Marques de Pombal. No que se refere à Paraíba, sua expulsão se deu anteriormente a Pombal, diferenciando-se da atuação jesuítica de outras capitanias do país.

Podemos dizer que ao longo desses duzentos anos as práticas formais de educação estavam sob controle desses padres, membros da Companhia de Jesus. Desse modo, o desembarque de alguns poucos padres jesuítas sob o comando do Padre Manoel da Nóbrega em 1549 não ocorreu por acaso, mas sim, estava intimamente ligado de acordo com o projeto colonizador português. Conforme o Regimento de 1548 que estabelecia os parâmetros colonizadores da América Portuguesa – onde cabiam aos colonos o papel de “conversão dos indígenas a fé católica pela catequese e pela instrução” (RIBEIRO, 2003, p.18).

A educação religiosa permanece atrelada a “educação convencional” considerando que a educação dos índios não era a mesma educação que os jesuítas ofereciam aos luso-brasileiros. Um modelo sugestivo de caráter uno, na proposta educativa formulada pelos jesuítas.

O Padre Manoel de Souza formula, assim, o primeiro plano de ação para os jesuítas e que seria direcionada aos trabalhos com os gentios (indígenas e negros escravos), se estendendo aos outros grupos sociais como filhos e filhas de colonos. Uma ressalva nesta fase seria o período em que os holandeses estiveram no poder, entre 1630 e 1654, houve mudança com relação ao ensino religioso, na perspectiva cristã.

. Este plano, com a finalidade de atingir seus objetivos de catequizar e instruir, incluía como objeto de aprendizagem a Língua Portuguesa que era algo primordial para o processo de evangelização e exploração da colônia; uma vez que era necessário o aprendizado da língua portuguesa e a anulação cultural local para facilitação do processo de conversão e conquista. No entanto, aprender a doutrina cristã, ler e escrever; canto orfeônico, conhecimento profissional e agrícola também faziam parte desse plano de ação.

Em muitos casos os próprios jesuítas também aprendiam a língua “tupi-guarani”, a mais falada pelos indígenas do litoral.

No entanto, existiam outros troncos linguísticos importantes para os índios no nordeste, inclusive para os que praticavam a Jurema. O tronco macro jê, por exemplo, para um número significativo de povos indígenas no nordeste, é talvez mais importante do que o Tupi. De modo geral, a estratégia dos jesuítas para facilitar a comunicação com os índios era sem dúvida o recurso da fala, cujo conhecimento facilitaria o contato e as práticas educacionais de catequização e instrução junto aos indígenas.

Com a morte do Padre Manoel da Nóbrega em 1570, o plano educacional inicialmente implantado foi abandonado pelos jesuítas e substituídos pelo plano educacional geral da Companhia de Jesus, chamado de Ratio Studiorum o qual se constituía num plano extremamente rígido em termos de práticas pedagógicas e ideias. Esse plano estava dividido em três etapas: as humanas, os cursos superiores de Filosofia e Teologia, e a complementação dos estudos na Europa, sobretudo, em Portugal em particular na medieval Universidade de Coimbra. Como podemos observar, essa proposta tem caráter elitista, pois somente os filhos dos mais ricos poderiam concluir seus estudos. Em suas visões, aos nativos bastavam a catequização e o ensino de práticas profissionais de ofícios e agrícolas.

Em meados de 1759, com a expulsão jesuítica, a educação do Brasil passa por transformações, pois o governo colonialista assume o que existe de educação formada no período e implanta a reforma Pombalina criada aos moldes do fixado iluminismo racionalista, o qual continua priorizando uma educação elitista deixando para os indígenas, escravos e população no geral apenas o ensino da catequese, como cita (JUNQUEIRA, 2013, p.606):

Em meados do século XVII, com a expulsão dos jesuítas (1759), a educação passa por transformações, pois o estado assume o que há de educação. A Reforma Pombalina implanta um modelo impregnando de Iluminismo, e a educação permanece de caráter elitista. O ensino religioso nessa fase passa pelo crivo da Inquisição e caracteriza-se como catequese dirigida aos índios, escravos e ao povo como um todo, pois a elite brasileira é educada nas escolas da Coroa (Portugal). (JUNQUEIRA, 2013,p.606)

Dessa forma, podemos entender nitidamente quais os reais interesses da aplicação do Ensino Religioso na educação da massa popular no período colonial. Como também

reconhecer a tendência que será dominante na história da educação brasileira: a da separação entre a instrução mínima para os menos favorecidos e a formação clássica para uns poucos elitizados.

Com a chegada da Coroa Portuguesa no Brasil, o Ensino Religioso perde seu foco na formação diretiva escolar. No entanto, continuará exercer força e pressão em todo processo cultural brasileiro. Este, agora, será direcionado por confrarias religiosas trazendo o ensino religioso em caráter mais privativo e doméstico do que institucional. No entanto, os interesses da realeza não se conflitam com o projeto de ensino religioso, pois os acordos entre o sumo pontífice e o monarca Português, transforma o Ensino Religioso em ensino de uma religião. O cristianismo católico passa agora a ser única referência como verdade absoluta, que deverá ser absorvida por todos inquestionavelmente; o que perpetuará conceitualmente na construção de toda a história brasileira confundindo o real papel do Ensino Religioso.

Ao longo dos primeiros séculos, o Brasil foi caracterizado como possuidor, de uma sociedade unirreligiosa, tendo o catolicismo como religião oficial. Desta forma o ser católico não era uma opção pessoal, mas uma exigência da situação histórica. Daí se percebe a polêmica da qual o Ensino Religioso se envolveu. (JUNQUEIRA, 2002, p. 10).

É interessante observamos como desde o principio da colonização brasileira o Ensino Religioso é imposto como ensino da religião cristã, ou seja, uma educação religiosa que por sua vez é utilizada como arma de conquista pelo colonizador e mais tarde de manipulação da massa, utilizando-se de dogmas e ensinamentos para manipular e punir em favor da classe elitista.

A constituição de 1824, artigo 5º (BRASIL, 1824), declara o país oficialmente católico, porém ainda no Império surgem ideias a respeito da diversidade da população. Junqueira (2013) aponta um projeto relativo à constituição proposto por Rui Barbosa como cita:

Em um projeto relativo a Constituição Brasileira, Rui Barbosa propunha, em seu artigo primeiro, parágrafo terceiro, que as escolas mantidas pelo Estado não deveriam ser impostas em uma crença.(JUNQUEIRA, 2013, P.606)

2.2. Nos Primeiros anos da República

A República instaurada em 1889 põe fim ao regime monárquico e, por estar assentada em princípios positivistas⁵, tendo à frente do recém criado Ministério de Instrução, Correios e Telégrafos o Ministro Benjamim Constant, o qual defende o laicismo na sociedade e no campo educacional. Sendo responsável por uma profunda reforma do ensino que envolveu alterações no currículo, reestruturação dos conteúdos, de acordo com a organização das ciências e dos princípios de Augusto Comte.

A Igreja contrapunha-se ao positivismo e as relações entre ela e o Estado foram expressas no Decreto 119-A, promulgado em 1890 e elaborado por Rui Barbosa. A implementação do Estado laico foi questionada pela Igreja, pois a escola pública nesta perspectiva de ensino laico foi desprovida de um caráter sacral, sendo condenada explicitamente pelos membros da hierarquia eclesiástica católica.

Porém, a Constituição 1891, legitimou a separação entre as referidas instâncias vedando a subvenção, a manutenção e a restrição ao exercício de cultos e de crenças e, no âmbito da educação, ela se tornou laica na rede pública de ensino. Segundo Cury:

(...) a Constituição se laiciza, respondendo a liberdade plena de culto e a separação da Igreja e do Estado (conforme a Constituição “provisória”) e põe o reconhecimento exclusivo pelo Estado do casamento civil, a secularização dos cemitérios e finalmente determina a laicidade nos

⁵ O positivismo é uma corrente filosófica que surgiu na França no começo do século XIX. Os principais idealizadores do positivismo foram os pensadores Augusto Comte e John Stuart Mill. Esta escola filosófica ganhou força na Europa na segunda metade do século XIX e começo do XX. É um conceito que possui distintos significados, englobando tanto perspectivas filosóficas e científicas do século XIX quanto outras do século XX. Para Comte, o positivismo é uma doutrina filosófica, sociológica e política. Surgiu como desenvolvimento sociológico do iluminismo, das crises social e moral do fim da Idade Média e do nascimento da sociedade industrial - processos que tiveram como grande marco a Revolução Francesa (1789-1799). Em linhas gerais, ele propõe à existência humana valores completamente humanos, afastando radicalmente a teologia e a metafísica (embora incorporando-as em uma filosofia da história). Assim, o positivismo associa uma interpretação das ciências e uma classificação do conhecimento a uma ética humana radical, desenvolvida na segunda fase da carreira de Comte. O positivismo defende a ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. De acordo com os positivistas somente pode-se afirmar que uma teoria é correta se ela foi comprovada através de métodos científicos válidos. Os positivistas não consideram os conhecimentos ligados as crenças, superstição ou qualquer outro que não possa ser comprovado cientificamente. Para eles, o progresso da humanidade depende exclusivamente dos avanços científicos. KREMER-MARIETTI, Angèle. *Le kaléidoscope épistémologique d'Auguste Comte: Sentiments Images Signes*. Paris, L'Harmattan, 2007. VALENTIM, Oséias Faustino. *O Brasil e o Positivismo*. Rio de Janeiro: Publit, 2010.

estabelecimentos de ensino mantidos pelos poderes públicos (CURY, 1996, p. 76).

Assim, as controvérsias em torno da determinação constitucional, traduzida no “será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos” acentuaram a ideia do Ensino Religioso como elemento eclesial na escola. Por interesse da Igreja Católica e, em decorrência, foi se acentuando a tendência de atribuir às instituições religiosas, e não ao Estado, o encargo de promover a manutenção do referido ensino, porém fora do sistema escolar público.

Contudo, a igreja progressivamente aceitou o novo regime e de certo modo tirou proveito dele. Ocorreram benefícios a estas, decorrentes da separação entre Estado e Igreja com a restauração da vida religiosa no Brasil e o adentramento, no período de 1890 a 1930, de Congregações Religiosas, que criaram colégios próprios. Essas entidades educacionais vinculadas às congregações religiosas se expandiram por todo território nacional, inclusive no estado da Paraíba, obtendo prestígio das classes elitistas os quais eram seus principais mantenedores.

Destacamos na Paraíba o Colégio Marista Pio X, destinado ao público de ambos os sexos, liderados por padres (irmãos Maristas) a partir de sua fundação em 1894 e o Colégio Nossa Senhora de Lourdes (Lourdinhas), fundado em 1940 em regime de externato para o público exclusivamente feminino. O Colégio João XXIII, fundado em 1964, em meio ao furor da Ditadura, inicialmente para um público misto, porém ganha maior prestígio na capital após investir em educação exclusiva para o público feminino. E o Nossa Senhora das Neves, com sua primeira fundação em 1858, destinada a educação religiosa e literária feminina, que por motivos econômicos da época, foi fechada e reaberta em 1895, sob o apoio de D. Adauto de Miranda Henriques.

Retomando os primeiros anos da República, destacamos que várias foram as reformas de ensino realizadas neste período introdutório do novo regime político brasileiro. Entre as quais podemos dar destaque a reforma Rivadávia Corrêa de 1911 que, segundo Junqueira (2007), retomou a orientação positivista. Trazendo uma abordagem de ampliação do princípio de liberdade espiritual a partir da liberdade de ensino. Numa tentativa de critério prático para estudos das disciplinas, transferência dos exames de admissão para as faculdades, com o propósito que o ensino secundário formasse um cidadão e não apenas um candidato ao nível posterior de ensino.

Segundo Peixoto (1942), o Governador de Minas Gerais no ano de 1928, mediante a vários protestos dos católicos em virtude das medidas de cunho laicizantes introduzidas no sistema escola, resolve promulgar a Lei 1.092/28; que introduz o Ensino Religioso nas escolas mineiras. Essa lei dará força à igreja com relação ao seu prestígio na ajuda na solução de conflitos sociais, perante o estado; o qual foi o objetivo do clero mineiro na busca da fidelização das partes para com retomada do ensino religioso no currículo escolar local.

Com a revolução de 1930, sob o governo provisório de Getúlio Vargas, em meio a uma retomada da inclusão do Ensino religioso nas escolas públicas surge o movimento dos “pioneiros”, também conhecido como escolanovistas ou escola nova. Esse movimento consolidava a visão de um segmento da elite intelectual que, embora com diferentes posições ideológicas, vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação. Redigido por Fernando de Azevedo, dentre 26 intelectuais, entre os quais Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Antônio F. Almeida Junior, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e Cecília Meireles. Ao ser lançado, no meio do processo de reordenação política resultante da Revolução de 30, o documento se tornou o marco inaugural do projeto de renovação educacional do país.

Dentre vários pontos tocados pelos Pioneiros da Educação Nova, podem ser ressaltados alguns pontos inovadores e de grande contribuição. O primeiro deles diz respeito à própria caracterização da educação brasileira. Os pioneiros eram a favor de uma educação pública, gratuita, mista, laica e obrigatória. Isto quer dizer que o Estado deveria se responsabilizar pelo dever de educar o povo, responsabilidade esta que era, a princípio, atribuída à família. O Estado, para este fim, deveria proporcionar uma escola de qualidade e gratuita, possibilitando assim a concretização do direito biológico dos indivíduos à educação e, tendo em vista os interesses dos indivíduos em formação e a necessidade de progresso, consideram que esta educação deva ter caráter obrigatório.

Contrários ao costume de muitas escolas da época, os pioneiros pronunciaram-se favoráveis à escola mista questionando os princípios da educação católica, defendiam uma educação laica; o que distanciaria a educação de questões religiosas e a aproximaria das questões sociais dando oportunidades iguais a pessoas de ambos os sexos, e de diferentes credos e camadas sociais. O movimento reformador foi alvo da crítica forte e continuada da Igreja Católica. Que naquela conjuntura era forte concorrente do Estado na expectativa

de educar a população; e tinha sob seu controle a propriedade e a orientação de parcela expressiva das escolas da rede privada.

Em 1941, foi preparada a Lei Orgânica do Ensino Secundário pessoalmente por Gustavo Capanema. Nessa lei, ele incluía no currículo do ensino secundário a “instrução religiosa”, entre as disciplinas da educação geral como podemos observar:

A religião terá quer ser ensinada em aula e praticada na conformidade de seus mandamentos (confissão, comunhão, missa, exercícios religiosos). A escola entrará aqui em entendimento com a Igreja e a família[...]. O ER não se confunde, entretanto, com a prática, culto e devoção. O ensino deve ser instituídos pelas escolas[...], reservando-se para ele certo período do horário semanal. O professor será um sacerdote ou leigo, conforme a maior conveniência para o estabelecimento. (CAPANEMA, Gustavo. Projeto de Lei Orgânica do Ensino Secundário. Rio de Janeiro: Mimeo, 1941.)

Na verdade, mesmo Capanema (1941), afirmando que “O ER, não se confunde, com prática, culto e devoção”. Ao colocar a responsabilidade de entendimento da instituição educativa com a família e a “igreja”, diga-se de passagem a Católica, são abertas brechas para endossamento de um ensino dogmático e proselitista no país. Pois, em 1942, os programas para o ER foram elaborados pelo Arcebispo do Rio de Janeiro, dom Jaime Barros Câmara, seguindo uma visão eclesial.

Como já era de se esperar dentro da proposta apresentada pelo Arcebispo, a finalidade do curso de religião era formar o cristão. Entre os conteúdos propostos estavam: as principais verdades da fé, a moral cristã, o culto e os sacramentos. Desta forma, ao término do ginásio, a Igreja católica iria sair com seus objetivos alcançados: a catequização da massa e a adesão de fieis.

Com a Constituição de 1934, restabeleceu-se o regime democrático do país, e no campo educacional foi abordada na chamada “Carta Ditatorial” as novas diretrizes a serem seguidas. Entre esses princípios trazidos por este documento estavam o direito de educação para todos, com o primário obrigatório, a assistência aos estudantes e a gratuidade do ensino oficial para todo o nível primário, e nos níveis ulteriores, para quantos provassem falta ou insuficiência de meios (CHAGAS, 1980, 54) .

Na década de 1940, os processos migratórios entre cidades e estados brasileiros, iniciam um novo momento no país. A população que tinha características agro-pastoril

começa a envolver-se em uma nova perspectiva cultural-religiosa. A partir do multiculturalismo e o vislumbre das novas tecnologias recém-chegadas aos lares brasileiros. É nessa perspectiva de mudanças e pluralidade e outras possibilidades de fé incorporam agora a vida dos brasileiros; momento o qual podemos destacar a inclusão dos chamados “novos movimentos religiosos”(Guerriero, 2009) no cotidiano nacional, aguçando assim novas possibilidades de ritos e crenças.

Com o golpe militar, a educação brasileira retrocede como um todo, e juntamente com ela o Ensino Religioso. Pois os mesmos consideravam seu movimento totalmente cristão incluindo-o agora ao currículo não em caráter facultativo, mas explicitamente obrigatório esta disciplina. E com ela, outras como de Educação Moral e Cívica e OSPB que se apoiava nas tradições nacionais.

A EMC (Educação Moral e Cívica) teria por finalidade: a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus; b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana; d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições, e os grandes vultos de sua história; e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade; f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País; g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva visando ao bem comum; h) o culto da obediência à lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

Sendo assim, podemos observar que essa disciplina de certa forma substituiu a figura do Ensino Religioso, pois a mesma endossava-se das raízes do próprio cristianismo em suas diretrizes. Em nossa própria experiência como estudante do ensino fundamental, recordamo-nos que nos 6º e 7º anos, antigas 5ª e 6ª séries, não assistíamos mais aulas de “religião”, como no segmento anterior. Na escola a qual estudávamos, essa disciplina foi substituída por Educação Moral e Cívica e OSPB nas turmas de 8º e 9º ano, antigas 7ª e 8ª séries do ginásio. Por outro lado o campo fundamentalista do Ensino Religioso, o antigo papel da Igreja Católica de difusora de ideologias tendentes à manutenção da ordem foi

enfraquecido pelo *aggiornamento*⁶ promovido pelo Concílio Vaticano II. Transferindo seu tradicional foco elitista para a “opção preferencial pelos pobres”, baseada na Teologia da Libertação, a instituição incentivou o engajamento social dos quadros religiosos e leigos nos anos 1960 visando disputar com os comunistas a direção política dos movimentos sociais.

Segundo França (2012), após o golpe de 64 abre-se um momento de crise entre a igreja e a política nacional em que setores mais progressistas se voltam contra os ideais da ditadura. Em contra partida, outros setores se mantiveram apoiando os militares, como cita:

Se até o golpe, as relações entre a Santa Sé e o governo brasileiro fluíram bem, com troca de valores e gentilezas, o golpe de 64 abre uma época de crise dessas relações, pelo menos com uma parte da igreja Católica, certamente os setores mais progressistas que se opuseram ao regime. Haja vista que outro setores da igreja se mostraram a favor dos militares. (p. 68, 2012)

Podemos observar nesse período quanto o Ensino Religioso perde sua identidade como componente curricular, e uma das prerrogativas para esta situação decadente seria a Lei 4.024 de 1961, a qual homologou o modelo mais antigo de Ensino Religioso utilizado em todo território nacional que trazia em sua redação oficial o que seria o “caos”, dentro de uma perspectiva de “estado laico” nas escolas públicas do país como vemos:

Art.97. O ER Constitui disciplinas dos horários normais das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado sem ônus para os cofres públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável.

§ 1º A formação de classe para o ensino religioso independe de número mínimo de alunos.

§ 2º O registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva.

⁶ **Aggiornamento** é um termo italiano utilizado durante o Concílio Vaticano II e que o Papa João XXIII "popularizou como expressão do desejo de que a Igreja Católica saísse actualizada do Concílio Vaticano II". Por outras palavras, o *aggiornamento* é a adaptação e a nova apresentação dos princípios católicos ao mundo actual e moderno, sendo por isso um objectivo fundamental do Concílio Vaticano II.

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024 de 1961)

De acordo com a nova redação proposta, o Ensino Religioso adquiriu uma orientação confessional catequética. Essa expressão: “Sem ônus para os cofres públicos” gera não só uma desvalorização à disciplina e do profissional ministrante; mas uma verdadeira batalha dogmática em sala de aula, pois o parágrafo segundo deixa toda a responsabilidade curricular e temática nas mãos das autoridades religiosas que estivessem disponíveis a inserir-se nesta perspectiva. Mais uma vez, o ER vive ciclos de perdas, pois, nessa realidade, contemplamos novamente o proselitismo cristão ser favorecido com foco no catolicismo.

No âmbito paraibano, o Ensino Religioso, não foge desta realidade. Historicamente ainda vivendo uma sociedade provinciana de cultura ruralista, e fortes resquícios do autoritarismo coronelista onde sempre se levantou uma bandeira cristã católica. Nas escolas, preferencialmente as públicas, o Ensino Religioso continuou sendo trabalhado com o foco dogmático em formato de Educação Religiosa focando o cristianismo católico, salvo aquele onde, seus ministrantes professavam a fé cristã protestante, o que não mudava o foco do ensino. O proselitismo cristão continuava a ser o “currículo” oficial. Escarião (2014) endossa que:

Nesse contexto, a escola brasileira, enquanto uma instituição destinada a desenvolver ações educativas, foi marcada também por esta duplicidade de interesses e de culturas diferentes. A educação brasileira pode ser analisada a partir da sua própria história e é essa história que expressa as perspectivas e doutrinas político-pedagógicas que se vinculam também aos interesses da economia brasileira direcionando, sobremaneira, o papel da escola, do currículo, da formação de professores (p. 02 2014 - texto não publicado)

Como a autora reforça, os princípios que regiam as ações educativas no Brasil sempre foram de caráter elitista o que não ocorreu de forma diferente na realidade da Paraíba; o que influenciou de forma densa o próprio papel da escola, currículo e formação docente ao longo de nossa história.

2.3. Os Novos Contextos Vivenciados pelo Ensino Religioso

Por volta dos anos 1975, o Brasil busca a mudança de foco na educação. Os ideais deixam de ser humanistas, e a educação começa está focada na profissionalização resquícios ainda do tecnicismo implantado pelos militares na década de 1960. Ocorreram reformas no ensino superior, no ensino médio e fundamental, antigo primeiro e segundos graus. E o Ensino Religioso, segundo Junqueira (2010), foi contemplado no âmbito desta reforma por ser compreendido como um importante elemento na “formação moral” das futuras gerações.

Ao longo de toda década de 80, acontecem mudanças significativas em âmbito nacional. Com a queda do regime militar, o país passa por uma nova fase efervescência política, rumo à redemocratização nacional. Partido políticos outrora marginalizados reabilitam-se no contexto local e outras organizações em prol das lutas sociais surgem em busca dessa redemocratização tais como sindicatos, associações profissionais e de bairros além da retomada de outros organismos vetados pelo período ditatorial como é o caso específico da UNE, representação nacional estudantil. A censura agora é menos rigorosa e os novos discursos de liberdade, laicidade e direitos ao voto e pensamento democrático enchem o pensamento e as ações do povo brasileiro. Repentinamente, o Brasil se transforma em um “celeiro” de pensamentos e discussões acerca do futuro, da juventude, dos direitos e necessidades do povo. E é nesse contexto histórico que se dá encaminhamento a nova Constituição Brasileira, que tem seu foco e preocupações principais nos direitos sociais. E em 05 de outubro de 1988, é aprovada a Constituição brasileira que traz em sua redação oficial a preocupação de assegurar aos direitos oficiais como cita Junqueira (2010):

“Entre as características dessa Constituição podemos ressaltar, entre outras: a manutenção da tradição republicana brasileira do regime representativo, presidencialista e federativa; a ampliação e o fortalecimento dos direitos individuais e das liberdades públicas; a extensão do direito ao voto facultativo a analfabetos e maiores de dezesseis anos; a manutenção e separação entre Estado e Igreja”.(p. 35, 2010)

Essa visão de liberdade social e direitos para a sociedade, descrita na constituição também é refletida na redação do que se espera modelo de Ensino Religioso a ser seguido e construído na educação brasileira.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

Daí então surge uma nova perspectiva de visão quanto ao ER como componente curricular inserido na educação brasileira que, aparentemente, soava um momento de “ganho”, para os educadores desta área. No entanto, após oito anos que a Constituição foi sancionada, acontece a reforma 9.394/96 na LDBEN a qual era denominada também de “Lei Darcy Ribeiro”; com o objetivo de orientar os sistemas de educação brasileiras do país e pretendia favorecer a diversidade nacional e a pluralidade cultural brasileira. A visão dos educadores de incluir o Ensino Religioso no contexto da educação global apresentava uma perspectiva de parceria dentro da nova proposta educacional brasileira; com o propósito de construir valores sólidos a partir da valorização da vida, como também contribuir em caráter democrático para uma nova perspectiva de pluralidade cultural tendo como base o espaço escolar. No entanto, as controvérsias continuariam a proposta inicial.

A redação final do Art. 33 da LDBEN traria mais uma vez o caos ao Ensino Religioso retomando a afirmação: “sem ônus para os cofres públicos”. Essa redação proporcionou vários questionamentos e um verdadeiro levante nacional mediante a perda da identidade do ensino religioso. Pois, dessa forma, além da desvalorização da figura de um profissional da área mais uma vez daria abertura para que o proselitismo continuasse a reinar no âmbito escolar. Tornando um espaço de laicidade, diálogo inter-religioso e multicultural, e um ambiente de catequese e culto.

Essa crise de identidade proporcionada por essa lei destaca-se principalmente no fato que os ministrantes das aulas de Ensino Religioso, não precisariam de formação específica. Bastava-se ser voluntário e discursar sua fé. As várias discussões e protestos acerca do reconhecimento do Ensino Religioso como um componente curricular mobilizou professores em todo o país até chegar às mãos do Presidente da República. Que pessoalmente solicitou ao então Ministro da Educação Paulo Renato de Souza, que assumisse essa revisão.

Em 1997, inicia-se uma longa jornada para reformulação do Art. 33 que trouxe consigo várias propostas de mudanças as quais circularam no Congresso Nacional, causando análises e discussões pertinentes e variadas ao tema. A ideia do governo seria dar uma nova concepção à disciplina; abandonando a tendência doutrinária e tendenciosa ao fenômeno religioso, voltada para a formação da pessoa humana e de valores éticos.

Dentro dessa perspectiva de mudanças, três projetos circundaram o congresso Nacional, foram eles: o Projeto de Lei 2.757/97, de autoria do deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS), o 2.997/97, de autoria do Deputado Maurício Requião (PMDB-PR), e o projeto de Lei 3.043/97, de autoria do Poder Executivo. Esse último tramitou em regime de urgência constitucional, nos termos do Art. 64, parágrafo 1º, da Constituição Federal.

Conforme citação de Junqueira (2010), os três projetos apresentavam convergências de ideias e visões sobre o papel Ensino Religioso com uma perspectiva norteadora para a mesma como componente curricular:

“Os três projetos evidenciaram importantes convergências: o ER é parte integrante da formação do ser humano, como pessoa e cidadão, estando o Estado obrigado a promovê-lo, não somente pela previsão de espaço e tempo na grade horária curricular da educação Básica, mas também pelo seu custeio, quando não se revestir de caráter doutrinário ou proselitista, possibilitando aos educandos o acesso a compreensão do fenômeno religioso e ao conhecimento de suas manifestações nas diferentes denominações religiosas”. (p. 42, 2010)

Com essa visão, chega-se a uma postura que satisfazia plenamente o que se almejava junto à proposta do art. 205 da Carta Magna de 1988. E por responsabilidade do Deputado Roque Zimmermann (PT-PR), o qual era membro da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, assumiu assim a relatoria desse processo. Vale ressaltar que toda proposta apresentada ao deputado foi uma colaboração do FONAPER (Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso), fruto de da contribuição de estudos realizados por professores e comunidades acadêmicas comprometidas com este componente curricular. Trazendo consigo uma proposta de pluralismo religioso, respeitando assim a diversidade e o espírito de todas as discussões:

O ER, conforme art. 210, § 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), será oferecida pelo Estado a todo educando da rede pública estatal, gratuitamente, na forma de Ensino inter-religioso, de modo a não suscitar proselitismo ou privilegiar instituições religiosas no interior da escola

§ 1º Os Parâmetros Nacionais do ER serão norteadores ação pedagógica desse ensino.

§ 2º Os professores de ER serão do quadro próprio do magistério, devidamente habilitados.

§ 3º As denominações religiosas poderão se reunir, constituindo-se em entidade própria para supervisionar o cumprimento da Lei, credenciar profissionais e participar na construção dos parâmetros desse ensino.

§ 4º A regulamentação desta Lei far-se-á pelos órgãos componentes de cada Unidade da Federação, consideradas as realidades já existentes.

§ 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(ZIMMERMANN, Roque. Minuta de Projeto para regulamentação do art. 33 da LDBEN (9.394/96). Brasília: Câmara dos Deputados, 1997.)

Após o parecer 05/97 sobre a interpretação do Art. 33 da Lei 9.394/96 o CNE aprovou em Conselho pleno sendo alterado na sessão de 17 de junho de 1997, no plenário da Câmara dos Deputados, com uma aprovação quase que unânime. A redação oficial foi aprovada pelo Senado o Federal em 09 de julho do mesmo ano, e sancionada pelo Presidente da República no dia 02 de julho do ano vigente, com a atual redação a qual hoje nos norteia:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso."

Mesmo sob um prisma de vitória, onde o art. 33 focaliza o Ensino Religioso como uma disciplina escolar obrigatória (para a escola), entendida como uma área de conhecimento, a “finalidade de ler e compreender o fenômeno religioso colocando-a como objeto da disciplina” afirma Junqueira (2010). Vários entraves surgem na caminhada de firmação deste componente curricular, o qual tem geradas muitas discussões e questionamentos entre professores e as comunidades acadêmicas e religiosas envolvidas nesse processo de ensino- aprendizagem. Uma das questões, por exemplo, seria a “obrigatoriedade” para escola e o “facultativo” para o aluno. Essa questão pautada afetaria diretamente outra situação abordada pelo CNE: a carga horária de oitocentas horas anuais.

Neste sentido, o Ensino Religioso viveria uma controvérsia. É um componente curricular, mas segundo o parecer 12/97 do CNE/CEB, não poderia ser computado dentro da carga horária anual como parte da carga horária oficial. O que nos leva a refletir sobre uma real autenticidade desta disciplina. Outra problemática gerada seria a oferta de uma segunda atividade para complemento da carga horária, caso o educando venha optar por não assisti-la. Na realidade sabemos que na Rede Pública de Ensino esse “complemento”, nunca existirá. Gerando assim, um quadro de desconforto e frustração por parte dos educadores desta área de ensino.

2.4 O FONAPER e a normatização do ER na Paraíba

Em setembro de 1995, na cidade de Florianópolis – SC, na Assembleia dos 25 anos do Conselho de Igrejas para o Ensino Religioso (CIER), ocorreu a hospedagem do grupo que instituiu o Fórum – futuro FONAPER –, que aprovou a carta de princípios deste e elegeu uma comissão provisória para preparar a 1ª sessão deste Fórum. Esse movimento aconteceu graças aos esforços de muitos educadores do ER comprometidos e solícitos em busca de uma nova posição e perspectivas junto aos anos de mudanças que viriam a surgir. Buscavam um ER plural, que contribuísse para a formação dos indivíduos; tornando-os seres tolerantes, sensíveis e respeitadores das diferenças e diversidades religiosas (JUNQUEIRA; WAGNER, 2004, p. 69).

Em sua organização inicial, o FONAPER buscou traçar alguns objetivos os quais julgavam pertinentes para garantir a firmação e orientação do Ensino Religioso no país como componente curricular. De acordo com Junqueira (2002), o primeiro deles seria a luta pela garantia que o ER estaria inserido da LDBEN; o segundo seria a construção e produção dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso- PCNER, o qual nortearia pedagogicamente o educador em sala de aula. Por fim, formular uma proposta para formação dos profissionais do ensino religioso em nível de graduação – licenciatura, buscando uma excelência pedagógica.

Uma das grandes vitórias do FONAPER foi a criação do PCNER, que ocorreu em março de 1996. Sua publicação, no entanto, só aconteceu um ano após sua construção. Conforme Silva (2007), os objetivos do PCNER seriam:

“O objetivo desta, não é o estudo de uma determinada religião, mas o conhecimento do transcendente, nas diversas formas, como ele se manifesta na história. É um estudo do fenômeno religioso em seus aspectos filosóficos, sociológicos, históricos, psicológicos etc. O novo enfoque dado ao Ensino Religioso, proposto pelo PCNER, se articula em torno de cinco eixos: culturas e religiões, escrituras sagradas, teologias, ritos e ethos. Esses propõem refletir sobre a religiosidade e desvendar a dimensão religiosa do ser humano”. (p. 52, 2007)

O PCNER tem contribuído de forma significativa para o trabalho curricular desta disciplina; uma vez que, após tantos anos de ganhos e perdas, conseguimos ter hoje um novo olhar e nortear para o “construir” em sala de aula. No entanto, acreditamos que em um futuro bem próximo uma nova reformulação poderá ser feita dentro dos eixos propostos pelo PCNER. Pois a grandiosidade de temáticas relacionadas aos eixos propostos, por sua vez, abrem um grande leque e possibilidades. No entanto, um programa mais adequado levando em consideração os níveis cognitivos e faixas etárias são pertinentes em busca de uma educação significativa.

Até o presente momento o FONAPER tem promovido vários eventos de cunho acadêmico em parcerias com universidades públicas, privadas e outras organizações não-governamentais; no intuito de qualificar profissionais bem como professores do Ensino Religioso. Atualmente, o FONAPER tem sido bem representado em vários estados da federação; composto por professores e militantes comprometidos com a busca de identidade e afirmação do ER como componente curricular nacional.

Como já falamos posteriormente, o Ensino Religioso na Paraíba sempre se apresentou em formato de “Educação Religiosa”, ou seja, em caráter dogmático, catequista, confessional e proselitista. O foco confessional sempre foi abordado nos moldes da religião cristã em sua maioria, católica, salvo quando esses ministrantes pertenciam ao protestantismo, o que não saía do âmbito cristão.

Segundo Holmes (2008), o Ensino religioso é inserido como componente curricular pela Secretaria de Educação e Cultura - SEC no ano de 1994. Onde o Conselho Estadual de Educação - CEE normatiza esta disciplina a partir da resolução 119/94. Nela, também foi prevista a criação da comissão para o Ensino Religioso, composta pelas cinco arquidioceses da Paraíba e as principais e mais antigas igrejas evangélicas de João Pessoa. Algo que não se deu de forma igualitária e apropriada, uma vez que esses representantes religiosos pertenciam a mesma matriz: a cristã. O que nos leva mais uma vez a refletir

sobre os moldes da laicidade e pluralidade cultural na fase organizacional deste componente curricular em nosso estado. Onde houve desde o início uma restrição a outras culturas religiosas.

No ano de 1996, o Ensino Religioso foi estendido às turmas do Ensino Fundamental maior, de 5ª a 8ª séries, atuais 6º ao 9º ano. Neste mesmo ano iniciou-se uma leva de encontros e capacitações envolvendo os gestores das regionais de ensino, professores em parceria com os líderes religiosos.

Na resolução 197/04, em seu parágrafo único define-se que o Ensino Religioso deverá estar inserido no projeto Político-Pedagógico das escolas como componente curricular sendo distinto de catequese com o intuito de manter o respeito, e a tolerância da diversidade religiosa do Brasil proibindo, assim, todo tipo de proselitismo ou manifestação que vá de encontro aos direitos individuais dos educandos e de seus familiares professarem o credo religioso o qual cultuam. Os princípios norteadores apresentados para a disciplina de Ensino Religioso foram os seguintes:

- a) A concepção interdisciplinar do conhecimento na construção curricular e na avaliação;
 - b) Contextualização do conhecimento, que leve em consideração a relação essencial entre informação e realidade;
 - c) Aprendizado da dignidade humana, própria e do outro;
 - d) Convivência solidária, mediante diálogo ecumênico e inter-religioso, respeitando as diferenças e mantendo o compromisso moral e ético;
 - e) Reconhecimento de que o fenômeno religioso é um dado da cultura e da identidade de grupos sociais, cujo conhecimento deve promover o sentido da tolerância e do convívio respeitoso como diferente;
 - f) Enfoque como área do conhecimento em articulação com os demais aspectos da cidadania, portanto, em integração com os diferentes componentes curriculares.
- (CEE/PB Resolução 197/04.)

Como podemos observar, a ideia da ministração deste componente curricular está atrelada aos princípios do respeito e tolerância à diversidade religiosa buscando sempre um diálogo inter-religioso e ecumênico; focando a promoção do direito da profissão da fé dos indivíduos e a cultura de paz.

Quanto à oferta da disciplina, a mesma deveria ser aplicada em horário normal das aulas estando acrescido ao mínimo das oitocentas horas previstas na LDBEN 9.394/96. O currículo a ser trabalhado destinado às séries iniciais (1ª a 4ª série), atuais 1º ao 5º ano,

deve ser trabalhado pelo próprio professor da turma, em forma de temas transversais. Já para as turmas (de 5ª a 8ª séries), atuais 6º ao 9º ano, os conteúdos deveriam ser organizados pela escola de acordo com o próprio projeto político pedagógico. Devendo ter como base os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso e outros parâmetros curriculares específicos estabelecidos pelas SMEs.

Quanto à qualificação dos professores, os destinados as séries iniciais deverão ter curso normal superior em Pedagogia, com habilitação para o magistério das devidas séries. Para as turmas da segunda fase, os professores deverão ter Licenciatura em Ciências da Religião ou ER, História, Filosofia, Ciências Sociais, Pedagogia e Psicologia.

Atualmente vivemos um momento de controvérsias quanto ao Ensino Religioso em nosso Estado. Aqui na capital, junto à Prefeitura de João Pessoa , encabeçados pela professora Holmes – uma militante conceituada da causa – vemos uma mudança significativa quanto a busca pela identidade e a ação do ER como componente curricular. Formações continuadas são frequentes durante todo ano letivo, além de apoio em eventos do FONAPER e incentivo a programações acadêmicas organizadas pela graduação e pós graduação de Ciências das Religiões da UFPB. Outras prefeituras tem aderido a inserir o ER em sua grade curricular como é o caso dos município de Bayeux e Santa Rita, que já introduziram a disciplina como componente curricular e tem se dedicado a buscar formações na área para os professores regentes.

No entanto, em âmbito estadual conseguimos ver um retrocesso no que se diz respeito as conquistas realizadas na luta pela identidade e firmação do ER em nível nacional. Um primeiro ponto sobre o trabalho realizado nas escolas públicas seria a aceitação da disciplina. Em sua totalidade, é vista como uma matéria sem importância que tem como objetivo dar “momentos de folga” aos outros professores ou ainda acalmar os alunos ensinando a eles “valores”, bem diferente dos propostos pelo PCNER. Como não existe fiscalização ou formações continuadas o ER é trabalhado segundo a fé do gestor local, ou seja, voltamos ao proselitismo catequético. Pois, infelizmente, de acordo com o credo religioso do gestor escolar a disciplina é trabalhada em sala. Dessa forma, sempre caímos no seio proselitista, dogmático e cristão .

Um último ponto e tão significativo quanto os demais seria relacionado ao professor de ER. Geralmente, estes não lecionam a disciplina por prazer, escolha ou

qualificação. Na maioria das vezes, esses assumem a função para “complementar sua carga horária”, não perdendo assim a carga mínima para manter um contrato de prestador de serviços ou ainda horas aulas como efetivo; o que gera descompromisso e desvalorização com a disciplina e com os educandos.

Nesse percurso de perdas, aqui especificamente na Paraíba, tivemos um grande momento de ganho em âmbito nacional que foi a formação do curso de licenciatura e pós-graduação em Ciências das Religiões, pela Universidade Federal da Paraíba. Esse percurso de significativo avanço inicia-se após a solicitação oficial da Comissão do Ensino religioso (CEER), que solicitou junto a instituição um curso de licenciatura para formação e qualificação dos professores do ER, com o intuito de fortalecimento deste componente curricular.

A Universidade sugeriu uma especialização em Ciências das Religiões, como sugestão pela agilidade em de tramitação da aprovação do mesmo. As primeiras turmas iniciaram em 2005 e 2006, e com a criação do PPGCR- programa de pós Graduação em Ciências das Religiões, em 2007 iniciou-se a primeira turma do Mestrado nesta mesma área de ensino.

Este Mestrado é o primeiro em Ciências das Religiões em todo Nordeste e o segundo em uma Universidade Federal. Atualmente, estamos na décima turma do mestrado que conseguiu grandes conquistas tais como: oferta de mais vagas (visto a grande demanda e procura), maior números de bolsas junto a CAPES, e o recém aprovado doutorado em Ciências das Religiões. O qual está realizando sua primeira seleção para início das aulas no semestre de 2015.2 . O que nos leva a comprovar a qualidade e credibilidade dos trabalhos realizados pelo público docente e discente deste programa. Uma ressalva que gostaria de fazer é a grande procura e concorrência da linha de pesquisa de Educação e Religião, a qual recentemente ganhou um número maior de vagas e que tem como seus orientadores a Dr^a Glória das Neves Dutra Escarião, Dr^o Marinilson Barbosa da Silva e a pós Dr^a Eunice Simões.

Acreditamos que essa salutar concorrência com relação a linha de pesquisa dá-se devido a significativa abordagem realizada pelo programa e o trabalho desenvolvido pelo FIDELID – Formação Identidade e Liderança dos professores do Ensino Religioso – grupo vinculado ao CNPQ e que tem desenvolvido momentos de diálogo e reflexão através de seus encontros mensais e eventos acadêmicos como seminários e cursos de extensão

universitária; abordando temas pertinentes a formação de professores do ER, currículo, inclusão e a diversidade religiosa.

Em 2008, foi implantada a graduação em Ciências das religiões com Licenciatura e bacharelado. Atualmente, estamos na sexta turma de licenciatura em andamento e com uma perspectiva positiva de procura e crescimento de educadores para o Ensino Religioso.

CAPÍTULO III – A JUREMA SAGRADA – educação, raiz, força, fé e ressignificação.

3.1-Educação em Interface com a Jurema

É importante entendermos o quanto é pertinente à abordagem das temáticas afro-indígenas em sala de aula, nesse caso estamos focando a Jurema. Uma vez da existência da relação imaginário X cultura no dia a dia das crianças no âmbito escolar . É notório que percebemos nas observações diárias situações de dúvida no público discente com relação à figura do indígena paraibano, ou mesmo a demonização das linha religiosas afro-indígenas. Com relação à figura indígena ouvimos um aluno do 5º ano da turma observada relatar:

“Índio? Sei como eles é não. Já disseram que tem lá pra banda da Baía da traição né? ...Mas nunca vi, pensei que não tinha aqui na Paraíba. Uma vez vi na foto do livro, mas nem parecia índio! Os índio que eu conheço é aqueles da televisão da Amazônia que vive nas floresta. Os daqui tem roupa e nem parece índio!
(relato em roda de conversa – aluno do 5º ano- E.M. Afonso Pereira. João Pessoa – PB)

Podemos observar no comentário do educando, o conflito existente no imaginário da figura do indígena da Paraíba. Aparentemente passa a ideia de dúvida quanto à existência da autenticidade desses índios; comparando-o com a figura do tipo de “índio genérico”, bastante debatido nos textos de Pacheco (2009). Outro relato estudantil nos chamou a atenção quanto a visão demonizadora e controvérsia dos cultos afro indígenas no imaginário e vivência infantil.

“...Jurema é? Macumba né? O pessoal diz que é coisa do diabo. Quem faz essas coisas vai para o inferno. Lá perto da minha casa tem um “xagô”, as vez tem festa aí minha mãe deixa nós ir também. Por que lá tem muita comida boa refrigerante, e bebida pra os adulto. É bem animado também, mas na hora que os “espírito” chega agente fica com medo, eles pula muito e rir alto. Agente ganha bomboes e pipoca no dia das criança”.(...)
(relato em roda de conversa – aluna do 5º ano- E.M. Afonso Pereira. João Pessoa – PB)

Daí nos surgem o seguinte pensamento: Se os educandos de nossas escolas não conseguem identificar e aceitar a existência do indígena paraibano imagine propor a

relação das raízes culturais desses povos com as manifestações religiosas como é o caso do culto a Jurema. No entanto, conseguimos estruturar a temática a partir da organização curricular seguindo como referencia o PCNER (Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso), do FONAPER (Fórum, Nacional Permanente do Ensino religioso) o qual traz em sua redação uma proposta curricular de orientação aos educadores do Ensino Religioso. A partir de cinco eixos organizadores do conteúdo: a) Culturas e Tradições Religiosas, b) Escrituras Sagradas e /ou Tradições Orais, c) Teologias, d) Ritos, e o e) Ethos.

Compreendendo melhor esses eixos conseguimos observar o enquadramento da abordagem da temática em sala de aula. Sobre primeiro eixo apresentado pelo PCNER, Culturas e Tradições Religiosas, define-se que:

É o estudo do fenômeno religioso à luz da razão humana, analisando questões como: função e valores da tradição religiosa e ética, teodiceia, tradição religiosa natural e relevada, existência e destino natural do ser humano nas diferentes culturas. (PCNER p.50, 2009.)

A idéia é propor um conjunto de conhecimentos ligados ao fenômeno religioso em um número reduzido de princípios que lhe servem de fundamento e lhe delimita o âmbito da compreensão. Desta forma, não haverá uma separação entre as demais ciências que se dedicam ao estudo do mesmo objeto. Assim, sem um critério epistemológico unívoco, nem delimitando ou definindo de maneira absoluta, as demais ciências poderão focá-las de forma igualitária. Os conteúdos apresentados neste eixo seriam:

Filosofia da Tradição Religiosa: a idéia do Transcendentes, na visão tradicional atual;
História e Tradição Religiosa: a evolução da estrutura religiosa nas organizações humanas no decorrer dos tempos;
Sociologia e Tradição Religiosa: a função política das ideologias religiosas;
Psicologia e Tradição religiosa: as determinações da tradição religiosa na construção mental do inconsciente pessoal e coletivo.
 (PCNER, p. 51, 2009)

O eixo Escrituras Sagradas e / ou Tradições Orais é apresentado pelo PCNER como:

...Textos que transmitem, conforme a fé dos seguidores, uma mensagem do Transcendente, em que pela revelação, cada forma de afirmar

Transcendente faz conhecer aos seres humanos seus mistérios e sua vontade, dando origem às tradições. E estão ligados ao ensino, à pregação, à exortação e aos eruditos. (PCNER, p. 52, 2009)

Neste eixo há uma valorização no que é considerada escritura sagrada, ou seja, explanação religiosa dessa forma, cultural escrita; comum aos nossos olhos, as quais temos como exemplo a Bíblia Cristã, a Torah judaica, o Alcorão Islâmico, o Rig Veda das tradições orientais, ou ainda qualquer registro histórico que faça abordagens da cultura, religiosa ou espiritual de um determinado grupo. Porém, nas tradições religiosas que não possuem o texto sagrado escrito, a transmissão é feita na tradição oral.

Nesta perspectiva, enquadram-se as religiões afro-brasileiras e indígenas. E o culto à Jurema como parte integrante dessas manifestações religiosas, traz em seu legado a tradição oral como meio essencial de ensinamento de seus ritos, mitos e crenças religiosas. Tendo como base os fundamentos da ancestralidade indígena além da influencia afro e kardecista em sua gênese religiosa, cultural e espiritual.

Os conteúdos estabelecidos para organização didática neste eixo são:

Revelação: a autoridade do discurso religioso fundamentada na experiência mística do emissor que transmite como verdade o transcendente para o povo;

História das narrativas sagradas: o conhecimento dos acontecimentos religiosos que originam os mitos e segredos sagrados e a formação dos textos;

Contexto cultural: o conhecimento dos acontecimentos religiosos que originam os mitos e segredos sagrados e a formação dos textos;

Contexto cultural: a descrição do contexto sociopolítico- religioso determinante na redação final dos textos sagrados;

Exegese: a análise e a hermenêutica atualizadas dos textos sagrados.
(PCNER_– P.52-53, 2009)

O eixo Teologias é apresentando pelos Parâmetros Curriculares do Ensino Religioso como: “O conjunto de afirmações e conhecimentos elaborados pela religião e repassados para os fiéis sobre o Transcendente, de um modo organizado ou sistematizado”. Ou seja, o Transcendente vai exercer um papel ordenador e senhor absoluto de todas as coisas, em que será expressado esse estudo nas muitas verdades de fé. Refletindo sobre a natureza do Transcendente como graça e glorificação respectivamente no tempo e na infinidade. A busca dessa infinidade do ser humano deverá fluir a partir do conhecimento e

interpretação do pós-finitude do ser; interpretada como ressurreição, reencarnação, ancestralidade, havendo espaço também para as idéias da negação da vida além da morte.

Para esse eixo os conteúdos foram estabelecidos em:

Divindades: a descrição das apresentações do Transcendente nas tradições religiosas;

Verdades de fé: o conjunto de mitos, crenças e doutrinas que orientam a vida do fiel em cada tradição religiosa;

Vida além da morte: as possíveis respostas norteadoras do sentido da vida: a ressurreição, a reencarnação, a ancestralidade e o nada. (PCNER- p. 53-54, 2009)

A inserção da Jurema neste eixo, apresenta-se de forma clara mediante a propostas de conteúdos expostos. Na temática “divindades” é uma religião mediúnica que direta ou indiretamente segue preceitos e ensinamentos a partir da figura do sagrado, da vida espiritual – guias protetores, linhas, falanges, ou elementos os quais instrui seus adeptos ao transcendente.

Nas “verdades de fé”; os mitos refazem e conduzem todo processo dos ritos na Jurema. Onde apresenta-se doutrinas que devem ser seguidas e ressignificadas na vida dos religiosos. E por fim a “vida além da morte”; onde o sobrenatural está ligado a todo o processo de crença. O qual permeia a idéia de reencarnação do espírito, ou da eternização da ancestralidade, como liderança espiritual, obtendo também força da influência kardecista na Umbanda. Essa crença na espiritualidade do “além” ou ensinamento são trabalhados na Jurema especificamente a partir das doutrinações com espíritos. Em nossa pesquisa campo, entrevistamos um mestre juremeiro incorporado⁷ na Mãe de Santo Mônica de Oxum, do Templo de Umbanda Oxum Mitalahê, no bairro do Valentina Figueiredo, João Pessoa. Sobre a evolução espiritual o mestre diz:

... nós chama os fio na casa nas jurema de chão ou mesa branca, pra orientá minha fia. Pra que eles aprenda como evoluir na espiritualidade. Pois existe os guia protetor de cada um, pra manter o equilíbrio nessa vida. Mas se os fio num quizé, (...) traçar um caminho bom e seguir por outros, eles num vai evoluir na espiritualidade. Tem que lembrá também da lei do retorno. Tudo o que você escolhi fazer, vai volta pra você.(...)
(MESTRE TRANQUILINO- Guia Juremeiro do Templo de Umbanda Oxum Mitaladêh. Entrevista março de 2014)

⁷ Conhecido também por “Transe”. Ocasão que as entidades espirituais atuam em terra através dos corpos dos médiuns.

Conseguimos perceber a influência Kardecista na fala da entidade espiritual, mas também a afirmação da doutrinação às pessoas, no caso os adeptos da Jurema por essas entidades espirituais.

O eixo dos ritos é apresentado como a série de práticas celebrativas das tradições religiosas que formam o conjunto de rituais, símbolos e espiritualidades. Na exposição deste eixo o PCNER expõe essas três modalidades da seguinte óptica:

- a) **Rituais** que podem ser agrupados em três categorias principais:
Os propiciatórios que se constituem principalmente de orações, sacrifícios e purificações;
Os divinatórios que visam a conhecer os desígnios do Transcendente em relação aos acontecimentos futuros;
Os de mistérios que compreendem as várias cerimônias relacionadas com certas práticas limitadas a um número restrito de fiéis embora também haja uma forma externa acessível a todo povo;
- b) **Símbolos** que são sinais indicativos que atingem a fantasia do ser levando-o a compreensão de alguma coisa;
- c) **Espiritualidades** que alimentam a vida dos adeptos através de ensinamentos, técnicas e tradições, a partir de experiências religiosas e que permitem ao crente uma relação imediata com o Transcendente.
(PCNER- p. 54-55, 2009)

O eixo dos ritos encontra-se totalmente favorável à abordagem da Jurema em sala de aula. Uma vez que a mesma é uma tradição religiosa oral, e tem como característica principal sua ritualidade abrangente. A qual acaba por englobar em seus costumes, ensinamentos e tradições o conjunto de rituais, símbolos e espiritualidades destacados pela proposta do PCNER. Os conteúdos propostos seriam:

Rituais: a descrição de práticas religiosas significantes, elaboradas pelos diferentes grupos religiosos;
Símbolos: a identificação dos símbolos mais importantes de cada tradição religiosa, comparando seu (s) significado(s);
Espiritualidades: o estudo dos métodos utilizados pelas diferentes tradições religiosas no relacionamento com Transcendente, consigo mesmo, com os outros e o mundo.
(PCNER_– p. 55, 2009)

Conseguimos perceber o grande leque que se abre mediante às propostas de conteúdos para a organização pedagógica diária. Notoriamente, o PCNER abre portas para a desmistificação da idéia demoníaca da Jurema no contexto escolar. A partir do

favorecimento do “conhecer” nas especificidades religiosas. Nos mais diversos âmbitos, buscando suas significações dando enfoque ao transcender consigo mesmo e na relação social.

O último eixo organizador de conteúdos proposto pelo PCNER do FONAPER é o Ethos, que é apresentada como a forma interior da moral humana em que se realiza o próprio sentido do ser.

Conforme a proposta do PCNER do FONAPER, identificamos a partir do Ethos que a ótica da alteridade no ensino religioso conectada com a proposta de conteúdos são essenciais para que, o educando reconheça o papel de alteridade perante o outro - e às diferenças religiosas. Contudo, ainda há percalços para pôr em prática, esse projeto do Ethos. Mas, o FONAPER, tem contribuído com os cinco (5), eixos, especialmente, ao enfatizarem o próprio Ethos no contexto do respeito à diferença, o que já é bastante significativo.

Os conteúdos estabelecidos para esse eixo são:

Alteridade: as orientações para o relacionamento com o outro, permeado por valores;

Valores: o conhecimento do conjunto de normas de cada tradição religiosa apresentado para os fiéis no contexto da respectiva cultura;

Limites: a fundamentação dos limites ético propostos pelas várias tradições religiosas.

(PCNER – p. 56-57, 2009)

Tratando-se de Jurema ou até mesmo de outras religiões oriundas de matrizes afro-brasileiras e indígenas, faz-se necessário um trabalho com foco neste eixo norteador; uma vez que são abordados conceitos de valores perante os ensinamentos das culturas religiosas tendo em vista o conflito existente em conceitos entre “bem e mal” nas religiões afro-indígenas; quando comparadas as linhas cristãs, por exemplo. Ou ainda idéias de “céu e inferno”, “pecado ou purificação” ou ainda temas polêmicos relacionados à homossexualidade, associados à cultura religiosa. Neste olhar, a busca pelo Ethos vai além a concepção de valores éticos ou culturais. Ele aponta na verdade caminhos para uma verdadeira busca pelo respeito às escolhas do seu semelhante conduzindo a luta pelo combate a intolerância religiosa, e uma laicidade autêntica.

Pensando ainda neste vínculo Educação em interface com a Jurema, podemos trazer também como base de apoio a inserção desta temática em sala de aula. A

Declaração Sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Lingüísticas. A qual foi aprovada pela resolução 47/135 da Assembleia Geral da ONU de 18 de dezembro de 1992.

No artigo 1º, proposto pela declaração da ONU, afirma que é total responsabilidade do estado garantir todos os direitos propostos no presente artigo. Enfatizado a proteção sobre o direito da existência identitária étnico-cultural, religiosa ou lingüística, das pessoas pertencentes às minorias dentro de seus territórios. Onde podemos inserir os praticantes das minorias religiosas afro-brasileiras e indígenas neste foco. Assim, os adeptos do culto à Jurema estariam inseridos neste contexto.

Artigo 1º

1. Os Estados protegerão a existência e a identidade nacional ou étnica, cultural, religiosa e lingüística das minorias dentro de seus respectivos territórios e fomentarão condições para a promoção de identidade.
 2. Os Estados adotarão medidas apropriadas, legislativas e de outros tipos, a fim de alcançar esses objetivos.
- (Declaração Sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Lingüística- ONU 1992).

O artigo 2º na mesma declaração aponta de forma bem mais clara os direitos de livre culto às religiões consideradas minorias. Onde poderão professar sua fé livremente, utilizando seus idiomas e fazer uso fruto de toda particularidades culturais. Como cita:

Artigo 2º

1. As pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e lingüísticas (doravante denominadas “pessoas pertencentes a minorias”) terão direito a desfrutar de sua própria cultura, a professar e praticar sua própria religião, e a utilizar seu próprio idioma, em privado e em público, sem ingerência nem discriminação alguma.
2. As pessoas pertencentes a minorias tem o direito de participar efetivamente na vida cultural, religiosa, social, econômica e pública.
3. As pessoas pertencentes a minorias terão o direito de participar efetivamente nas decisões adotadas em nível nacional e, quando cabível, em nível regional, no que diz respeito às minorias a que pertençam ou as regiões em que vivam, de qualquer maneira que não seja incompatível com a legislação nacional.
4. As pessoas pertencentes a minorias terão o direito de estabelecer e de manter as suas próprias associações.
5. As pessoas pertencentes a minorias terão o direito de estabelecer e de manter, sem discriminação alguma, contatos livres e pacíficos com os outros membros de seu grupo e com pessoas pertencentes a outras minorias, bem como contatos transfronteiriços com cidadãos de outros Estados com os quais estejam relacionados por vínculos nacionais ou étnicos, religiosos ou lingüísticos.

Além do livre culto, as pessoas pertencentes às minorias têm o direito de manter suas próprias associações tomar e participar de decisões públicas à frente ou não dos seus respectivos grupos. O último ponto do Art. 2º dá total reforço e incentivo ao combate da intolerância religiosa, a partir do direito de livre comunicação com outros grupos, o que endossaria em sala de aula o processo de cultura de paz.

A LDBEN, 9394/96, é modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. A lei original foi redigida apenas com a obrigatoriedade da História e cultura afro-brasileira. O que apesar de ser uma grande conquista para nós educadores, gerou durante muito tempo inúmeras discussões sobre o direito de outros grupos étnicos. Como é o caso do indígena que aqui já estava com a chegada do europeu e que seriam os verdadeiros donos da terra. A nova redação promulgada em 9 de janeiro de 2003, ficou da seguinte forma:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”

A inserção da cultura indígena na lei representa reconhecimento da necessidade de valorização desta matriz junto à identidade cultural do povo brasileiro. Mas também o ganho de um novo olhar junto a toda cultura e religiosidade remanescente dos nossos ancestrais. O qual dá toda base histórica e antropológica da formação do catimbó, hoje, num formato mais miscigenado de culto a Jurema Sagrada.

Uma trajetória comprobatória a partir das análises documentais das fontes históricas brasileiras. Ou ainda nas narrativas transcritas por colonizadores durante todo

período de colonização e exploração no Brasil. A qual iremos dar ênfase no item a seguir, onde trataremos sobre a espiritualidade indígena, e as matrizes do fundamento religioso cultural do culto à Jurema.

Um último ponto de fundamentação para a abordagem da temática em sala de aula, o qual representa um vitória para todos o professores do Ensino Religioso, no país, é sem dúvida o Art. 33 da LDBEN. A redação oficial foi aprovada pelo Senado o Federal em 09 de julho de 1997, e sancionada pelo Presidente da República no dia 02 de julho do ano vigente, com a atual redação a qual hoje nos norteia:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso."

Um trecho bastante significativo, no entanto conflituoso, se retrata a definição dos conteúdos. Pois traz uma abertura ao diálogo quanto à organização dos temas, mas por outro lado, sabemos o quanto é difícil manter esse diálogo com diferentes grupos religiosos e instituições educacionais. Apesar de toda essa abertura plural, criação do PCNER e o próprio reconhecimento da necessidade das abordagens destes temas, na construção do diálogo inter religioso e a cultura de paz ainda dispomos de muito preconceito e falta de conhecimento sobre as minorias religiosas. Isso sim é um desafio! Por que a pertinência, a legalidade e a necessidade da temática já reconheceram que existe. O fato é o desenrolar de todo esse processo de construção e formação desses educadores e grupos institucionais quanto a essas abordagens em sala de aula.

3.2 A “Yu-re-ma” e o indígena na cultura religiosa sertaneja: Tapuias-espiritualidades e resistência étnica

O termo “Yu-r-ema” é apresentado por alguns autores como originário da Língua Tupi. No entanto, a etimologia da palavra possivelmente recebeu influência espanhola. Segundo Assunção (2010), autores como Cascudo (1978, p.98) define o nome dado a uma “árvore espinhenta do sertão, da qual o gentil⁸ extraia um suco capaz de dar sono e êxtase a quem ingeria.” Essa planta é utilizada como base para bebidas, banhos, defumações, remédios, como um canal direto com o reino espiritual para trazer curas para quem o procura. Dois tipos de jurema são mais utilizados nessas preparações: a preta (*Mimosa hostilis benth*) e a branca (*vitex agnus castus*). Para alguns adeptos religiosos, a jurema preta emerge uma força maior; sendo mais utilizadas em “trabalhos” mais difíceis, ou seja, quando há um grau de dificuldade recorrem ao uso específico dessa jurema em seus mais diversos ritos.

Quanto à sua ação alucinógena pregada por vários grupos religiosos, é conhecido farmacologicamente que a jurema preta apresenta um nível de concentração de DMT (Dimetiltripitamina) muito superior ao de outras plantas e é principal fonte contemporânea de triptaminas⁹ para as *pharmahuascas*¹⁰ e *anahuascas*¹¹. Substância de efeito psicodélico, psicoativo ao consumo humano. Outra descoberta notável, é que, consumido via oral acima de 25 mg, o DMT é psicoativo por si só, não precisando de inibidores. Não haveria, portanto, o tão propalado “ingrediente perdido” do preparo da Jurema entre os índios nordestinos.

⁸ Pessoas não pertencentes a religião cristã. Considerados pagãos, que precisam de salvação- conversão ao cristianismo.

⁹ Triptamina é um alcalóide monoamínico bioativo encontrado em plantas, fungos, e animais. É baseado na estrutura em anel do indol, e é quimicamente relacionado ao aminoácido triptofano, do qual seu nome é derivado. Triptamina é encontrada em quantidades de traços nos cérebros de mamíferos e tal presença é atribuída a um papel como um neuromodulador ou neurotransmissor Jones R.S.. (1982). "Tryptamine: a neuromodulator or neurotransmitter in mammalian brain?"

¹⁰ Farmahuasca é uma farmacêutica versão do entheogenic bebida ayahuasca . Ayahuasca tradicional é feita a partir do IMAO molecular contendo Banisteriopsis caapi vinha com uma DMT, planta contendo, como *Psychotria viridis* . Farmahuasca refere-se a uma combinação similar que utiliza um conjunto de ervas farmacêuticas em vez de uma planta.

¹¹ Combinações de diferentes plantas, diferentes de Liana (B.Cappi) e Chacruna (P.Viridis) própria ayahuasca. Outras formas de combinar DMT e IMAO's. Moderador: *Salvium*

Apesar que quando falamos das “beberagens” citadas por muitos autores presentes ritos indígenas ao longo de nossa história ou ainda nos próprios ritos dos “terreiros” acredita-se que além da “força” da jurema, como um “pau sagrado”, adicionasse a ela outros ingredientes: ervas, raízes, sementes, folhas ,ou seja, a “ciência” de cada mestre juremeiro, líder de sua falange espiritualística.

A jurema, assim como o cacto mandacaru, faz parte do dia-a-dia do nordestino bem como as histórias e lendas, sobretudo na caatinga nordestina sendo considerada sagrada pelos indígenas. Não é difícil entender porque a jurema seria sagrada para os índios nordestinos antes da chegada dos europeus. Além do seu possível caráter alucinógeno e do seu comprovado uso nas guerras e ritos de passagem, a jurema, enquanto planta, desempenha um papel central no ecossistema semi-árido das caatingas nordestinas durante os longos períodos de estiagem; quando a paisagem do sertão fica cinza e vermelho apenas ela e o cacto do mandacaru resistem verdes e com reservas de água.

Na verdade, no auge da estiagem o interior da casca da Jurema seca permanece viçoso. Quando a chuva volta, a casca seca cai e a árvore reaparece jovem. Esse fenômeno dá margem a uma longa mitologia de lendas e cantos envolvendo os ciclos de sazonalidade de morte e renascimento. Mas, ao contrário do mandacaru, do qual o sertanejo pode extrair água durante a estiagem, a água da Jurema é completamente inacessível ao uso humano. No caso da Jurema, a existência de água atrai a presença de pequenos insetos e de vários níveis de pequenos predadores da cadeia alimentar do ecossistema do sertão. As cobras são habituais no juremal, tanto pela existência farta de seu alimento como pela proteção dos galhos espinhosos, impossibilitando o trânsito de animais maiores.

Este fato deu margem a uma extensa mitologia popular, cantada em pontos ou turimbas em que as cobras protegem espiritualmente a árvore (Cultura Popular, 2014), assim como esta, com seus espinhos, protege os seus répteis guardiões. Um mito sobre o “Pau sagrado”, entoado em vários pontos de jurema, é o mito cristão. Onde se acredita que a Jurema é a árvore onde Jesus Cristo descansou antes de sua morte. O fato que os “mitos” que envolvem a Jurema como planta mágica são os mais variáveis possíveis que passam das tradições indígenas ao cristianismo católico além do Kardecismo e credos pagãos; fazendo com que a jurema se torne não só uma planta sagrada, mas um canal espiritual de força e fé da cultura popular.

Outros autores definem a jurema desde uma planta ou um culto sagrado, Prandi (2010), explica que:

“Jurema, que hoje dá nome a uma prática religiosa, é originalmente nome de uma árvore considerada sagrada pelo grupo religioso. Também é nome da bebida preparada com a casca do tronco da jurem, beberagem encontrada entre antigos costumes indígenas. Beber jurema é um momento crucial numa sessão de jurema. Também de origem indígena é o uso da fumaça no ritual. Preferencialmente usando-se usar o cachimbo encostando a abertura do forno na boca, num gesto contrário ao ato de fumar. Hoje a jurema pode ser encontrada em todo nordeste como prática mágica e religiosa que se reproduz e se complexifica no interior de diferentes religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e o Xangô e, especialmente a Umbanda.”

Além da definição, o autor explica a originalidade do culto desde as práticas de pajelanças indígenas bem mencionados com o uso do cachimbo da representação da fumaça e as beberagens, comuns aos ritos nas aldeias em toda área geográfica nacional também representadas por Figueiredo (1976, p.44); onde irá destacar como ocorre o rito com o uso da jurema nestas aldeias: “A cerimônia gira inteiramente em torno do pajé, que invoca os mestres com um pequeno maracá, e que é ajudado por pessoa de sua família que acende os cigarros, ferve a bebida ou defuma o ambiente.” A beberagem com a jurema é ressaltada por (Mata,1989) nos ritos do Ouricuri¹², Praia¹³ e Toré¹⁴, praticados nos aldeamentos indígenas do nordeste.

No século XVI, a Paraíba tinha uma população estimada de indígenas com cerca de 100 mil índios (Melo, 1999). No litoral, viviam os pertencentes aos Tupis que se dividiam em dois grandes grupos, os Tabajaras e os Potiguaras. Na região do interior encontrava-se a Nação Kariri, que tinha uma grande variedade de grupos, dentre elas os Taraírus todos considerados pelos colonizadores como Tapuias. No entanto, esses fazem parte dos povos do tronco Macro Gê. Em sua totalidade, o indígena paraibano vivia da

¹² Denomina-se Ouricuri o complexo ritual e o local onde se realiza. É praticado por vários grupos do nordeste. Em Colégio as festividades duram 15 dias, nos meses de janeiro-fevereiro. A fartura faz parte da festa e para lá é levado sob a forma de alimentos, tudo o que se consegue acumular durante o ano. Na mata cerrada há uma clareira, o "limpo", onde ocorre o ritual. Em volta do "limpo" há construções de tijolo para alojar as pessoas durante sua permanência. É uma outra aldeia, a taba, construída para fins religiosos. O corpo ritual do Ouricuri se constitui num conjunto de cantos e danças e na ingestão de jurema, infusão feita da entrecasca da raiz desta árvore, posta a macerar para produzir o vinho. O clímax do ritual é o transe resultante do uso da jurema. Neste estado os participantes dizem romper as barreiras entre passado, presente e futuro numa comunhão com seus ancestrais e suas divindades.

¹³ Parte integrante do Rito do Toré Indígena.

¹⁴ Dança ritual indígena.

caça, pesca, coleta e uma primitiva agricultura de subsistência. A maioria deles eram nômades, no caso específico dos Tapuias, e sua organização social se dava através de grupos onde era dividido todo trabalho ou função de acordo com o sexo, idade ou adequação funcional. Ou seja, trabalho, guerra, homem, mulher, idoso, como narra (Cavalcante, 1996, p. 20).

Os indígenas que falavam língua adversa dos tupis do litoral foram denominados pelos colonizadores e missionários como Tapuias. Ser Tapuia para o colonizador era ser inimigo (Assunção, 2010). Diferentemente dos “caboclos”, os Tapuias não faziam questão alguma de relacionar-se harmoniosamente com os invasores, pois eles acreditavam tão somente na real intenção dos “brancos” em suas terras. Eram indígenas fortes, acostumados a estiagem do sertão e a vida nômade. Suas práticas rituais eram semelhantes a dos grupos indígenas do litoral: cantos, danças, fumos, beberagens entre outras. Acredita-se inclusive numa prática ritualística de antropofagia sagrada (Gândavo, 1980), a qual seria praticada de forma bem acentuadas mediante a grandes atos de guerra ou cerimônias fúnebres, como relatam alguns missionários e viajantes da época .

Compreender a nação Tapuia é entender a gênese da variação, diversidade espiritual e a resistência étnica do indígena no Nordeste. E na Paraíba, muito dessa espiritualidade só pode ser entendida mediante a compreensão e o estilo de vida desse indígena (Assunção, 2010). E para buscarmos esse entendimento, fizemos alguns recortes mediante escritos deixados por missionários ou colonos presentes nesse período em nossas terras. Logicamente, uma ressalva abordada por Assunção (2010), é bem pertinente a nossa pesquisa. O autor endossa um olhar posto nestes escritos sendo a de um colonizador cristão. No entanto, particularidades das vidas dos Tapuias e de seus ritos, esses são descritos de forma que podem ser analisadas de uma óptica aproveitável, como reforça o autor.

Um viajante e funcionário da Companhia das Índias Ocidentais, Joan Nieuhof, que circulou em várias aldeias indígenas entre 1640 a 1649, mas precisamente aldeias nos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, em seu relato, presente no livro: “Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil”, descreve os Tapuias como um povo forte e resistente dizendo que:

“... Os Tapuias são altos e fortes, ultrapassando brasileiros e holandeses, tanto em força quanto em estatura. Sua cor é morena escura, têm cabelos

pretos pendentes sobre as espáduas, pois aparam-no apenas na testa, até as orelhas. Alguns cortam os cabelos a moda européia. De resto arrancam todo pelo do corpo, até mesmo as sobrancelhas. Os reis as pessoas em destaque distinguem dos demais pelos cabelos e pelas unhas; o primeiros cortam os cabelos em forma de coroa e conservam unhas grandes nos polegares. Entretanto, os parentes do rei e de outros indivíduos em destaque na tribo tem unhas cumpridas em todos os dedos, menos nos polegares, pois este detalhe é considerado entre eles ornamento todo especial. Os Tapuias são muito fortes”. (Nieuhof, p. 318, 1942)

Além da ressalva de força física e presença corporal dos Tapuias com relação ao colonizador, observamos no depoimento de (Nieuhof, 1942), a descrição de ornamentos físicos de destaque para as figuras com grau de importância no convívio social da tribo, como seria o caso dos reis (cacique), sacerdotes (Pajé) e parentes destes.

A ideia de vida primitiva dos Tapuias foi descrita por vários olhares. O secretário do governo Holandês, o cronista Pierre Moreau descreve os Tapuias como: “... nação mais brutal, que vivem completamente nus nas matas, como vagabundos (havendo alguns que habitam em comum nas aldeias ou vilas, mas que se locomovem de seis em seis meses para serem mais sadios e anda por todos os lugares)”. Nieuhof, (p.311,1942), descreve um perfil de costumes no cotidiano dos Tapuias no aldeamento do interior :

“ Vivem muito quietos, ao menos que beba; nessas ocasiões cantam e dançam dia e noite(...) apreciam muito a dança(...) em geral cantam enquanto dançam. Os selvícolas do interior andam completamente nus, tanto homens quanto mulheres. Toda via os do litoral, que mantém contactos com os holandeses e portugueses, usam uma a camisa de algodão ou linho”.

Na descrição de Nieuhof (1942), observamos a cultura de vida Tapuia no canto, dança e beberagem nas aldeias. No entanto, já desenvolve-se restrições e adaptações comportamentais (“civilidade”) no indígena do litoral, mediante ao uso de vestimentas no ato de contato com o branco europeu. Uma das narrativas importantes a qual destaca detalhes ricos não só sobre a cultura Tapuia da sua vida cotidiana, nas crenças e práticas ritualísticas espirituais foram transcritas pelo padre Capuchinho francês Martinho de Nantes. O qual viveu em aldeias dos índios cariris, na Paraíba destacando que:

Tinham um deus para as culturas que a terra produzia; outro para a caça; outro para os rios e as pescarias, e a todos esse deuses deixavam tempo para as festas em sua honra, e manifestavam sua adoração com alguns sacrifícios, que incluíam as mesmas coisas que recebiam, por meio de cerimônias pouco diferentes, constituídas de danças, pinturas do corpo,

festins, quase sempre impudicos, praticando o adultério, a que não davam nenhuma importância.

Havia entre eles feiticeiros, ou pra dizer ..melhor, impostores, que adivinhavam os que eles pensavam. Prediziam coisas futuras , curavam doenças, quando não as produziam. Podiam acreditar que alguns deles tinham entendimento com o Diabo. Pois não usavam como remédio, para todos os males, senão a fumaça do tabaco e certas rezas. Cantando toadas tão selvagens quanto eles, sem pronunciar qualquer palavra.(...) Para serem felizes na caça ou pesca, faziam queimar osso de animais ou espinhas de peixe, e os mestres de cerimônia faziam beber aos jovens os sucos de certas ervas amargas e, esfregando várias partes do corpo desses jovens com os dentes agudos de animais , incrustados com cera, misturados com cinza, os faziam penetrar na pele com dores sensíveis, durante os dez dias que durava a festa.(Nantes, p. 4-6, 1979)

Mesmo sob um olhar colonizador cristão, entendendo que esses comportamentos eram inadequados ou tendo ligação direta com a figura do demonizador; conseguimos captar nas narrativas de Nantes (1979) peculiaridades da cultura e espiritualidade indígenas a partir de sua convivência com os Tapuias. Algo que nos chamou a atenção em especial, é a semelhança do rito de preparação para caça, realizada pela tribo; que se assemelha a práticas de outros grupos pré-históricos em âmbito geral da história da humanidade. Os quais observamos seus registros em pinturas rupestres deixadas pelo homem primitivo em vários lugares do Brasil e do mundo. Como é o caso das imagens de Altamira¹⁵ no município de Santillana del Mar - Cantábria Espanha e Parque Nacional da Serra da Capivara¹⁶ no Piauí, Patrimônio Mundial da Unesco, com o maior acervo do continente americano, e um dos mais estudados no nordeste brasileiro.

Semelhantemente aos Tupinambás, os Tapuias acreditavam na ancestralidade e na imortalidade da alma. E que todos aqueles que vivessem dentro das normas consideradas certas, incluído a morte e ingestão da carne de seus inimigos iriam desfrutar de uma eternidade de danças e festejos juntos aos seus ancestrais nas altas montanhas.(Léry, 1980). A prática antropofágica dos Tapuias igualmente aos Tupinambás tinham total relação com o sagrado. O consumo da carne humana não possuía um caráter alimentício, mas teria como motivação o amor ou a vingança. buscando força ou eternização. Sobre essa relação Gândavo (1980) narra que:

¹⁵ Altamira é o nome de uma caverna na qual se conserva um dos conjuntos pictóricos mais importantes da Pré-História. Fica no município espanhol de Santillana del Mar, Cantábria, num prado do qual tomou o nome. Por volta de há 13 mil anos, a queda de uma rocha bloqueou a entrada da caverna, impedindo a continuidade da ocupação humana e preservando o seu interior.

¹⁶ Parque Nacional da Serra da Capivara no Piauí, Patrimônio Mundial da Unesco, com o maior acervo do continente americano, e um dos mais estudados do mundo. Remete-se ao período Pré- cabralino brasileiro.

(...) Esses Tapuyas nam comem a carne de nenhuns contrários, antes Sam immigos capitães daquelles a costumam comer, e os perseguem com mortal ódio. Porem pelo contrario tem outro rito muito mais feio e diabólico, contra a natureza, e digno de maior espanto. E he que quando algum chega a estar doente de maneira que se desconfia de sua vida, sei pai ou mai, irmãos ou irmãs, ou quaisquer outros parentes mais chegados o acabem de matar com suas próprias mãos, havendo que usam assi com elle de mais piedade, que consentirem que a morte o esteja senhoreando e consumindo por temos tam vagarosos. E o peor que He depois disso o assam e cozem, e lhe comem toda a carne, e dizem que nam hão de sofrer que cousa tão baixa e vil como he a terra lhes coma o corpo de quem elles tanto amam, e que pois he seu parente, e entre elles há tanta razam de amor, que sepultura mais honrada lhe podem dar que mete-lo dentro em si, e agazalha-lo par sempre em suas entranhas. (Gandavo, p. 141, 1980)

Como podemos observar nas narrativas, a prática antropofágica era realizada em busca da honra e força através do canibalismo aos inimigos e presos de guerra; ou concedida num ato honroso da “sepultura dentro de si” para aqueles que os amavam, no caso da ingestão de carne humana dos próprios parentes e amigos.

Com relação aos indígenas do sertão, no caso os Tapuias, muitas foram as lutas e tentativas de resistência étnica desse povo. Esses resistiram a sua expulsão, e desencadearam uma série de batalhas sangrentas, expedições até a completa extinção de suas nações indígenas. No sertão do Seridó a “guerra dos bárbaros”, também conhecida como Confederação dos Carirys em 1687, entra para história, marcando assim quem sabe o inicio da dissolução da nação Tapuia.

Para entendermos o que aconteceu com os indígenas do sertão, os chamados Tapuias, observemos um trecho da carta enviada do governador da Parayaba Albergarya ao rei de Portugal. (apud Seixas, p.56, 1975):

(...) Os núcleos de habitantes do interior ficaram reduzidos ao elemento que receberam em sua origem; isto é, alguns índios domésticos, umas duas famílias de brasileiros e nada mais. A grande população natural, essa foi arcabusada, morta a punhal, a açoites ou vendida como escrava. As mais bravias relegaram-se para as margens dos grandes rios; as outras proximas de sua exticção, submeteram-se e deram pequeno contingente ao povoamento dos sertões.

Como aparece nitidamente na carta enviada ao rei de Portugal, a nação Tapuia dissemina-se da pior forma possível, desde a escravização, morte, até o que podemos chamar de “sepultamento étnico”. Pois os poucos que resistiram tiveram que adaptar-se a nova forma de vida chamados agora de “caboclos¹⁷”, que seria mais uma forma de desapropriação de sua terra e anulação ética cultural, ancestral e espiritual.

3.3. Catimbó – Jurema

Podemos perceber diante de várias citações anteriores que a prática da Jurema ou pelo menos parte dos ritos que nos levam hoje a esse culto, são remanescentes dos povos indígenas do Nordeste. Apesar de ter uma grande representação ou reconhecimento por alguns pesquisadores, do auge desta prática religiosa ter se desenvolvido na cidade de Alhandra na Paraíba. Acreditamos que comumente a Umbanda, que em sua maioria aponta sua fundação ou organização para a cidade Rio de Janeiro. A prática do Catimbó, que seria o formato inicial da Jurema, é desenvolvida em vários lugares do nordeste simultaneamente. Nos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia, como observado em várias bibliografias.

Trazendo para representação da Paraíba, o apogeu desta manifestação religiosa ganha força e prestígio na cidade de Alhandra- Pb. Principalmente na figura do clã do Acaís, como considera Salles (2010):

O Acaís, considerado o símbolo maioria da tradição da Jurema em Alhandra, tem sido visitado por fieis vindos de diversas partes do País. Ao contrário dos visitantes passado – como os da Caravana do Maceió ao Acaís, na década de 1930, mencionada por Ramos (1988) -, que vinham em busca dos trabalhos religiosos que lá eram realizados, os visitantes de hoje vão para contemplar a fazenda onde viveu a prestigiosa mestra Maria do Acaís ou para realizar, eles próprios, sob os pés da Jurema lá encontrados, seus rituais. Junto a essas plantas, consideradas moradia dos mestres, rezam, acendem velas, soltam fogos de artifício, fazem rituais, deixam oferendas , etc. (Salles - p. 63, 2010)

¹⁷ Nome dado aos índios ou seus descendentes, “domesticados”. Aqueles que eram “aliados” dos colonizadores ou viviam em forma pacífica e submissa com os mesmos.

O autor faz referência ao prestígio do sítio do Acaís como símbolo da Jurema em âmbito nacional. Principalmente na figura da Mestra “Maria do Acaís”, que se tornou figura respeitada como mestra juremeira. A “Maria do Acaís” da qual nos referimos é a Maria Eugenia Gonçalves Guimarães, sobrinha e herdeira das terras do Acaís da sua tia Maria Gonçalves de Barros. Esta última citada foi a primeira “Maria do Acaís”, descendente direto do senhor Inácio Gonçalves de Barros – último regente indígena -, o qual recebeu as terras do Acaís como posse após a extinção do aldeamento em 1862. Como ele, outros indígenas receberam lotes demarcados para uso da terra, o que mais tarde sofreriam situações adversas para deixá-las. Cada vez mais se tornando uma classe popular, sofrida, longe de sua cultura e condição social natural, que posteriormente seriam os principais representantes da prática do Catimbó.



Sítio do Acaís- Alhandra/PB / Acervo Familiar do Acaís

Dados mais precisos sobre essa demarcação das terras indígenas foram explicitas por Salles (2010) em seu livro: *À sombra da Jurema Encantada: Mestres juremeiros na Umbanda de Alhandra*. No quadro apresentado abaixo, o autor organizou a Carta Topográfica da Sesmaria dos Indíos de Alhandra do ano de 1865 como apresenta:

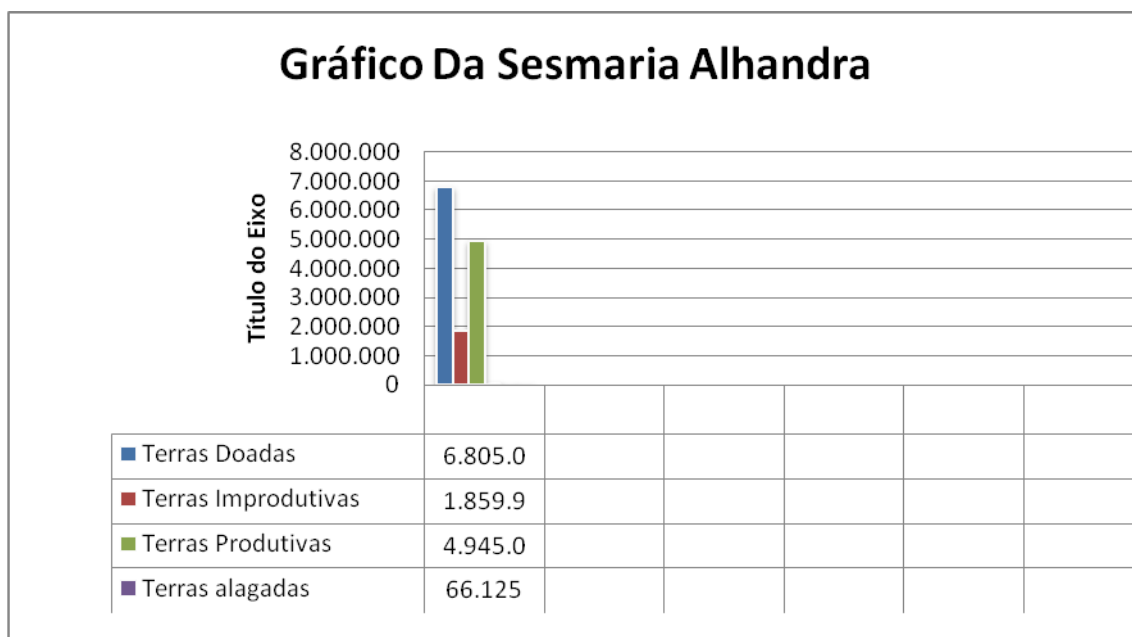
Nome dos poseiros índios	Número correspondente À posse de cada hum	Braças lineares	Áreas Braças Quadradas	Observações
Luiz Francisco de Andrada Arco-Verde	1	758	64 500	Aproveitável 35 000 braças quadradas, todo o mais território é alagado
Joana Maria do Espírito Sancto	2	186	12 588	
Maria Archangela das Dores	3	356	51 700	
Cosme Pereira da Silva	4	492	62 500	
Manoel José da Cruz	5	220	31 000	
Jerônimo Ramos	6	580	85 100	Aproveitável 45 000, todo o mais é alagado
Manoel Paulo	7	390	61 900	
Manoel do Nascimento da Silva Leitão	8	492	31 000	
Ana Maria de Sanctánna	10	492	85 100	
João Baptista Maciel	11	375	61 900	
Ponciana Maria da Conceição	12	278	62 500	
João Ferreira Nepomucemo	13	375	62 500	
Justina Mariana Arco-Verde Camarão	14	492	52 270	
João Felip da Rocha	15	492	42 250	
Antônia Maria Flôr	16	492	53 250	
Maria Angélica da Cam. Raposa	17	492	62 500	
Carlota da Cam. Saraiva e Cândida M ^a Ge.	18	236	62 500	
Trajano Baptista	19	492	62 500	Aproveitável 12 000 braças quadradas
Rosendo Baptista	20	492	62 500	
Manoel Raposo	21	492	62 500	
João Leandro da Rocha	22	492	89 150	
Domingas Antônia	23	492	62 500	
Genuina Maria da Conceiçam	24	492	62 500	
José Antônio Pereira Neves	25	200	62 500	
Joanna Baptista	26	492	62 500	Aproveitável 20 000
Severino do Espírito Sancto	27	492	62 500	
Luduvina Maria da Conceiçam	28	492	62 500	
Anna de Jesus e Maria da Conceiçam	29	492	42 250	
Manoel Leandro	30	492	62 500	

Vicente Ferreira da Cruz	31	308	62 500	
Francisco da Rocha	32	1000	62 500	Aproveitável 40 000
João Baptista Acais	34	492	62 500	
João Carneiro	35	492	62 500	
João José	36	492	84 912	
Manoel Martins do Nascimento	37	492	125 000	
Joaquim José Vicente	38	492	62 500	
Marculino Suares Baptista	39	492	62 500	
Francisco de Paula de Assis	40	492	62 500	
Manoel Gonçalves de Barros	41	492	62 500	
Rosendo Baptista	42	492	62 500	
Maria Florinda da Conceição	43	492	62 500	
Filippe Jacintho Ferreira	44	492	62 500	
Francisco Simiona	45	492	62 500	
Ignácia Maria da Anunciação	46	492	62 500	
Antonia Rufina e Francisca Maria	47	492	66 125	Parte d'essa posse é um terreno estéril com tabuleiros.
Antonio Rodrigues	49	492	62 500	
Mathias Pereira de Oliveira	50	492	62 500	
Francisco Pinheiro	51	492	62 500	
Ana Antônia da Conceição	52	492	62 500	
Antonio Ramalho do Sanctos	53	492	62 500	
João Ramalho dos Sanctos	54	492	62 500	
Ignácio Gonçalves de Barros	55	492	62 500	Ex. Regente dos índios
Balthazar Gonçalves de Barros	56	492	62 500	
Firmino da Silva Leitão	57	492	62 500	
Francelino Rodrigues da Costa	58	492	62 500	
José Joaquim de Oliveira	59	492	62 500	
Joaquim José de Sanctánna	60	492	62 500	
Felipe Ferreira da Rocha	61	492	62 500	
Manoel Venâncio	62	492	62 500	
Manoel Trajano	63	492	51 125	
Maria magdalena da Conceição	64	492	44 375	
Joanna Baptista da Conceição	65	492	62 500	

Manoel José da Costa Carneiro	66	492	62 500	
Anna Maria da Conceição	67	492	62 500	
Severino Rodrigues	68	492	62 500	
Maria Francisca Tavares	69	492	62 500	
Ancelmo Dias Ramos	70	492	62 500	
Josefa das Neves	71	492	62 500	
João Pedro dos Sanctos	74	492	62 500	
Manoel José dos Passos	75	492	62 500	
José Ferreira de Andrade	76	492	62 500	
Joaquim José de Sanctánnia	77	492	37 500	
Joaquim Antonio de França	78	325	62 125	
Paulina Maria da Conceição	79	325	54 875	
José Francisco dos Sântos	80	659	37 500	
José Rodrigues de Freitas	81	325	62 500	
João Pedro Ramborim	82	492	62 500	
Fidelis Fernandes Moreira	83	492	62 500	
Cândida Maria do Rozário	84	492	62 500	
Genoveva Maria da Conceição	85	492	62 500	
Cordulina Maria da Conceição	86	492	62 500	
Antonio Luiz Gomes da Silva	88	492	62 500	
Pedro Antonio de Sanctánnia	89	492	62 500	
Rosa Maria, Cândida	95	500	77 875	
Angelo Pedro Alexandrino	96	492	62 500	
Joana Baptista	101	492	62 500	
Thereza Maria da Encarnação	102	492	62 500	
Argemiro José Cardoso	104	492	62 500	
Marculino da Silva Lages	105	492	62 500	
Luiz José Tavares	106	492	62 500	
Anna Felicia	107	492	70 625	
Joaquim José e Joana Maria	108	492	62 500	Terreno aproveitável 40 000 braças quadradas
Tertuliano de Souza Cabral	111	492	62 500	
Ignácio Bonfim	112	492	62 500	
Manoel do Rozário	113	492	62 500	

Agostinha Maria da Conceição	114	492	62 500	
Antonia Guedes	115	492	62 500	
Salustino Alves da Silva	116	492	62 500	
Manoel Gomes dos Sanctos	117	492	58 675	
Minelvina maria da Conceição	48	492	62 500	
Maria Joaquim e Firmino Ramos	126	492	62 500	
Manoel Carneiro da Silva	127	492	62 500	
Francisco Alves	128	492	62 500	
Francisco Gomes da Silva	129	492	62 500	
João Gomes Pereira	130	492	72 875	
João Luiz da Anunciação	133	492	31 250	Aproveitável 62 500 braças quadradas
Felipe de Cantalices	135	250	62 500	
José Marçalino	136	492	62 500	
Manoel Leandro Suares da Rocha	137	492	62 500	
José Santiago Leitão da Rocha	138	492	62 500	
Romualdo Gomes Ferreira e irmão	139	250	31 250	
Soma		52 676	6 805 045	

Como observado, o Inácio Gonçalves de Barros é apresentado com ex- regente indígena. No levantamento desses dados da carta topográfica, são expostos para nós detalhes importantes como os representantes das famílias indígenas da época que receberam as doações das terras. O que representa dados propícios a um estudo etnográfico local; outro dado interessante é a quantidade de áreas doadas e suas dimensões geográficas por família. Um ponto importante para nossa reflexão são as observações apresentadas por (Salles, 2010); as quais são apontadas as situações favoráveis de plantio ou de alagamentos das terras. Que, de um modo geral, não se apresentam totalmente favoráveis ao desenvolvimento da agricultura local com grandes faixas de terra estéril e alagadas. No gráfico abaixo, observamos melhor estes dados:



Fonte: Do pesquisador- 2014/ Construído a partir da Carta Topográfica (1865), da Sesmaria de Alhandra- PB

Muitas das terras demonstradas no gráfico como improdutivas ou alagadas, localizavam-se numa mesma área topográfica. O que prejudicava densamente um número determinado de famílias, as quais receberam suas terras nessa área geográfica. Sem direito algum de revelia das terras, ou auxílio para desenvolvimento de atividades relacionadas à agricultura, pecuária ou pesca. Que eram praticadas por eles de forma bem artesanal e precária. Nesse contexto de dificuldades assistenciais de subsistência, podemos perceber que os descendentes das famílias indígenas da sesmaria de Arataguis e Jacoca (Alhandra e Conde), iniciam um processo de perdas culturais e de identidade como menciona alguns autores.



Juremeiros em festa no Sítio do Acaís- Alhandra/PB

Ao pensarmos sobre Jurema, podemos analisá-la em quatro dimensões: uma bebida, uma planta, uma entidade ou culto. De fato, poderíamos explicar cautelosamente cada um desses segmentos. No entanto, podemos resumir que todos estão conectados a mesma cosmologia religiosa e cultural. Essa relação do sagrado está ligada a todo universo mítico que envolve a Jurema Sagrada, desde seus ritos e crenças as suas práticas culturais ancestrais. Ao longo de todo texto, buscamos sempre costurar essa cosmologia a historicidade e ao sistema de crenças apresentados em alguns contextos.

A Jurema por sua vez é uma religião mediúnica, onde a partir de seus ritos, os seus adeptos entram em estado de transe e são “incorporados” pelas entidades espirituais da “Aruanda”¹⁸, (Termo utilizado pelo adeptos da Umbanda), para obterem vivências neste plano espiritual e favorecer aqueles que os procuram em busca de alívios aos seus problemas de qualquer ordem. As questões de temporalidade mítica e linear estão totalmente ligadas ao culto à Jurema. No tempo cronológico, a Jurema é extremamente organizada onde existem calendários anuais e mensais a serem rigorosamente cumpridos; pois dizem respeito aos principais eventos do terreiro, segundo eles necessários ao juremeiro praticá-lo.

Esses eventos maiores são realizados nos chamados “toques”, que são cerimônias de gira com danças utilizando-se de instrumentos musicais artesanais tais como: as élus de couro de animal (atabaque), maracás de cabaças, afoxés e triângulos. Neste cerimonial,

¹⁸ Área reservada no plano espiritual onde vivem todas as entidades espirituais da jurema: caboclos, mestres, pretos e pretas, baianos, indígenas, ciganos etc.

são entoados os pontos da jurema para convidar as entidades à manifestação local como também dispensá-las após seus momentos em terra.

Neste calendário específico são programados mais dois tipos de ritos diferentes: a Jurema de Chão e a Jurema na Mata. A Jurema de Chão são cerimônias fechadas aos filhos da casa destinados a preparação e maturidade desses com suas entidades atuantes utilizando-se de símbolos específicos da Jurema: cachimbos e fumos variados além da bebida da planta sagrada. As juremas na mata também ganham força nas práticas de seus adeptos. Esses ritos assemelham-se mais as pajelanças¹⁹ indígenas ou práticas xamânicas²⁰ de culto aos ancestrais, pois são praticadas em matas em torno de fogueiras. Nestes rituais são cantadas pontos ou entoadas, e invocados espíritos dos caboclos e nações indígenas antigas como os Tupinambás.

MÊS OU PERÍODO	FESTEJO
Janeiro	• Toque de Abertura dos trabalhos Anuais(definição dos toques mensais) e • Toque do Rei Salomão- Festa de Reis
Abril	• Toré dos Caboclos
Maio	• Festa dos Pretos e Pretas
Junho	• Festa do Mestre da casa (Essa data vai variar de cada Ilê, pois se baseia na data d coroação do mestre.
Outubro	• Toque dos Mestres
Dezembro	• Fechamento dos Trabalhos
Observações:	• Juremas de chão ou na mata são determinadas pelo Mestre Juremeiro, independentemente dos toques mensais de Jurema. As consultas mediúnicas são realizadas de acordo com a solicitação dos adeptos.

Calendário Sugestivo de jurema- Templo de Umbanda Oxum Mitaladêh- 2015

¹⁹ Ato ritual realizado pelo Pajé, líder espiritual indígena.

²⁰ Relacionado ao Xamanismo, filosofia antiga ligada que visa o reencontro do homem com os ensinamentos e fluxo da natureza e com seu próprio mundo interior e seus ancestrais, pratica indígena e tribal.

Com relação ao tempo linear, o culto à Jurema e às práticas das religiões afro-brasileiras foram muito perseguidas nacionalmente e especificamente aqui na Paraíba. A prática do Catimbó²¹ termo inicial de culto à jurema sagrada era proibida; seus terreiros fechados, adeptos e líderes religiosos eram presos. Durante anos, usou-se o termo catimbozeiro de forma pejorativa e negativa. Só a partir de 1966 pelo decreto nº 3.443 do ano corrente na gestão do Governador João Agripino, foi liberado na Paraíba o livre culto às religiões afro-brasileiras e indígenas. É justamente quando a prática do culto à Jurema ganha força a partir do crescimento de terreiros de umbanda no Estado; os quais praticam tanto o culto aos orixás do candomblé como as práticas míticas da Jurema.

Nada melhor que a História, para provar a História! Nesse percurso da pesquisa, conhecemos ícones da história de resistência e luta na liberação dos cultos afro-brasileiros na Paraíba. Dentre eles, “Pai Cardoso” filho de Iemanjá, que faleceu, infelizmente, em 2013, e dedicou-se uma vida inteira ao santo e à espiritualidade no bairro de Cruz das Armas; embora tenhamos tido contato com o sacerdote várias vezes onde se mostrou solícito. Não houve tempo, para oficialmente entrevistá-lo para nossa pesquisa. E a Saudosa Mãe Marinalva, filha de Ogum com Iansã, mais de 50 anos de santo, provados e comprovados por fotografias, relatos e imprensa.

“Mãe Marinalva” representa um ícone vivo de luta contra a intolerância e violência ao povo de santo na Paraíba. O início e a força da Umbanda no Estado, e uma militante, amiga e conselheira do Ex-Governador João Agripino, o qual cumpriu sua promessa ao assinar a primeira das muitas vitórias travadas contra o preconceito religioso. E ao polemizar a imprensa paraibana da época ao aparecer por trás do governador dando-lhe um passe, no momento da assinatura do documento. Imagem publicada pelo jornal O NORTE, no dia 08 de novembro de 1966.

²¹ É um conjunto específico de atividades mágico-religiosas, originárias da Região Nordeste do Brasil. Conhecido desde meados do século XVII, o catimbó resulta da fusão entre as práticas de magia provenientes da Europa e rituais indígenas de pajelança, que foram agregados ao contexto das crenças do catolicismo. Conforme a região de culto, influências africanas podem ser nitidamente notadas.



Assinatura da Lei 3.343. Mãe Marinalva à esquerda, João Agripino ao centro.

Arquivo do Jornal O Norte- 08 de Novembro de 1966

Em 2013, sobe a organização do professor Giovanni Boaes, muitos tiveram a oportunidade de conhecer fatos verídicos de todo processo histórico sobre os cultos afro-brasileiros, ocorrido em nosso estado a partir dos relatos de vivência de Mãe Marinalva no livro: **Umbanda Missão do Bem: Minha história, minha vida**, publicado pela Editora Ideia, no mesmo ano.

Essa obra narra sua vida, vinculada a espiritualidade, que nos enche de emoção quando cita:

“Em João Pessoa tudo começou com a Umbanda. Fomos perseguidos pela polícia, pelo governo de Pedro Gondim. Eu resisti, sobrevivi, não só para mim, mas para todos aqueles que hoje se dizem adeptos da religião, não importa se é da Umbanda ou do Candomblé”. (Silva, 2013, p. 113)

Não poderíamos deixar de ouvi-la, figura tão importante junto à história da Umbanda e Jurema em nosso Estado. Uma vez que a mesma teve a oportunidade de conhecer e vivenciar o culto à Jurema no seu formato inicial advinda das mesas de Catimbó do Sítio do Acaís. Tivemos a oportunidade de conversar com a mesma em um evento em sua casa (Ilê), mas como estava enferma preferiu não gravar a entrevista. No entanto, nos reforçou as palavras de seu livro, falando das dificuldades e do preconceito sofridos na década de 60. E garantiu que toda essa abertura de hoje só é possível mediante

a força da espiritualidade que guia a todos que lutam contra o preconceito. Endossando que aqui em nosso estado somos privilegiados, por que temos a força da Jurema Sagrada em nosso meio.

Na cidade de Alhandra-Pb, temos uma significativa representação ao culto a Jurema Sagrada. René Vanderzande (1975) traz o catimbó como a prática do culto à Jurema, termo mais antigo para identificar essa manifestação religiosa indígena. O culto à Jurema se dá em torno da bebida ingerida pelos seus adeptos produzidos pelas sementes ou cascas da árvore considerada sagrada, onde os mestres juremeiros trabalham juntamente com entidades espirituais mágicas em favor dos que os buscam como cita (Nóbrega, 2013) enfatizando sua prática na umbanda.

Jurema é um ritual indígena, na qual se ingere uma bebida feita de uma planta chamada jurema. Nesse ritual, que ocorre até os dias atuais, feito por umbandistas, a pessoa participante ingere o chá da sagrada jurema e invoca as entidades ancestrais das matas (índios, caboclos etc). A pessoa passa por transe e é “curado” espiritualmente de traumas, “quizilas” e coisas ruins que possam estar tentando aprisionar o seu espírito. (NÓBREGA,2013 p.23).

Durante nossa pesquisa, várias definições ou explicações sobre o Culto à Jurema Sagrada foram descritas. Para Mãe Mônica de Oxum Milaladêh, filha de Santo de Mãe Marinalva com Deká, de mais de 25 anos de santo e Juremeira feita desde 1994, Jurema é:

“ defino ela como um fundamento, uma ciência da natureza, onde essas entidades se apresentam trazendo sua sabedoria, sabedoria dos antepassados. Onde ela traz o conhecimento, ensinamento das ervas, ensinamento das vidas passadas e suas culturas. O conhecimento das plantas, das sementes da força da terra! De Como eles cultuavam seus ancestrais né?! E trazendo tudo isso hoje , pra melhorar a vida daqueles que necessitam, e a própria evolução espiritual dessas entidades ... a Jurema tem relação com a cura. Cura do corpo e da alma. Ela vai extrair da natureza as substancias medicinais e energias pra os males físicos, né?! E o ensinamento espiritual para a cura de nossa alma, logo a evolução do nosso espírito. (Novembro de 2014)

No discurso apresentando pela sacerdotisa, observamos os traços do Kardecismo no que se refere à evolução espiritual, típicos da influência umbandista.

Porém, a prática do culto à Jurema era idêntica entre os índios Tuxás, como descreve (Andrade, 2002) onde podemos identificar as semelhanças na liturgia religiosa e traços do sincretismo religioso do espiritismo kardecista, do catolicismo, além da

influência afro-brasileira e religiões orientais que desenvolvem o universo místico dos reinos encantados.

O culto à Jurema, tal como se apresenta entre os Tuxás, desenrola-se em torno da bebida ou o vinho da Jurema o qual produz alterações na consciência que auxiliam a propiciar o transe. Orlando Sampaio Silva em sua pesquisa encontrou mais do que elementos mágicos europeus ou assimilação do catolicismo, referências extraídas do espiritismo Kardecista e da Umbanda. As entidades cultuadas são denominadas de encantados, que são espíritos dos gentios – das línguas nativas – habitantes do reino encantado, que descem para curar e realizar trabalhos para os vivos, também chamados de mestres ou caboclinhos. Cascudo menciona em seu estudo dois reinos encantados: O Vajucá e o do Juremal, sem especificar distinções entre eles (ANDRADE, 2002,p. 225)

Para os juremeiros e adeptos, a planta da Jurema é sagrada e é um canal dotado de seres espirituais. Ancestrais indígenas, caboclos e mestres que trabalharam neste plano espiritual outrora. E que continuam a trabalhar quando invocados nas cerimônias religiosas. Fazendo agora parte do reino dos encantados. As “cidades da Jurema” ou “cidades dos encantados”, são lugares da presença do arbusto e que em torno dele se realizam os ritos do catimbó. Onde também encontram-se enterrados os mestres juremeiros, pois a prática do catimbó não era bem vista pelas autoridades locais da época e os seus líderes e adeptos eram proibidos de ser enterrados junto a população comum. Formando assim uma geografia sagrada como podemos refletir nas concepções de (Eliade, 2002):

Como se trata de um espaço sagrado, que é dado por uma hierofania ou constituído ritualmente, e não de um espaço profano, homogêneo, geométrico, a pluralidade dos “centros da Terra” dentro de um única região habitada não cria nenhuma dificuldade. Estamos em presença de uma geografia sagrada e mítica, a única efetivamente real, e não de uma geografia profana... (Eliade, 2002. p.16)

Eliade (2002) nos leva então a refletir sobre o que são “espaços sagrados”, fugindo da premissa de que apenas templos ou santuários arquitetonicamente construídos por determinados adeptos de uma religião, são considerados sagrados. Onde todo espaço construído ou quer esteja em área livre, junto a natureza, podem sim tornar-se sagrados mediante aos ritos e crenças nelas depositadas.

O sociólogo René Vanderzande mapeou dez cidades de Jurema em Alhandra, essas cidades compõem uma geografia sagrada neste município para os adeptos religiosos. São elas: cidade do Major Dias, Maria do Acaís, Mestre Zezinho, Mestra Maria Arcanja, Cidade da Mocinha, Mestra Tandá, Mestre Cadete, Mestra Isabel, Mestre Flósculo, e Cidade de Tambaba. Essa última é tida pelos religiosos como muito especial, pois dizem que quando um mestre juremeiro morre, ele vai pra cidade de Tambaba para evolução espiritual; e depois, no momento certo, volta como entidade para trabalhar nos cultos a jurema sagrada. Atualmente nenhuma dessas cidades encontra-se mais em pé, todas foram destruídas e tendo as juremas derrubadas. A última foi a de Maria do Acaís que resistiu até 2008, derrubada logo após a passeata da paz promovida pela FCP UMCANJU (Federação Cultural de Umbanda, Candomblé e Jurema).



Ruínas do Sítio do Acaís- 2008/Acervo do pesquisador

3.4. SISTEMAS DE CRENÇAS NO CULTO A JUREMA SAGRADA

O culto à Jurema Sagrada traz consigo nos seus ritos e mitos uma vasta simbologia, carregada de contexto histórico-cultural, e espiritualidade. Para compreendermos de forma mais clara seu sistema de crenças, observemos no quadro a seguir a apresentação das sete principais entidades da jurema com suas funções espirituais e suas oferendas na crença religiosa.

ENTIDADES	FUNÇÃO OU MISSÃO	OFERENDAS	REPRESENTAÇÃO OU VARIAÇÃO
Exu	Figura Masculina. Mensageiro, responsável pela ligação direta com a natureza. Trabalha nas matas e nos rios,	Curiação com bichos de pena no geral, e bodes(macho). Miúdos, farofa no óleo de Dedê com pimenta e cachaça.	Marabô, Abô, Toquinho, Arranca Tôco, Tôco Preto etc. (Exemplos exclusivos da Jurema, sem variação com Orixá)
Lebaras – Pomba-Giras(Ciganas)	Apresentam a mesma função dos Exus, na figura feminina. Trazem consigo a ciências das adivinhações, jogos de cartas, tarôs e especialistas nos trabalhos do Amor.	A curiação é semelhante a dos Exus. Só que os animais devem ser femininos. galinhas, cabras, pombas, etc)	Ciganinha, Maria Rosa, Rosa vermelha, Rosa Negra, Luziara, Mara, etc.
Mestres	Figura fundamental na Jurema, a aquele que abre o caminho e orienta as demais entidades do virante na corrente da Jurema. Pai, orientador da falange espiritual. Guarda consigo a ciência do preparo da Jurema, bebida nos ritos. Cada mestre tem sua própria característica e domínio sobre suas ervas. Na linha de Mestres, existe o chamados “mestres evolutivos, aqueles que um dia foram Exus, e evoluíram no reino espiritual.(recebem o recado de Exu dentro da Jurema)	Manguzá, feijão Fraldinho, Bebida da Jurema preparada com cascas e ervas de sua ciência, vinho e cachaça.	Boiadeiro- Lajedo, Zé do açais, Pescador- Zé do Coqueiral, etc. Mestres Evolutivos: Zé vaqueiro, Mané Maior, Zé da Pinga, Chapéu Amarelo, Toninho, Tranquilino, Zé Bebinho, Zé Fumaça , etc.(Mestres Medicinais- Cura : Zé aroeira, Antônia Cangaruçu, etc. Cantador: Pilão deitado
	Representam os fundamentos da Jurema, na história étnica dos Grupos Indígenas. Dominam o conhecimento das ervas, do tempo e da ancestralidade. Trazem consigo a força, limpeza e a evocação dos espíritos da natureza	Bichos de caça: Codorna, coelhos, preá, paca. Todos os tipos de frutas e mel	Sete Flechas (Líder desta falange), Tupinambá, Rompe mato, Guaraci, Espia, Caçador e etc. Caboclo Maia(líder desta falange), Tapuias, Canidés, Caboclos de Pena, etc.

Caboclos			Cabocla Jurema(Lider da falange), Jureminha, Jacinta, Jacira, Ceci, etc. Caboclos que não de penas ligados aos Orixás (Açucena, Janaina e Iracema)
Petos Velhos	Representam a sabedoria, a cura, a capacidade de ensinar. Dominam o conhecimento de cada elemento utilizado na Jurema	Comidas Típicas no Gera: Manguzá, tapioca, cuscuz, canjica, etc.Vinho e café de Mangiroba.	Paitertuliano, Pai Jacó, Pai Joaquim, etc.
Pretas Velhas	Apresenta a mesma função e representação dos Pretos velhos.Geralmente rezam o rosário quando estão em terra. Muito devotos de Nossa Senhora.	IDEM	Maria Mina, Vovó Catarina, Maria Conga, Maria do Acaís, Vovó Cambinda, etc.
Rei Salomão	Patrono da Jurema, nunca vem em terra, traz consigo a força de toda sabedoria na religião. Com ele vem as representações da espiritualidade Orientais, dos ciganos e ciganas. Entidade única, sem variação, fonte energética, representa a áurea da Jurema sagrada	Uvas, Pêra e maça verde. Arroz Branco sem sal cru ou cozido. Vinho Branco e doce.	Rei Salomão- Entidade única , sem variação.

Fonte do pesquisador/Quadro construído a partir da pesquisa de campo- 2013/2014

Essas são as sete principais entidades do culto à Jurema Sagrada. No entanto, dependendo do quadro evolutivo do Médiun (virante), esse pode apresentar outras entidades não tão comuns a nossa cultura, no caso como guias protetores tais como sacerdotes africanos, ou orientais; ou ainda outras representações como baianos e baianas, Mestres Índios dentre outros, além dos “povos das águas”, dentre eles sereias, marinheiros e pescadores.

Algumas entidades podem trazer variações como o caso dos mestres, que pode vir de um quadro evolutivo de Exus. Ou ainda variar de acordo com sua localidade como o caso dos Mestres Boiadeiros, que no total representam a sabedoria do sertão. Semelhantemente a Preta Maria Conga, a qual se apresenta variante entre Araunda e Guiné.

Cada entidade da Jurema tem seus “pontos” riscados que representam sua marca – sua assinatura espiritual quando desenhados em Terra. Sempre que chegam traçam suas representações no local de trabalho espiritual. Os pontos cantados são as entoadas de chamadas e de saída das entidades, cantados nos ritos de gira ou de chão. Na verdade esses pontos sempre são cantados, caso essas entidades estejam trabalhando em terra, ou sejam sendo incorporados.

No imaginário de muitos algumas dessas entidades apresentadas trazem consigo uma representação maléfica. No caso os Exus, trazem esse peso figurativo relacionado ao demônio. De modo geral, as outras entidades também são demonizadas pelo olhar das religiões judaico-cristãs. No entanto, dentro do sistema de crenças do culto à Jurema Sagrada, não existe essa perspectiva de inferno, logo não há crença em demônios. Como religião mediúnica, e por sua influência Kardecista, acredita-se na evolução da espiritualidade, do médium e da entidade incorporada.

Anteriormente ao modelo de culto à Jurema praticado na atualidade, o formato mais inicial desse culto como já mencionado foi a prática do Catimbó. No entanto, ser “catimbozeiro”, era explicitamente ter ligação com o maléfico. Ser praticante de feitiçaria com intuito de fazer o “mal” para os outros. Obviamente, o peso histórico e o sistema político da época, contribuíam significativamente para a construção desse conceito. Apesar de muitas mudanças na atualidade algumas dessas visões persistem no meio social, referimo-nos ao ideal de “bem e mal”. Sobre essa perspectiva, Mãe Mônica de Oxum Mitaladêh diz que:

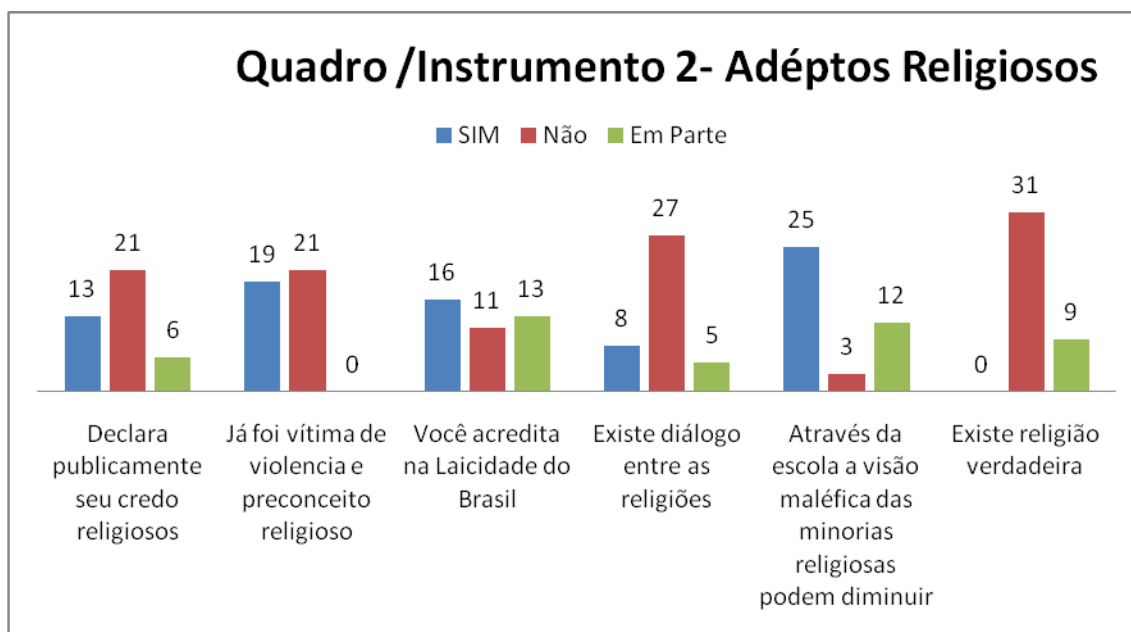
“Essa visão que as pessoas tem da Jurema de bem ou de mal, isso vai da evolução espiritual de cada um. Se eu recebo no meu Ilê uma entidade que não tem doutrinação nenhuma, eu posso utilizar ela e prepará-la tanto para fazer o bem como o mal. É nossa responsabilidade com a espiritualidade de preparar essas entidades para o bem, fazer curas, abri caminhos, ajudar quem precisa! Infelizmente tem pessoas que preparam essas entidades para fazer determinados trabalhos, com esse olhar. Visando apenas o lado financeiro e reconhecimento. A entidade quando chega até você, ela vem com um propósito, mas não sabemos em que

nível está espiritualmente temos que conduzi-las. Não sabemos em que estágio ele está, as vezes estão em um nível baixo, como chamamos no Kardecismo no Umbral. Esses espíritos geralmente quando viveram em terra praticaram o mal, e tem uma chance de incorporar pra fazer a caridade. Cabe ao médium conduzi-lo. A responsabilidade espiritual do médium é dobrada, por que ele responde pela espiritualidade dele e da entidade. Se o médium conduzir a entidade pro mal, nem ele evoluirá nem a entidade também. Não existe o mal na Jurema, existe o propósito de bem e cumprimento de missão espiritual. Agora infelizmente o que existe no mundo são pessoas más, que precisam evoluir”...(outubro de 2014)

O discurso apresentado pela Juremeira desmistifica a idéia de maléfico do gênese da religião. No entanto, ainda permanecem abertas algumas lacunas, como a da falta de vontade ou suposta inocência de um espírito, que é incorporado pelo médium. Fica claro, que a maldade nunca foi o foco da religião, no entanto, existe uma flexibilidade para essa prática caso seja interesse do médium, apesar da suposta cobrança espiritual.

Nos últimos anos movidos por vários grupos religiosos e de combate a intolerância religiosa, inúmeros encontros reflexivos foram criados como: o encontro da Juventude de terreiros, em Campina Grande- PB, ocorrido no ultimo Encontro da Nova Consciência 2015. O qual abordou debates sobre os problemas enfrentados pelas religiões afro-brasileiras e indígenas e o posicionamento da juventude adepta frente a essas dificuldades. Mas recentemente ocorreu em Alhandá-PB o “Encontro de Juremeiros”.

Conseguimos já visualizar, a luta por vários adeptos da religião contra o preconceito. No entanto, em nossa pesquisa de campo pudemos observar divergentes posicionamentos com relação à religiosidade. Foram entrevistados um público de 40 adeptos e praticantes da Jurema Sagrada, com intuito de entender seus posicionamentos e reflexão sobre a relação ER e preconceito.



Fonte: Do Pesquisador/ 2014 – Construído a partir de questionários aplicados entre 2013-2014 Adeptos Religiosos da Jurema Sagrada

Com base nos dados apresentados no gráfico, podemos observar que mais de 50% desses religiosos omitem seu credo religioso. Percebemos muitas vezes em seus discursos que essa posição de omissão se daria em totalidade pelo preconceito direto e a relação da religião com a demonização, sua suposta relação direta com o mal.

O item 2 do gráfico também confirma, a realidade de intolerância e violência vivenciado por esses religiosos, totalizando também mais da metade desse grupo. Com relação à seguridade da laicidade do estado, houve praticamente um empate. O que nos leva a repensar sobre o princípio desta laicidade brasileira.

Sobre o diálogo inter-religioso, 88% desses religiosos negam existir, salvo quando as religiões são de matrizes cristãs. O que nos faz pensar sobre os “cultos ecumênicos” que trazem apenas o padre católico e o pastor evangélico para a celebração. Negando qualquer outro líder espiritual do sacerdócio, realizando assim um pseudo- ecumenismo.

Sobre a Educação, 80% deste grupo acreditam que através da escola (ER), podemos vencer a visão demoníaca imposta por todo contexto histórico as religiões consideradas “minorias”; dando ênfase as religiões afro-brasileiras e indígenas. E por fim, algo bem diferente de outras perspectivas religiosas seria o posicionamento sobre a religião “verdadeira”. Em nossa pesquisa observamos que 91% desses religiosos e adeptos, não se

posicionam como única verdade de fé, mas parte dela em um processo de espiritualidade. Por vezes, suas colocações eram um discurso não de rejeição a outra religião, mas uma legitimação e valorização da sua religiosidade.

3.5. Ensino Religioso e Jurema: Uma proposta na Prática Educativa

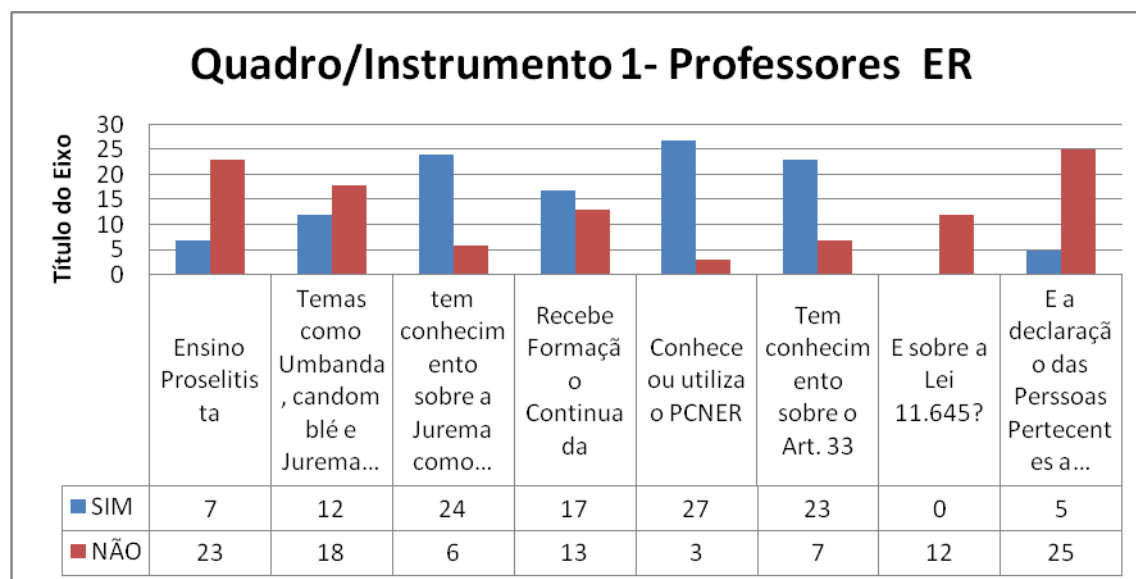
A ideia inicial de nossa pesquisa era trazer uma reflexão a partir de uma ação prática na sala de aula, no caso me refiro ao campo observado, alunos do 5º ano do Ensino Fundamental. No entanto, resolvermos observar com cautela todas as ações do campo e não mais realizar a efetivação da temática em sala, mas construir uma proposta a partir das necessidades observadas do grupo. Proposta essa que pode ser adequada a várias faixas etárias e trabalhada em formato de oficinas, projetos ou sequências didáticas.

Antes de pensar como seria a estrutura dessa proposta de ação, conversamos com o professor de Ensino Religioso da turma pesquisada, para entender a que passo estaria sua percepção e conhecimento sobre temática. Que nos respondeu assim:

Tive uma educação Cristã como a maioria de vocês, sou formado em História e participo da formação continuada da Prefeitura para os professores de Ensino Religioso. Sei do nosso compromisso, mas tenho que confessar, que apesar de termos noção sobre as religiões afro-brasileiras, não conhecia a Jurema. Muito menos se havia diferença entre Umbanda, candomblé... Pra mim era a mesma coisa! Tenho que admitir que não saberia nem iniciar uma aula com essa temática (Jurema), muito menos o que usar pra apresentá-la. Mas confesso que me dá interesse! (Professor ER do 5º Ano, 2014)

O depoimento do educador foi o que verdadeiramente nos motivou a preparar uma sequência didática como proposta nesse trabalho. Uma vez que apesar de assumir as dificuldades com relação ao tema e como abordá-la, pudemos sentir o interesse no novo a partir de nossas conversas no dia a dia. O que nos norteou junto a esse ultimo recorte em nossa pesquisa, a qual iniciaria pelo ato de planejar.

Observamos também a análise gráfica da entrevista escrita, realizada com 30 educadores do Ensino religioso das Escolas municipais de João Pessoa.



Fonte: Do Pesquisador/ 2014 – Construído a partir de questionários aplicados entre 2013-2014 com Professores do Ensino Religioso da Rede Municipal de Ensino- PMJP/PB

Essa análise gráfica aponta em sua totalidade que apesar da maioria dos educadores não serem adeptos a uma educação proselitista, ainda existem lacunas no que diz respeito ao conhecimento de regulamentações e temáticas relacionadas às minorias religiosas. E que mesmo com um grupo significativo seja participante das formações continuadas, os mesmos, não se sentem seguros de como abordar temáticas como a Jurema e outras linhas religiosas em sala de aula.

O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades em termos de organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. O planejamento é um meio para programar as ações docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação. Há três modalidades de planejamento, articulados entre si o plano da escola, o plano de ensino e o plano de aulas (LIBÂNEO, 1996).

Seqüência didática é um termo em educação para definir um procedimento encadeado de passos, ou etapas ligadas entre si para tornar mais eficiente o processo de aprendizado.(MACHADO, 2006) nessa perspectiva iniciaremos a apresentação de uma seqüência didática com a temática estudada neste trabalho, no caso a Jurema.

Para preparar um seqüência didática interessante e significativa é necessário conhecimento prévio sobre a temática exposta como também a construção de um plano de

aula bem articulado, tendo clareza com os objetivos a serem alcançados. O conhecimento de algumas ações práticas também se faz necessários na hora de desenvolver as atividades. Tais como: a “contação” de histórias; a musicalização – turimbas e pontos; a teatralização – teatro de bonecos ou vivencia; as artes plásticas: pinturas, colagens com folhas, galhos e penas, esculturas em argila barro; além das brincadeiras populares ligadas a temática como as brincadeiras de roda.

Sugestão de Seqüência didática:

1º Passo	Apresentação da Imagem infantilizada da Jurema (cabocla), para a partir dela iniciar todo processo de construção da ideia da existência da religião. (identificação étnica- indígena e valorização dos elementos da natureza.)
2º Passo	Retomada da Cabocla, endossando o seu nome “Jurema” – Trabalhando a “contação” de histórias. A sugestão é que a partir, do Mito, da origem de seu nome, se construa a ideia da árvore sagrada, a mesma que mais tarde daria “sombra” a Jesus, a qual acredita-se ser um canal de luz e espiritualidade .
3º Passo	Musicalizando – Trabalhando com os pontos que reforçam as histórias, crenças e os instrumentos artesanais indígenas.
4º Passo	Produções avaliativas – vivências teatralizadas; Rodas de conversas; Pinturas, colagens ou releituras / produções textuais a partir das aulas ministradas.

Para apresentação da imagem proposta, quanto mais infantilizada a figura exposta, melhor a aceitação do público infantil. A figura apresentada pode ser escolhida a partir da faixa etária da turma. No caso, quanto mais jovem o público infantil, mais infantilizada a imagem deve ser. As imagens abaixo representam a “Cabocla Jurema”, observe:



Figura 1



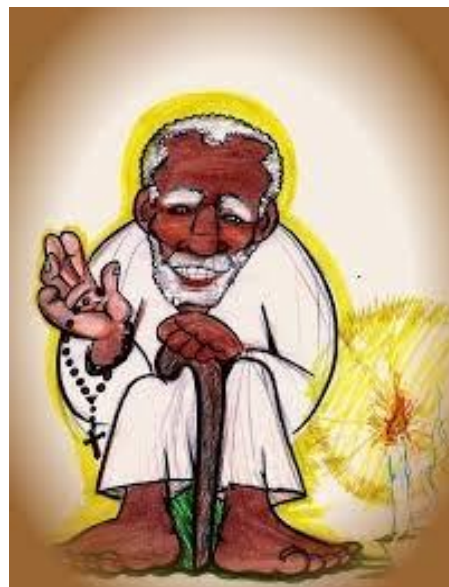
Figura 2

A primeira imagem é uma adaptação bastante conhecida sobre a cabocla Jurema, baseada no romance indianista de Castro Alves. Aparentemente a indiazinha parece uma menina de 10 a 12 anos de idade. O que favoreceria uma representação a crianças com faixa etárias entre 09 e 11 anos, correspondentes ao 4º e 5º ano do ensino Fundamental. Já a segunda imagem, é uma caboclinha das histórias do Maurício de Souza, que apresenta características mais infantis, bem condizentes com crianças de faixa etária menores, correspondentes as séries iniciais do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental. As imagens expostas estão relacionadas à sequência didática sugerida. Mas outras personagens do culto à Jurema podem ser trabalhados como os mestres, baianos, pretos e pretas velhas, e caboclos no geral entre outros.



Fonte: Galeria Colorir/desenhos infantis/ 2013

(F1)



Fonte: Página espírita/ Monsenhor Horta - 2013

(F2)



Fonte: Galeria para colorir -2014

(F3)



Fonte: Flickr figuras exóticas- 2014

(F4)

A “contação” de histórias é um recurso didático muito importante. Pois estimula o campo imaginativo da criança, fazendo com que amplie seus conhecimentos e sua

criatividade. De acordo com Machado (2006), é através da estória que a criança vai revendo seus próprios conflitos internos e externos e com isso começa a aprender a crescer. Os contos de uma forma geral expõem os dramas e fantasias das crianças de uma forma simbólica. A criança ao ver ou ouvir um conto, está lendo e ouvindo não só os seus conflitos, mas os de todos os seres humanos. Outros benefícios com relação às histórias são claros ao mundo infantil. A possibilidade do enfretamento dos medos do desconhecido e da morte são exemplos bem explícitos dos efeitos da “contação” de histórias, mitos e lendas. Valores ou abnegações também são construídos a partir dessas vivências ouvidas, lidas ou vivenciadas.

No caso da Jurema, as histórias contadas estarão ligadas aos seus mitos e crenças, que foram transmitidas a partir da oralidade através das gerações. Muitos desses mitos se misturam com outros, o que nos leva a ter muitas vezes mais de uma versão da mesma história, ou continuidade da mesma. É nessas histórias que encontramos com facilidade traços do sincretismo e multiculturalidade brasileira.

3.2.1 A Cabocla Jurema

É a entidade mais reverenciada em todos os terreiros, depois de Oxalá, sua história começa aos sete meses de nascida quando foi abandonada por sua mãe e assim acabou por ser criada pelo caboclo Tupinambá. Jurema foi cacique de sua tribo e ao desencarnar, veio a terra na forma da grande Cabocla Jurema – entidade de força, de poucos risos, mas de um carinho fora do normal. A ela creditam-se, várias falanges de caboclos, onde ela é a comandante, são chamados de falangeiros da Jurema. E tem sua filha Jureminha que responde também na linha de Jurema. (Cultura popular, 2014)

3.2.2. Outra versão da Cabocla Jurema:

O Sol girou mais uma vez em volta da Terra enquanto os raios da manhã tocaram na sua testa, a cabocla gritou:

- Sou Jurema!!

E pulou do galho mais alto da árvore gigante e pareceu voar por entre os pássaros e outros seres alados da floresta; mergulhando no rio profundo; de onde emergiu, nadando com os botos que entendiam seu canto:

“Cabocla seu penacho é verde

Cabocla seu penacho é verde

É a cor do Mar

É a cor da Cabocla Jurema

É a cor da Cabocla Jurema

É a cor da Cabocla Jurema

Jurema... “

Cabocla, filha valente de Tupinambá. Adotada pelo mundo, foi encontrada aos pés do arbusto da planta encantada que lhe deu o nome; e cresceu forte, bonita, como formosura da noite e firmeza do dia. Corajosa, a cabocla tornou-se a primeira guerreira mulher da tribo, pois a sua força e agilidade e manejo das armas e da ciência da mata, se tornara uma lenda por todo continente; onde contadores de estórias aos pés da fogueira falavam da índia de pena dourada que era a própria mãe Divina encarnada.

Nada causava medo na Cabocla, até que um dia ela encontrou seu maior adversário; o amor. Jurema se apaixonou por um caboclo chamado Huascar, de uma tribo inimiga chamada Filhos do Sol, que fora preso numa batalha. Dias se passaram e o amor aumentava, pois o pior de amar não é amar sozinho e sim amar sem retorno, pois exige do amado, uma ação em prol do amor.

Pelo olhar o Caboclo Huascar dizia:

"Oh doce Cabocla

Meu doce de cambucá

Minha flor cheirosa de alfazema

Tem pena deste caboclo

O que eu te peço é tão pouco

Minha linda Cabocla Jurema
 Tem pena desse sofredor
 Que o mal destino condenou
 Me liberta dessa algema
 Me tira desse dilema
 Minha linda Cabocla Jurema"

Jurema que aprendera a resistir ao conto do boto, ao veneno da cascavel e da amadeira, já resistira bravamente a centenas de emboscadas e que sentia o cheiro à distância de ciladas, não conseguiu resistir ao amor que fluía do seu peito por aquele guerreiro. Observando o Caboclo preso, ela viu nos olhos dele, as mil vidas que eles passaram juntos, viu seus filhos, o amor que os unia além da carne e percebeu que não foi por acaso, que ele fora o único caboclo capturado vivo, e decidiu libertá-lo, mesmo sabendo que seria expulsa da sua tribo. Na fuga, seu próprio povo a perseguiu, e em meio à chuva de flechas voando na direção do caboclo fugitivo, foi Jurema que caiu, salvando o seu amado e recebendo a ponta da morte que era pra ele, no seu próprio peito.

Conta a Lenda, que o Caboclo Huascar voltou a Terra do Sol e fundou um império nas montanhas andinas e mandou erguer um templo chamado Matchu Pitchu em homenagem à Jurema; onde só as mulheres da tribo habitariam e lá aprenderia a serem guerreiras como a mulher que salvara a sua vida. E no lugar onde a Jurema caiu, nasceu uma planta rebusca e muito resistente que dá flor o ano inteiro, cujo formato exótico e o tom amarelo-alaranjado intenso chamou atenção de todas as tribos, pois tudo dessa planta poderia ser utilizado, desde as sementes, até as flores e o caule; e porque as flores dessa planta estão sempre viradas para o astro maior; ela ficou conhecida como Girassol.

3.2.3. Musicalizando em sala

A musicalidade é um recurso bastante trabalhado nas escolas, pois além do prazer de cantar e tocar algum instrumento, ensinamentos podem ser aprendidos com as canções. Histórias, conceitos, valores, tudo pode ser absorvido de forma prazerosa pelo grupo o qual

está sendo trabalhado. Coreografias e expressões corporais podem aguçar ainda mais o interesse pela temática exposta. A proposta é juntamente com as canções levar as crianças a tocarem instrumentos artesanais com maracás e afoxés, presentes na cultura indígena. Fazendo cada vez mais o estreitamento cultural entre nós e os nossos ancestrais “presentes”. Abaixo seguem dois pontos de Jurema, bastante entoados nos terreiros que se remete a história da cabocla e sua ligação com a espiritualidade.

Convite da Jurema

Jurema, minha Jurema

Jesus mandou lhe chamar (BIS)

Abre as portas das ciências

Para os mestres passar. (BIS)

Cabocla Jurema

Jurema, o seu saiote é tão lindo

Seu capacete é de pena,

como brilha o teu diadema. (BIS)

Jurema ê ê, Jurema ê a,

Jurema, filha de Tupinambá! (BIS)

Ela sempre foi e sempre será,

A rainha da jurema onde canta o

sabiá . (BIS)

(Cultura Popular – 2014)

Outras canções podem ser trabalhadas em sala de aula, preferencialmente se estarem condizentes ao temas relacionados ao planejamento. Por exemplo, existem várias entoadas que remetem a história dos indígenas, Caboclos, Tapuias e outras entidades da Jurema como Pretos e Mestres. A associação aos instrumentos artesanais e à imagens infantilizadas ajudará a construção imaginativa das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa nos proporcionou grande crescimento no cunho acadêmico. Uma vez que tivemos que fazer várias reflexões mediante a temática relacionadas às suas interlocuções. Por deveras, recorreremos aos teóricos das Ciências das religiões e Ensino Religioso para compreender toda essência referente à cosmologia e cosmogonia da religiosidade, e historicidade do ensino no Brasil.

O contexto histórico do Ensino Religioso, atrelado a educação formal do país, nos fez compreender sobre todos os percalços que o próprio ER sofreu em vários períodos da história. Atualmente, apesar de vivermos uma abertura com relação às novas perspectivas do Ensino Religioso no Brasil, temos total convicção que muitos entraves ainda deverão ser traçados. Principalmente nos que diz respeito à autenticidade deste como componente curricular, sem brechas para desgaste e desvalorização do profissional e da disciplina em si. E dos debates sobre o currículo a ser seguido. Uma vez que acreditamos que apesar da proposta apresentada pelo FONAPER, esse currículo apresenta-se ainda em construção.

Com relação à apresentação da Jurema Sagrada como tema a ser abordado em sala de aula. Foi uma experiência muito desafiadora. Pois tivemos que resgatar historicamente as raízes desta manifestação religiosa, a partir da história dos indígenas do nordeste e da Paraíba. Tentar compreender seus ritos, costumes e sistemas de crenças, para só assim compreendermos a gênese desta prática religiosa tão marcante e praticada em nossa região, levando em consideração a vivência e depoimentos durante a pesquisa realizado com os adeptos religiosos. Percebemos algumas variações representativas apresentadas em alguns depoimentos, alguns remetendo discurso de “pureza” de certo ou errado. Mas procuramos absorver a informações de forma mais nivelada, sem entrar no mérito de pureza religiosa.

Situá-la à educação também foi algo que nos levou a muita reflexão, nos baseando inicialmente na Lei 11.645 e no Art. 33 da LDBEN, o qual já foi bastante discutido em toda pesquisa. Outras fontes legais também foram aplicadas neste momento como a Declaração dos Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Éticas, Linguísticas, e Religiosas, promulgada pela ONU em 1992. O PCNER (Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso) proposto pelo FONAPER (Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso), também foi de grande relevância neste contexto educativo. Uma vez que enquadrámos à temática junto aos seu cinco eixos norteadores dos conteúdos.

Como qualquer outra pesquisa de cunho antropológico, passamos também por alguns percalços na aplicação do método. Levando em consideração resistências pessoais nos momentos de coletas de informações ou até espaços a serem pesquisados. Com relação aos adeptos religiosos do Culto à Jurema Sagrada, não tivemos muitas resistências. Mantiveram-se sempre solícitos junto às perguntas e observações de seus espaços sagrados. Proporcionaram-nos momentos de conhecimentos individuais juntos a seus principais ritos nas celebrações religiosas.

No que diz respeito a campo empírico, no caso a escola. Tivemos sim algumas dificuldades, mediante a relação de preconceito com a linha religiosa pertencente as matrizes afro-indígenas. Os quais já abordamos diversas vezes em nosso texto o quanto são vítimas de intolerância religiosa e preconceito de um modo geral.

Uma inquietação pessoal nos dá com um “pseuso-laicismo” identificado em boa parte dos professores do ER entrevistados. Apesar de se mostrarem a favor da abordagem da temática, e confirmar seus despreparo quanto abordá-la. Observamos que em seus contextos de planejamento, esses temas são escanteados, ou simplesmente não são abordados em aula. Em contra partida, cânticos e símbolos cristão são trazidos com frequência, relacionando-os as “valores”.

A verdadeira mudança, só acontece em sala de aula, num espaço de vivencia e aprendizagem. É na escola que se alfabetiza, se letra e se constrói um pensamento crítico e reflexivo. Não são artigos acadêmicos bem elaborados e fundamentados que poderá mudar a concepção de aceitação sobre a fé e religiosidade dos indivíduos.(Sem querer é claro não tirar seu valor para nós pesquisadores). Principalmente no pensamento das crianças e adolescentes em processo de formação individual. Terão eles que esperar crescer, se interessar ao tema até chegar a essa informação? Como bem citamos Greschat (2005), anteriormente, que dependendo da óptica que o observador for conduzido a religião poderá atrair ou o repeli. Temos que está alertas quanto educadores do ER, de que só tendo ousadia e preparo poderemos fazer algo realmente significativo quanto ao combate a intolerância religiosa.

Temos que está prontos a mostrá-los que satirizar a crucificação de Cristo, é tão sórdido e criminoso a fé do semelhante quanto invadir terreiros, espancar adeptos das religiões Afro brasileiras, quebrar imagens dos “santos” católicos, zombar da figura de Alá, entre outras situações que passamos todos os dias e só nos ofendemos quando é nosso

credo religioso. A intolerância só existe, por ausência do sentimento do respeito ao que não é igual ao seu. E essa idéia só poderá ser desconstruída no único local , onde o aprender deve ser livre e genuíno: na sala de aula.

Ao concluirmos esta pesquisa, deixamo-nos certos que nossa contribuição será de grande valia no campo do Ensino Religioso e nas Ciências das Religiões. Quer seja na busca de uma nova perspectiva de construção curricular, quer seja um novo olhar a prática dos docentes envolvidos, ou ainda a luta pela cultura de paz, e a intolerância religiosa ainda tão presente no âmbito escolar. Obviamente, muito poderia ser ainda trabalhado junto à temática, mediante a magnitude do sistema de crenças apresentados pela própria religião focada. No entanto, acreditamos que os objetivos propostos para esse recorte foram devidamente cumpridos.

Proporcionar momentos de uma nova reflexão junto à comunidade escolar sobre o respeito à diversidade e a religiosidade cultural ou não religiosidade do outro (semelhante) se torna necessário. Acreditamos que seja a nossa missão como educadores e acima de tudo uma manifestação de cidadania. Permitindo que os indivíduos possam exercer suas crenças e expressões de fé rumo à transcendência, sem restrições ou medos. Desta forma chegaremos ao que tanto almejamos o respeito e a valorização da humanidade num contexto geral e a uma laicidade autêntica.

REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO, Luís. *O reino dos mestres: a tradição da jurema na umbanda nordestina*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. Et al. *Linguagem religiosa afro-indígena na grande João Pessoa*, João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1985.
- AGNOLIN, Adone. *História das Religiões: perspectivas histórico- comparativa/ Adone Agnolin*. sSão Paulo: Paulinas, 2013, (Coleção Repensando a Religião)
- BASTIDE, Roger. *O candomblé da Bahia: rito nagô*. São Paulo: Cia da Letras, 2001.
- _____. Catimbó. In PRANDI, Reginaldo (org.). *Encantaria brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004, pp. 146 – 59.
- O Brasil Antes Dos Brasileiros: A Pré-História do Nosso País* - ANDRÉ de PROUS - (2006) - Editora: Jorge Zahar Editor Ltda
- BAECELLOS, Lusival. *Práticas educativo- religiosas dos Potiguaras da Paraíba*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012
- CASCUDO, Luís da Câmara. "Notas sobre o Catimbó". In *novos estudos afro-brasileiros*. Recife: FUNDAJ, Ed, Massangana, 1988.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Meleagro: pesquisa do catimbó e notas sobre a magia branca no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1978.
- Compêndio de Ciências da Religião/ João Décio Passos, Frank Usarski, (Organizadores) São Paulo: Paulinas: Paulus, 2013.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. *Legislação educacional Brasileira*. Rio de Janeiro.
- CHAGAS
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares de vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- ESCARIÃO, Glória das N. Dutra. 2014- (Texto não Publicado)
- FARIAS, Eliane Silva de. *Memória Tabajara: Manifestação de fé e identidade étnica*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.
- FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. **Ensino Religioso no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. **Ensino Religioso: perspectivas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. Realidade, Poder, ilusão: um estudo sobre a legalização do ensino religioso nas escolas e suas relações conflitivas como disciplina "Sui Generis" no interior do sistema público de ensino. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. PUCSP, 1999.

FÓRUN NACIONAL PERMANENTE DE ENSINO RELIGIOSO - FONAPER. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso.** São Paulo, SP: Ave Maria, 1997.

FÓRUN NACIONAL PERMANENTE DE ENSINO RELIGIOSO - FONAPER. Referencial curricular para a proposta pedagógica da escola. Blumenau, 2000.

FÓRUN NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA - FNDEP, 1996.

FRANÇA, Dilaine Soares Sampaio de. “Àroryé”: um estudo histórico – antropológico do debate entre discursos católicos e do candomblé no Pós – Vaticano II. João Pessoa: editora Universitária UFPB, 2012, VOL. I. 247p.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. Tratado da Terra do Brasil; História da Província de Santa Cruz. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1980.

GUERRIEIRO, Sillas. Novos Movimento Religiosos: o quadro brasileiro/

_____, Silas. A magia existe? São Paulo: Paulus, 2003

São Paulo: Paulinas, 2006. (Coleção temas do Ensino Religioso)

GRESCHAT, Hans-Jurgen. O que é Ciência da Religião. São Pulo, Paulinas, 2006

HANEGRAFF, Wouter J.: New Age Religion and Western Culture: esoterism in the mirror of secular thought. Leiden; Neu York; Koln: Brill 1996.

HOLMES, Maria José Torres. Ensino Religioso: problemas e Desafios/ Maria José Torres Holmes- João Pessoa, 2010. Dissertação(Mestrado). UFPB/CE

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. **O processo de escolarização do Ensino Religioso no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Ensino Religioso: uma produção a partir de olhares múltiplos.** Curitiba: Bagozzi, 2006.

_____; História, legislação e fundamentos do ensino religioso. Curitiba: IBPEX, 2008.

_____, Sérgio Rogério Azevedo; CORRÊA, Rosa Lydia; HOLANDA, Ângela Maria. **Ensino Religioso: aspectos legal e curricular.** São Paulo: Paulinas, 2007.

_____, Sérgio Rogério Azevedo; MENEGHETTI, Rosa; WASCHOWICZ, Lillian Anna. **Ensino Religioso e sua relação pedagógica.** Petrópolis: Vozes, 2002.

_____, S. R. Azevedo. **O processo de escolarização do ensino religioso no Brasil.**

Petrópolis: Vozes. 2002.

_____. WAGNER, Raul (Org.). **O Ensino Religioso no Brasil.** Curitiba: Champagnat,

ELIADE, Mircea –Tratado de história das religiões (1919). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

LÉRY, Jean de. Viagem a terra do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia São Paulo: EDUSP, 1980

LEVI-STRAUSS, Claude. O feiticeiro e sua magia. Antropologia Estrutural. Paris: Plon, 1974

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública:** a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1998.

_____, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994 (Coleção Formação do Professor).

MACHADO 2006

MELO, Josemir Camilo de. **O resgate da História Indígena na Paraíba.** Notas para uma pesquisa etnohistoriográfica.

MIELI e POSSEBON. Ciências das Religiões: Proposta Pluralista na UFPB. Numen: Revista de Estudos e Pesquisa da Religião, Juíz de Fora, V. 15 N.2, 403 a 431- 2012

MUSS, Marcel. Esboço de uma Teoria Geral da Magia. Editora 70, 2000

NANTES, Pe. Martinho de. Relaçãode uma Missão no Rio São Francisco. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL(Coleção Brasileira, V.368), 1979

NASCIMENTO, Marco Tromboni de S. **O tronco da jurema: ritual e etnicidade entre os povos indígenas do Nordeste** – O caso Kariri, Salvador, UFBA, Dissertação de Mestrado em Sociologia. 1994.

NIELHOF, Joan. Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil. São Paulo: Martins, 1981.

NÓBREGA, Michael Douglas dos Santos./O Barroco no Brasil: Culturas artística, histórica e historiográfica do Barroco na Paraíba colonial / Michael Douglas dos Santos Nóbrega. - João Pessoa, PB: [s.n.], 2013.

NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. **Bruxaria e história: as práticas mágicas no ocidente cristão.**Bauru, SP: EDUSC, 2004.

PAULY, Evaldo Luís. O dilema epistemológico do ensino religioso. Espaço Aberto. Set /Out /Nov /Dez 2004 No 27

PASSOS. J. Décio. A Legitimidade da Teologia na Universidade: Do político ao Acadêmico. Estudos da Religião 27(UMESP, 2004)

PACHECO e FREIRE -A Presença Indígena na Formação do Brasil/ João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006

PARK, Robert L. Superstição : Crenças na era da Ciência. São Paulo : Unicamp, 2011

PRANDI, Reginaldo. *Segredos guardados: orixás na alma brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

_____. (org.). *Encantaria brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

PEIXOTO, Júlio Afrânio. *Noções de história da Educação*. São Paulo: Companhia editorial Nacional, 1942.

PROUS - *Arqueologia Brasileira* 2ª ed. (2002), 1ª ed. (1992) Brasília: Editora Lux

RIBEIRO, Maria Luísa Santos, *História da educação brasileira: a organização escolar*, São Paulo, Cortez & Moraes, 1978

SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: Por uma outra política educacional. 5ª. Ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. 9ª. Ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

SALLES, Sandro Guimarães de. *À sombra da jurema encantada: mestres juremeiros na umbanda de Alhandra*. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2010

SEIXAS, Wilson. O velho arraial de Piranhas. João Pessoa: Gráfica A Imprensa, 1962.

SILVA, Barbosa da. Em busca do Ser professor de ensino religioso. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2011.

SIQUEIRA, Gisele do Prado. Tensões entre duas propostas de Ensino Religioso: estudo do fenômeno religioso e/ou educação da religiosidade. Dissertação de mestrado em Ciências da Religião. PUCSP, São Paulo, 2003..

THOMAS, Keith. Religião e o declínio da magia. SP: Cia das Letras, 1991.

VILHENA, Maria Angela. Ritos: Ritos: Expressões e Propriedades . São Paulo: Paulinas - 2007

VIGOTSKI, L. Semenovich. **A formação Social da mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

ZIMMERMANN, Roque. Ensino Religioso; uma grande mudança. Brasília, Câmara dos Deputados. Brasília, 1998.

_____. Ensino Religioso em que horário? In: Diálogo Revista de Ensino Religioso, nº 11, Agosto/1998.

Site:

Leia mais em: <http://www.webartigos.com/artigos/o-artigo-33-da-lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional-9394-96/34991/#ixzz3CpFCRe2VDPA>, 2000.

www.oestadao.com.br

WWW.galeriaparacolorir.com

WWW.monsenhrhorta.blogspot.com.br

WWW.coisasparaver.com

WWW.flickerexoticos.com

4 - ACERVO FOTOGRÁFICO (fotos do terreiro,ritos e símbolos da jurema



(F5) Arquivo da Pesquisa. 2014-2015.



(F6) Arquivo da Pesquisa. 2014-2015.



(F7) Arquivo da Pesquisa. 2014-2015.



(F8) Arquivo da Pesquisa. 2014-2015.

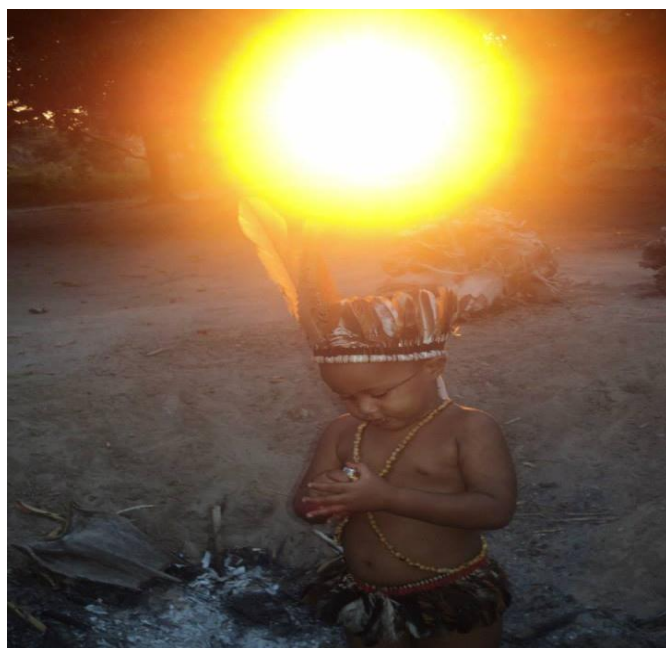
(F9)

Arquivo da Pesquisa. 2014-2015.





(F10) Arquivo da Pesquisa. 2014-2015.



(F11) Arquivo da Pesquisa. 2014-2015.



(F12) Arquivo da Pesquisa. 2014-2015.



(F13) Arquivo da Pesquisa. 2014-2015.

(14) Arquivo da Pesquisa. 2014-2015.



(F15) Arquivo da Pesquisa. 2014-2015.



(F16) Arquivo da Pesquisa. 2014-2015.



(F17) Arquivo da Pesquisa. 2014-2015.



(F18) Arquivo da Pesquisa. 2014-2015.





(F19) Arquivo da Pesquisa. 2014-2015.

(F20) Arquivo da Pesquisa. 2014-2015.





(F15)

(F21) Arquivo da Pesquisa. 2014-2015.



(F22) Arquivo da Pesquisa. 2014-2015.



(F23) Arquivo da Pesquisa. 2014-2015.



(F24) Arquivo da Pesquisa. 2014-2015.



(F25) Arquivo da Pesquisa. 2014-2015.



(F26) Arquivo da Pesquisa. 2014-2015.



(F27) Arquivo da Pesquisa. 2014-2015.

F28) Arquivo da Pesquisa. 2014-2015.





(F29) Arquivo da Pesquisa. 2014-2015



(F30) Arquivo da Pesquisa. 2014-2015

APÊNDICE

INTRUMENTO 01 – QUESTIONÁRIO PARA EDUCADORES



Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Centro de Educação - CE
Programa de Pós Graduação em Ciências das Religiões
Mestranda: Wellida Karla Bezerra Alves Vieira Mat.2013114290
Orientadora: Glória das Neves Dutra Escarião



Prezado (a) Educador (a)

A finalidade desta pesquisa é contribuir para uma prática pedagógica docente eficaz e dinâmica no ensino religioso, desmistificando a ideia da demonização quanto às minorias religiosas, trazendo aos alunos uma educação, crítica reflexiva e libertadora. No entanto sua participação é de grande valia para nos esclarecer, sinalizar e nortear quanto a novas possibilidades e perspectivas educativas a serem almejadas e alcançadas nesta área de conhecimento. Desde já agradecemos sua honrosa e prestativa colaboração.

Instrumento 1 /Questionário - (professores que lecionam Ensino religioso)

Escola: _____

Bairro: _____

Formação: _____

Tempo de Atuação como Professor (a) do Ens. Religioso: _____

Turmas de Atuação: () Ed. Infantil () Fund. I () Fund. II

1-Como professor do ensino religioso, você concorda que o ensino seja proselitista?

() SIM () NÃO

2- Para você, as minorias religiosas: Umbanda, Candomblé e Jurema devem ser trabalhados no espaço do ensino religioso?

() SIM () NÃO

Justifique: _____

3- Você tem conhecimento sobre a Jurema Sagrada como religião?

() SIM () NÃO

4- Você se acha preparado (fundamentação teórica e Prática pedagógica) para apresentação da Jurema em sala de aula?

() SIM () NÃO

Justifique:_____

5-Você recebe ou já recebeu alguma formação continuada específica para ensino religioso pela instituição a qual trabalha?

() SIM () NÃO

6- Você conhece ou utiliza o PCNER(Parâmetros Curriculares do Ensino Religioso) nos seus planejamentos para suas aulas?

() SIM () NÃO

7- Você tem conhecimento sobre:

A) **Declaração Sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas** - Aprovada pela resolução 47/135 da Assembleia Geral da ONU de 18 de dezembro de 1992;
() SIM () NÃO

B) **Da lei Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003 - Que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação

nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências; Substituída pela **11.646 de 10 de março de 2008**, estabelecendo ao currículo comum a obrigatoriedade do estudo da história **afro-brasileira e indígenas** nos estabelecimentos do ensino fundamental e médio, públicos e privados do país.

() SIM () NÃO

C) E a reformulação do Art. 33 da 9495/96 pela lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997- Sobre a organização do ensino religiosa nas diretrizes da educação nacional.

() SIM () NÃO

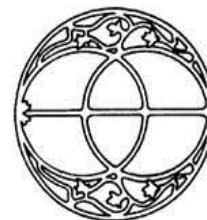
8- Descreva como é trabalhado o ensino religioso na escola que você leciona. Destacando as orientações recebidas por parte das gestões e qual o eixo norteador utilizado para preparação das suas aulas.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

INSTRUMENTO 2- QUESTIONÁRIO PARA ADÉPTOS RELIGIOSOS



Universidade Federal da Paraíba – UFPB
 Centro de Educação - CE
 Programa de Pós Graduação em Ciências das Religiões
 Mestranda: Wellida Karla Bezerra Alves Vieira
 Mat.2013114290
 Orientadora: Glória das Neves Dutra Escarião



Prezado (a) Senhor (a)

A finalidade desta pesquisa é contribuir para uma prática pedagógica docente eficaz e dinâmica no ensino religioso, desmistificando a ideia da demonização quanto às minorias religiosas, trazendo aos alunos uma educação, crítica reflexiva e libertadora. No entanto sua participação é de grande valia para nos esclarecer, sinalizar e nortear quanto a novas possibilidades e perspectivas educativas a serem almejadas e alcançadas neste campo de ensino. Como também termos um perfil da real expectativa do religioso quanto às transformações nesta área de conhecimento. Desde já agradecemos sua honrosa e prestativa colaboração.

Instrumento 3 – Questionário adeptos religiosos

Terreiro: _____

Bairro: _____

Função: _____ **Tempo na religião:** _____

Escolaridade: _____ **Graduação Religiosa:** _____

1-Você declara publicamente seu credo religioso?

() SIM () Não

2- Você já foi vítima de violência ou preconceito?

() SIM () Não

3-Você acredita que o Brasil é realmente um país laico?

()SIM () Não

Justifique:_____

4- Você acredita que existe “diálogo” entre as religiões?

()SIM () Não

Justifique:_____

5- Você acredita que a partir do ensino religioso nas escolas, a visão demonizada da jurema ou e demais minorias religiosas possam ser minimizada?

()SIM () Não

6- Você acredita que existe uma religião verdadeira?

()SIM () Não

Justifique:_____

7-Como você chegou a Jurema?

ANEXOS

ANEXO 01- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO(TCLE)

Prezado

(a)

Senhor

(a)

Esta pesquisa é sobre DESMISTIFICAÇÃO DA JUREMA NA COMUNIDADE ESCOLAR: UM DESAFIO A PRÁTICA PEDAGÓGICA e está sendo desenvolvida pela pesquisadora WELLIDA KARLA BEZERRA ALVES VIEIRA aluna do Curso de MESTRADO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES NA LINHA DE EDUCAÇÃO E RELIGIÃO da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do(a) Prof(a) GLÓRIA DAS NEVES DULTRA ESCARIÃO

Os objetivos do estudo são: Traçar um panorama do ensino religioso na Paraíba, atrelando-o ao reflexo histórico da imposição religiosa no Brasil; Promover um resgate histórico da influencia da cultura indígena da Paraíba e sua resistência religiosa através do estudo da Jurema Sagrada, mostrando traços marcantes da miscigenação cultural e sincretismo religioso. Buscando assim, uma reflexão e desmistificação da mesma; e Traçar meios didáticos para uma prática pedagógica do ensino da Jurema na comunidade escolar, utilizando-se de técnicas e estratégias de ensino que viabilizem um aprendizado significativo.

A finalidade deste trabalho é contribuir para uma prática pedagógica docente eficaz e dinâmica desmistificando a ideia da demonização quanto as minorias religiosas, trazendo aos alunos uma educação, critica , reflexiva e libertadora.

Solicitamos a sua colaboração para aplicação da entrevista escrita afim de coletar dados necessários a essa pesquisa acadêmica , como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica . Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição.

O pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

Assinatura da Testemunha

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) WELLIDA KARLA BEZERRA ALVES VIEIRA

Endereço: Drº MÁRIO COUTINHO SOBRINHO, 81 VALENTINA FIGUEREDO- JOÃO PESSOA PB – w.karlajp@gmail.com

Telefone: 83 – 8672-6130

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do CCS/UFPB – Cidade Universitária / Campus I

Bloco Arnaldo Tavares, sala 812 – Fone: (83) 3216-7791

Atenciosamente,

WELLIDA KARLA BEZERRA ALVES VIEIRA

ANEXO 02- DECLARAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

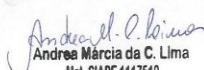


UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

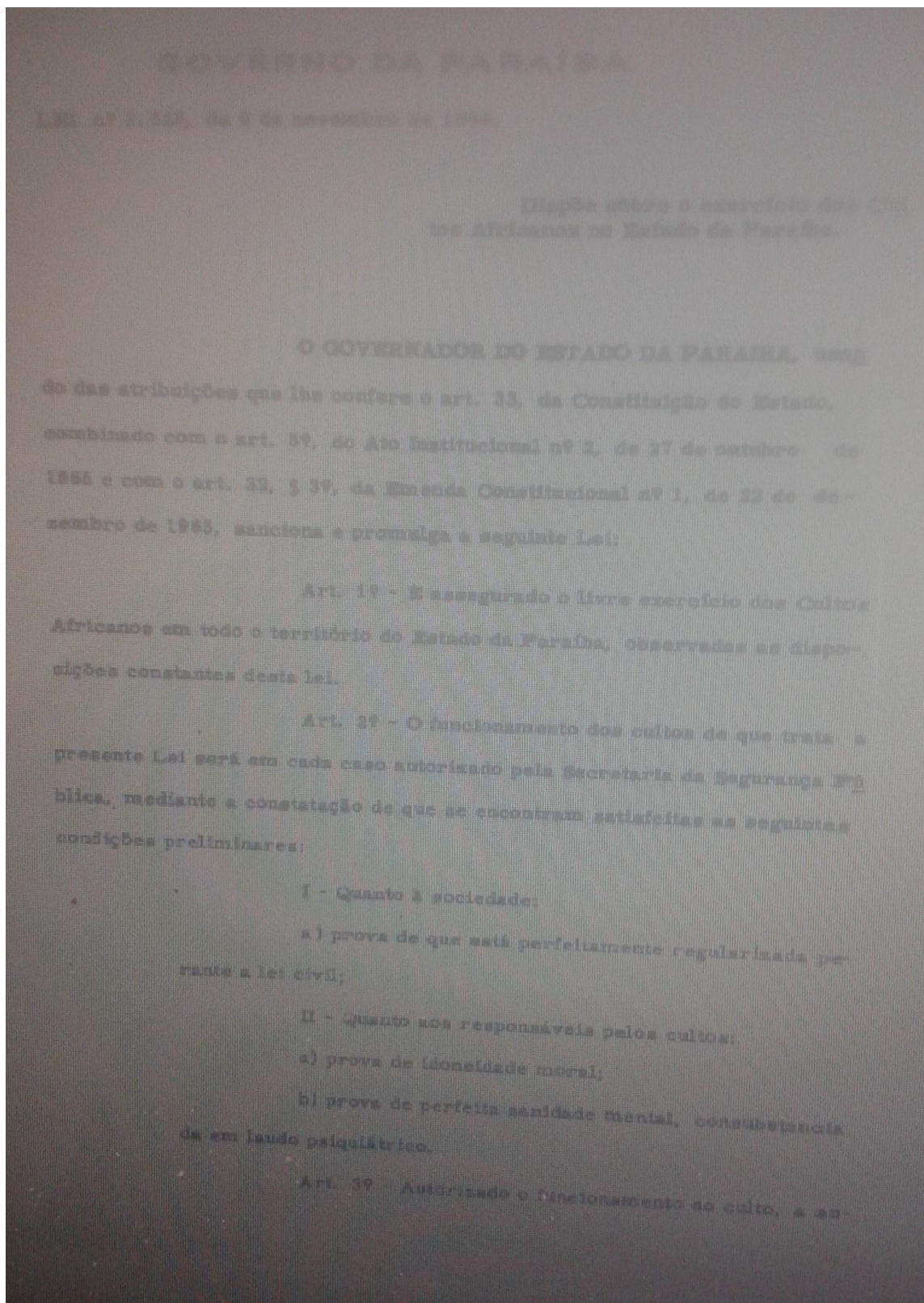
CERTIDÃO

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou por unanimidade na 10ª Reunião realizada no dia 23/10/2014, o Projeto de pesquisa intitulado: **“DESMISTIFICAÇÃO DA JUREMA NA COMUNIDADE ESCOLAR: UM DESAFIO A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO FUNDAMENTAL”**, da Pesquisadora Wellida Karla Bezerra Alves Vieira. Protocolo 0596/14. CAAE: 21931313.2.0000.5188.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à apresentação do resumo do estudo proposto à apreciação do Comitê.


Andrea Márcia da C. Lima
Mat. SIAPE 1117510
Secretária do CEP-CCS-UFPB

ANEXO 3- DECRETO DA LIBERAÇÃO DOS CULTOS AFRO BRASILEIROS NA PARAÍBA





- 2 -

autoridade policial nêta não poderá intervir, a não ser nos casos de infração à lei penal.

Art. 4º - Os cultos existentes à data desta lei poderão funcionar, a título precário, até que satisficam, no prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de sua vigência, os requisitos do artigo 2º.

Art. 5º - Os diversos cultos em funcionamento diligenciarão a fim de ser instituída a Federação dos Cultos Africanos do Estado da Paraíba, à qual estarão subordinados, cabendo-lhe, entre outras atribuições, disciplinar o exercício desses cultos no Estado e exercer a representação legal das atividades de suas filiações.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições,

Palácio do Governo do Estado da Paraíba, em João
Pessoa, 6 de novembro de 1966; 78º da Proclamação da República.

**ANEXO 4- CARTA TOPOGRAFICA DA SESMARIA DE
ALHANDRA/ CONDE – PB (ARATAGUIS E JACOCA)**

